



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

GABRIEL ALARCON MADUREIRA

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM CONTEXTO DE  
RURALIDADE: para uma leitura crítica do Paradoxo de Giddens**

São Carlos

2013

GABRIEL ALARCON MADUREIRA

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM CONTEXTO DE  
RURALIDADE: para uma leitura crítica do Paradoxo de Giddens**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Financiamento: CAPES

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

São Carlos

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M183rq

Madureira, Gabriel Alarcon.

A resignificação da questão ambiental em contexto de ruralidade : para uma leitura crítica do Paradoxo de Giddens / Gabriel Alarcon Madureira. -- São Carlos : UFSCar, 2013. 167 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Sociologia ambiental. 2. Giddens, Anthony, 1938-. 3. Teoria da estruturação. 4. Técnica bola de neve. 5. Brotas (SP). I. Título.

CDD: 304.28 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

## **Gabriel Alarcon Madureira**

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 25 de novembro de 2013

### BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
Orientador(a) e Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

---

Prof. Dr. Alfio Brandenburg  
Universidade Federal do Paraná

---

Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto  
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 43.ª Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em 13/12/13

Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso  
Vice-Coordenadora do PPGS

## AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica é uma estrada permeada de obstáculos e desafios, os quais propiciam uma experiência de vida completamente específica, não encontrada em nenhuma outra atividade profissional. Dedicar-se à pesquisa, à aprendizagem e ao ensino significa acima de tudo uma jornada de autoconhecimento, de autocrítica e de auto superação, fazendo com que muitas vezes nos sintamos independentes e autossuficientes - ao mesmo tempo capazes de qualquer feito ou realização, mas também suscetíveis a fracassos e retrocessos. A fonte do equilíbrio para o enfrentamento desse modo de viver tão característico está exatamente na família, no espaço de sociabilidade repleto de carinho, de amor e de compreensão. Por isso, agradecimento só pode ser sinônimo de reconhecimento familiar. Dessa maneira, gostaria de agradecer:

Àqueles que sempre foram a minha casa na praia. Aos meus avós, Concheta Alarcon Madureira e Nelson Madureira, a minha madrinha Maria Inês Madureira, e a minha mãe Marcia Maria Madureira (*a qual devo tudo, absolutamente tudo*). Vocês foram e são a base responsável por todos os acertos, conquistas e vitórias; e ao mesmo tempo foram e são fonte inesgotável de segurança.

A quem sempre foi muito mais do que tia, sendo também mãe, amiga, companheira e parceira profissional: Marilda Madureira. Tudo seria mais difícil e complicado sem a sua ajuda, sem o seu carinho e sem a sua confiança de que estou no caminho certo. Obrigado pela paciência com seu sobrinho de fins lucrativos a longo prazo. Também, uma menção mais do que especial, à Maria Lúcia Valentim, a qual desde cedo vem me ensinando lições jamais encontradas nas páginas e páginas que venho lendo desde os primeiros anos de estudo formal. E por fim, um agradecimento mais do que carinhoso ao meu tio Paulo Madureira, que teve importância fundamental durante os anos de graduação e que sempre acreditou no meu potencial.

Mais do que isso, agradecer não constitui apenas um momento formal da prática autoral, mas a possibilidade de registrar a gratidão por todos aqueles que fizeram parte do contexto de produção, o qual sempre é permeado fortemente pela esfera profissional e

acadêmica, mas também – e felizmente – pela esfera pessoal e afetiva. Assim, gostaria de agradecer:

À Renata Casonato, que mais do que qualquer capítulo na minha trajetória, significa um divisor de águas na forma de encarar o tempo, a produtividade e o trabalho. Aprendi com você a praticidade e a coragem de simplesmente fazer o que é preciso fazer. Obrigado pelo companheirismo, paciência e pelos momentos inesquecíveis em São Carlos. Obrigado por você na minha vida: no espaço-tempo perfeito.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, orientador, professor e amigo. Obrigado pelas aulas, reuniões e conselhos. Obrigado por ter sido capaz de compartilhar seu vasto conhecimento sociológico e sua rica experiência de pesquisa, sempre estimulando a criatividade e a liberdade como características fundamentais de seus orientandos. Obrigado pela paciência e compreensão no meu processo de amadurecimento intelectual e profissional. Absolutamente todos os aspectos de maior valor nessa dissertação devem ser creditados ao Prof. Rodrigo.

A Sérgio A. Ramos, Rodrigo H. Ramos, e Daniel Siqueira, colegas, companheiros e amigos de república. Obrigado pela lealdade e pela boa convivência nos nossos dias.

Aos colegas do PPGS que vivenciaram e aprenderam comigo o melhor que o DS tinha a oferecer: Camila de Pieri, Vanessa Perin, Lara Facioli, Aline Hasegawa, Adriana Novais, Rodrigo Segal, Francisca Barbosa e Everton Oliveira.

Aos amigos do PPGS, Bernadete Maia, Rossana Marinho e Charles dos Santos, que foram leais e sinceros, compartilhando momentos para além das aulas e seminários.

Aos colegas do RURAS – Grupo de Estudo sobre Ruralidades e Meio Ambiente: Alex Arbarotti, Ana Carina, Clarissa, Felipe, Mariana e Raiza; pela rica troca de experiências e aprendizados nas discussões acadêmicas.

À Tainá Reis, membro do PPGS e do RURAS, amiga do mestrado, pela lealdade, sinceridade e amizade. Obrigado pela sua integridade e companheirismo na nossa trajetória.

Aos professores do PPGS, os quais cada um a sua maneira, contribuíram para a minha formação e para os méritos dessa pesquisa: Rodrigo Constante Martins, Jacqueline Sinhoretto, Gabriel de Santis Feltran, Valter Roberto Silvério, Jacob Carlos Lima, Jorge Leite Junior, Maria da Gloria Bonelli, Maria Inês Rauter Mancuso e Richard Miskolci.

Às professoras Jacqueline Sinhoretto e Maria Inês Rauter Mancuso, por terem transformado a banca de qualificação num evento extremamente proveitoso, caracterizado por um debate sociológico crítico e fundamental para todos os aspectos positivos do presente trabalho. Obrigado por terem me mostrado a união da excelência acadêmica com a cordialidade e o profissionalismo.

Às colegas de PPGS e DS, sempre dispostas a ajudarem os pós-graduandos com os assuntos burocráticos: Ana, Luciane e Silmara.

Entretanto, nenhuma dessas experiências teria sido possível sem ter sido aceito no **PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, motivo de imenso orgulho e que implica em aproveitar a feliz oportunidade de agradecer àqueles que colaboraram para isso:

À Carolina Ribeiro e a Diego Coletti Oliva, amigos de longa data, dos tempos de graduação, os quais estiveram mesmo longe, sempre presentes, companheiros e leais. Estaremos juntos na academia. Ainda à Carolina Ribeiro P., pela imensa sabedoria e pelas sessões infinitas de troca de ideias sobre tudo. Sua amizade não tem preço.

À banca de seleção de mestrado do ano de 2011: Valter Roberto Silvério, Rodrigo Constante Martins e Jacqueline Sinhoretto. Obrigado por terem visto potencial naquele momento de entrevista. A decisão de vocês tudo mudou e nunca nenhum episódio será tão marcante na minha trajetória quanto este.

Esta dissertação não seria possível sem o trabalho de campo realizado no município de Brotas entre os meses de abril a julho de 2012, portanto gostaria de agradecer a todos os

cidadãos brotenses pela receptividade e disponibilidade em colaborar com a pesquisa através de entrevistas, conversas informais e bons momentos. Gostaria de agradecer a todos os meus interlocutores que também são autores dessa reflexão sociológica sobre Brotas:

A Dona Ivone, Ana, Buza, Cininho, Daniel Marvado, Daniela, Dona Ivone, Fernando, Giovanna, Graça, Heloísa, Ieda, Janjão, João Batista, Jonas, Ju, Júlio, Katião, Lili, Luciana, Paulinho, Raquel, Rogério, Sr. Alcíades, Tom e William.

Ao CIAM – Centro de Interpretação Ambiental, à Secretaria do Meio Ambiente, à Prefeitura Municipal de Brotas, à Secretaria de Turismo de Brotas, e ao CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

À Olívia Cristina Ferreira Ribeiro, competente e dedicada pesquisadora que compartilhou momentos de trabalho de campo e possibilitou troca de informações e de fontes. Obrigado por sua simpatia e coleguismo.

Por fim, gostaria de agradecer às instituições que possibilitaram a realização da pesquisa: UFSCar, PPGS, DS – Departamento de Sociologia, e principalmente à CAPES, pela bolsa concedida durante os 24 meses do mestrado.

## RESUMO

Relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas) alertam para a possibilidade de escassez de recursos hídricos, de colapso do sistema amazônico, de crise da biodiversidade, e de proliferação de eventos climáticos extremos. Anthony Giddens, sociólogo britânico formulador da teoria da estruturação, elabora uma categoria analítica que nomeia justamente a ausência de ações concretas em relação a essa questão ambiental nas práticas políticas e cotidianas. Segundo ele, quando medidas práticas de proteção ao meio ambiente forem postas em práticas, não haverá mais tempo suficiente de reverter o quadro de colapso ambiental, configurando o autodenominado *Paradoxo de Giddens*. Tal perspectiva da questão ambiental acaba por torná-la normativa, abstrata e universal, deixando de concebê-la como eminentemente contextual - fruto da interação entre indivíduos, grupos e instituições. Justamente por isso a pesquisa toma essa categoria analítica como ponto de partida para uma abordagem relacional da questão ambiental através da própria teoria da estruturação. Assim, meio ambiente e natureza passam a ser considerados como princípios estruturais: como regras e recursos mobilizados na reprodução e transformação da vida social e, portanto, como objetos de disputas de nomeação e de ressignificação discursiva. Para analisar sociologicamente o aspecto relacional da questão ambiental através de uma pesquisa qualitativa - teórica e metodologicamente vinculada à teoria da estruturação - estabeleceu-se o município de Brotas-SP como estudo de caso. São utilizados como métodos de pesquisa: entrevistas semiestruturadas, técnica de bola de neve, levantamento documental, fotodocumentação e questionário socioeconômico. Tal localidade específica apresenta uma convergência entre as múltiplas concepções da questão ambiental, a profissionalização do ecoturismo e a ressignificação discursiva do próprio espaço rural, possibilitando a observação de múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental. O debate crítico a partir de Giddens permitiu a análise de quatro processos sociais de ressignificação no município de Brotas: a) *O Rio Jacaré-Pepira*; b) *Do "buraco" ao atrativo turístico*; c) *Do Radical à Disneylândia* e d) *A Estrada do Patrimônio*. Em síntese, a trajetória da dissertação procura debater sociologicamente que a questão ambiental não emerge na vida cotidiana de forma universal e normativa, mas eminentemente como percepção cognitiva vinculada à complexidade da cognoscência dos agentes.

**Palavras-chave:** Sociologia Ambiental; Anthony Giddens; Brotas-SP; Teoria da Estruturação; Sociologia Rural; Técnica Bola de Neve;

## ABSTRACT

Reports from IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) call attention to the possibility of water shortages, to the collapse of the Amazon system, to the biodiversity crisis, and to the proliferation of extreme weather events. Anthony Giddens, British sociologist formulator of the theory of structuration, elaborates an analytical category appointing precisely the lack of concrete actions related to this environmental issue in the policy and in the daily practices. According to him, when practical measures for protecting the environment are put into practice, there will not be enough time to reverse the environmental collapse, setting the self-styled Giddens's Paradox. Such point of view of environmental question transforms in normative, abstract and universal, leaving to conceive it as eminently contextual - result of the interaction between individuals, groups and institutions. Precisely so it this research takes this analytical category as a starting point for a relational approach of environmental issues through his own theory of structuration. So, the environment and the nature are now considered as structural principles: as rules and resources mobilized in the reproduction and transformation of social life and, therefore, as objects of appointment disputes and discursive resignifications. In order to analyze sociologically the relational aspect the environmental issue through a qualitative research - theoretically and methodologically linked to the theory of structuration - the county of Brotas (São Paulo/Brazil) was established as case study. Are used as research methods: semi-structured interviews, snowball technique, documental survey, photo documentation and socioeconomic questionnaire. This particular location shows a convergence between the multiple conceptions of the environmental issue, the professionalization of ecotourism and of the discursive resignification of the rural areas, allowing the visualization of multiple cognitive perceptions of the environmental issue. The critical debate from Giddens enabled the analysis of four social processes of resignification in the Brotas county: a) *The Jacaré-Pepira River*; b) *From the "hole" to the tourist attraction*; c) *From Radical to Disneyland*; and d) *The "Estrada do Patrimônio"*. In summary, the trajectory of the dissertation seeks to discuss sociologically that the environmental issue does not arise in everyday life in a universal and normative form, but eminently as cognitive perception linked to the complexity of knowingness agents.

**Keywords:** Environmental Sociology, Anthony Giddens; Brotas (São Paulo-Brazil); Theory of Structuration; Rural Sociology; Snowball Method;

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> O Paradoxo de Giddens.....	20
<b>Figura 2:</b> Propriedade Particular.....	90
<b>Figura 3:</b> Folder do <i>Hotel Fazenda Areia que canta</i> .....	92
<b>Figura 4:</b> Folder da Agência de Turismo <i>Travel Adventure Brasil</i> .....	127
<b>Figura 5:</b> Folder de Localização - Areia que Canta .....	128
<b>Figura 6:</b> Espaço Turístico de Brotas - Prefeitura Municipal/Secretaria do Turismo.....	129
<b>Figura 7:</b> Folder Ecoação .....	150
<b>Foto 1:</b> Rio Jacaré-Pepira – Parque dos Saltos.....	71
<b>Foto 2:</b> Clube de Natação Santa Cruz - Brotas .....	73
<b>Foto 3:</b> Cachoeira da Roseira – Recanto das Cachoeiras.....	85
<b>Foto 4:</b> Prática de canoagem em ambiente não controlado: turismo radical.....	113
<b>Foto 5:</b> Rafting em ambiente controlado: turismo para a família.....	113
<b>Foto 6:</b> Turismo “naturalmente divertido”.....	115
<b>Foto 7:</b> Patrimônio: natureza e paisagem.....	122
<b>Foto 8:</b> Pousada Frangipani - Paisagem Idílica.....	126
<b>Diagrama 1:</b> Rede de Interlocutores (Abril a Julho de 2012) .....	55
<b>Mapa 1:</b> Brotas – Núcleo urbano, rodovias e estradas .....	121
<b>Mapa 2:</b> Uso e ocupação do solo .....	132
<b>Quadro 1:</b> Caracterização dos Interlocutores .....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABCT - Associação Brotense de Condutores de Turismo

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABROTUR - Associação das Empresas de Turismo de Aventura de Brotas e Região

CIAM – Centro de Interpretação Ambiental

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

LTA – Licenciamento Turístico Ambiental

SECTUR – Secretaria Municipal de Turismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA TEÓRICO-CONCEITUAL</b> .....	19
1.1 O Paradoxo de Giddens .....	19
1.2 A compreensão do aspecto relacional da questão ambiental a partir dos espaços rurais.....	24
1.3 A Teoria da Estruturação e a contradição do paradoxo .....	29
1.4 Abordagem estruturacionista: especificidade e crítica .....	34
<b>2. OPERACIONALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	38
2.1 A escolha do Município de Brotas .....	38
2.2 Teoria da estruturação e pesquisa empírica .....	42
2.3 A característica dialógica do conhecimento sociológico .....	44
2.4 O trabalho de campo.....	47
2.5 A teoria da estruturação como teoria crítica .....	58
2.6 Ruralidades como sistema social: turismo e questão ambiental como eixos de ressignificação..	63
2.7 A ressignificação do espaço de ruralidade em contexto de modernidade radicalizada .....	66
<b>3. PROCESSOS SOCIAIS DE RESSIGNIFICAÇÃO I: a valoração da natureza</b> .....	70
3.1 O Rio Jacaré-Pepira.....	70
3.2 Do “buraco” ao atrativo turístico .....	83
3.3 A valoração econômica da natureza .....	97

<b>4. PROCESSOS SOCIAIS DE RESSIGNIFICAÇÃO II: o conflito socioambiental</b> .....	107
4.1 Do Radical à Disneylândia .....	108
4.2 A Estrada do Patrimônio.....	120
4.3 O conflito socioambiental.....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>ANEXO A: Roteiro de Entrevistas</b> .....	161
<b>ANEXO B: Questionário</b> .....	166

*“Seja um bom artesão: evite todo conjunto rígido de procedimentos. Acima de tudo, procure desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evite o fetichismo de método e técnica. Estimule a reabilitação do artesão intelectual despretensioso, e tente se tornar você mesmo tal artesão. Deixe que cada homem seja seu próprio metodologista; deixe que cada homem seja seu próprio teorizador; deixe que teoria e método se tornem parte da prática de um ofício.”*

Charles Wright Mills, **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.**

## INTRODUÇÃO

*Pesquisador: Você gostaria de comentar algo a mais?*

*Janjão: Eu acho importante essa questão do trabalho sociológico sobre isso. Na verdade eu acho que o ser humano quer conforto hoje, ele quer chegar em casa e quer tomar um belo de um banho, quer ter a cervejinha para tomar, sua carne para comer, churrasco, uma televisão, mas tudo tem um custo, né? Tem um custo ambiental, financeiro, então acho que as pessoas também têm que pensar esse lado, usar, mas usar de uma forma, como eu já disse, racional.*

Trecho da entrevista com Janjão (Secretário do Meio Ambiente do Município de Brotas) durante o trabalho de campo (abril a julho de 2012).

A temática central da presente dissertação é a resignificação da questão ambiental - compreendida enquanto natureza e meio ambiente - em um espaço de ruralidade, especificamente, o município de Brotas-SP. Tal localidade apresenta a característica de unir práticas e representações acerca da preservação ambiental; o processo de profissionalização do turismo de aventura; e uma multiplicidade de discursos em torno de seu traço rural. Mais do que isso, a perspectiva teórica do sociólogo Anthony Giddens marca toda a trajetória do debate, seja a partir da teoria da estruturação, seja a partir da sua categoria autodenominada, *Paradoxo de Giddens*, as quais constituem feixes fundamentais para as reflexões. Em síntese, o ponto de partida é a crítica a uma abordagem normativa da questão ambiental e o ponto de chegada é a perspectiva múltipla, dinâmica e reflexiva da natureza e do meio ambiente, compreendidos enquanto percepções cognitivas mobilizadas nas interações sociais.

Dessa forma, o texto foi estruturado de maneira a articular três processos interdependentes e indissociáveis no âmbito da investigação sociológica: teoria, método e empiria. Conforme será observado ao longo do desenvolvimento das hipóteses, dos conceitos e das categorias específicas do trabalho de campo, essa divisão entre esses três pilares da práxis sociológica situa-se somente no plano formal, na medida em que toda concepção epistêmica da investigação baseia-se numa relação necessária entre essas esferas.

A primeira parte da dissertação dedica-se integralmente a construir a problemática teórico-conceitual em torno do *Paradoxo de Giddens*, uma categoria analítica apresentada na obra *A Política da Mudança Climática*, de Anthony Giddens - livro este que foi publicado originalmente no ano de 2009 com respectiva edição em língua portuguesa lançada no ano de

2010. O eminente e internacionalmente reconhecido teórico social inglês dedica-se às problemáticas contemporâneas referentes à crise do meio ambiente questionando-se acerca das razões envolvidas no fato do tema transitar de forma apenas retórica na agenda política e, principalmente, no fato das pessoas pouco se preocuparem com o destino do planeta no desempenho rotineiro e cotidiano de suas vidas. Segundo ele, quando os indivíduos tomarem consciência do problema e quiserem agir, será tarde demais para que suas ações influam em processos tão complexos como os envolvidos no clima global, emergindo assim um paradoxo, especificamente, o *Paradoxo de Giddens*. Dessa forma, o capítulo inicial apresenta a fundamentação dessa categoria analítica do autor e a problematiza criticamente no sentido de observar que ela acaba por essencializar, generalizar e abstrair a questão ambiental. Mais do que isso, procuramos desenvolver a teoria da estruturação do próprio Anthony Giddens com o intuito de embasar tal hipótese crítica, a qual consiste em debater que **a contradição está na própria noção de paradoxo e não na forma que as pessoas lidam com a questão ambiental**. Em síntese, que o paradoxo de fato se baseia em Giddens não interpretar as múltiplas percepções da questão ambiental (ou seja, da natureza e do meio ambiente) a partir dos instrumentais teórico-metodológicos de sua abordagem estruturacionista. É justamente a partir dessa problematização elaborada – e isso é particularmente importante – que passamos a compreender **a questão ambiental como um princípio estrutural** no âmbito da teoria da estruturação, ou seja, **como regras e recursos mobilizados nas práticas de reprodução e transformação da vida cotidiana**.

A segunda parte do trabalho apresenta a construção e a operacionalização de um quadro metodológico cujo objetivo caracterizou-se pela busca de indicadores empíricos referentes à hipótese crítica inerente à problemática apresentada. Para tal fim, elegemos o município de Brotas/SP como estudo de caso na medida em que nele foi possível visualizar, através de um primeiro levantamento documental exploratório, que a questão ambiental esteve e está no cerne da contínua construção discursiva da localidade enquanto *capital do turismo de aventura e/ou como capital do ecoturismo*. Em Brotas, desde a década de 90 - período de início da profissionalização do turismo realizado nos atrativos naturais da região (principalmente *rafting*, *canoísmo* e *rapel*, operado respectivamente nas quedas d'água, rios e cachoeiras brotenses) - a questão ambiental vem aparecendo de maneira fluída, relacional e contextual, e nunca de forma normativa, universal e abstrata. Esse é o “motivo sociológico” da escolha de Brotas como município de realização do trabalho de campo e da pesquisa sobre

as limitações da categoria analítica de Giddens. Cabe ainda ressaltarmos que Brotas - assim como outros contextos de ruralidade contemporânea - apresenta a coexistência da agroindústria (no caso, composta pela tríade produtiva da cana-de-açúcar, do eucalipto e da laranja) com a exploração turística da natureza, implicando que a questão ambiental – objeto de pesquisa - seja discutida em permanente diálogo com a própria questão do espaço rural.<sup>1</sup> Assim, através do resgate de uma literatura da sociologia rural brasileira acerca das ruralidades em processo de ressignificação apontamos que a percepção múltipla da natureza é justamente o elemento que faz com que essas localidades assumam uma pluralidade de dinâmicas de ressemantização do universo social e, mais, que constituam um sistema social específico.<sup>2</sup> Em suma, esse segundo capítulo descreve e analisa reflexivamente o trabalho de campo realizado no município entre os meses de abril a julho de 2012, o qual foi baseado em: observação das atividades sociais; elaboração de diários de campo; encontros de entrevistas semiestruturadas através da composição de uma rede de interlocutores (*técnica bola de neve*); aplicação de questionário socioeconômico; levantamento documental; e fotodocumentação. Assim, na dissertação, ao mesmo tempo em que descrevemos pormenorizadamente o campo e a operacionalização dos métodos, continuamente dialogamos com os pressupostos da teoria da estruturação - vinculando teoria e prática - acentuando o caráter dialógico, reflexivo e crítico da abordagem estruturacionista de Anthony Giddens.

A questão ambiental compreendida como **princípio estrutural implica em considerá-la contextual e relacional**, a qual emerge ora sendo mobilizada como recurso, ora como regra na estruturação social - na reprodução e transformação da vida cotidiana. Por sua vez, as percepções cognitivas de meio ambiente e natureza - elementos os quais constituem a questão ambiental - são objetos de ressignificação. Ser objeto de ressignificação implica na assunção de que os indivíduos, grupos e instituições transformam os significados dos fenômenos sociais a partir de seus interesses implícitos ou explícitos. É justamente para discutir esse movimento contínuo de transformação discursiva que se dedicam o terceiro e quarto capítulo. Neste ponto do trabalho foram selecionados quatro processos sociais no

---

<sup>1</sup> Tal vinculação do ambiental com o rural implica em admitirmos que a pesquisa acerca das múltiplas percepções cognitivas e discursivas da questão ambiental (no caso elaborada a partir da crítica ao *Paradoxo de Giddens*), poderia ter sido realizada em outro tipo de contexto, especificamente onde o meio ambiente e a natureza poderiam estar vinculadas a outros tipos de sistemas sociais - distintos dos contextos de ruralidade.

<sup>2</sup> A despeito de Giddens transitar de forma marginal no tema das ruralidades, consideramos que na medida em que é a questão ambiental que transforma o “rural” em “ruralidades”, esse espaço social e analítico emerge como porta de entrada bastante rica para o estudo da problemática construída.

município de Brotas que demonstram a convergência entre transformação do município a partir do turismo de aventura (início dos anos 90), contexto de ruralidade ressignificado e mobilização recursiva da questão ambiental. É essa **afinidade eletiva**<sup>3</sup> específica do estudo de caso que “amarra” os instrumentais e a literatura sociológica escolhidos com a problemática da pesquisa. Assim, tais processos sociais de ressignificação foram nomeados de: a) *O Rio Jacaré-Pepira*; b) *Do “buraco” ao atrativo turístico* c) *Do Radical à Disneylândia* e d) *A Estrada do Patrimônio*. Para além disso, tais processos foram relacionados analiticamente ora à dimensão da valoração econômica da natureza, ora aos impactos da agroindústria canavieira no meio ambiente, apresentando uma subdivisão correspondente ao terceiro e quarto capítulos: “Processos Sociais de Ressignificação” - “I” e II”. Isso explica-se por compreendermos ao longo da pesquisa que a ressignificação do município de Brotas através de tais processos esteve vinculada à própria perspectiva de modernidade e industrialismo de Anthony Giddens, às quais subsidiaram, ao longo da discussão, desdobramentos da crítica ao seu *Paradoxo*.

É de suma importância ressaltarmos que o esforço empreendido na presente pesquisa não trata de ser uma utilização ou uma adesão ideológica à teoria da estruturação e à perspectiva estruturacionista de Anthony Giddens na medida em que se caracteriza,

---

<sup>3</sup> O conceito de afinidade eletiva utilizado no âmbito da dissertação refere-se a Max Weber e à sua perspectiva analítica e metodológica. O termo, por sua vez, tem sua etimologia na Idade Média e nos alquimistas, os quais cunharam tal construto linguístico para ressaltar a afinidade e a atração entre determinados elementos químicos. O desdobramento do termo vem com Goethe, com sua obra “As Afinidades Eletivas”, de 1809, onde o clássico escritor do romantismo alemão utilizou tal origem química da relação para a construção de uma metáfora para a atração mútua de um homem e uma mulher, no mesmo espaço e tempo: “Para Goethe, há uma afinidade quando dois seres ou elementos ‘procuram um ao outro, atraem-se, apoderam-se um do outro e, em seguida, em meio a essa união íntima, ressurgem de forma renovada e imprevista”’. (GOETHE, 1948, p. 41 apud LOWY, 2011, p.130). Assim, é de Goethe a Max Weber que o conceito adquire sua transmutação para o campo da sociologia, remetendo à escolha, atração, combinação, sendo consagrado na afinidade entre “A Ética Protestante” e o “Espírito do Capitalismo”. De fato, em Weber o conceito emerge como o contorno da mera relação causal e a superação da dicotomia entre material e espiritual, entre economia e cultura, nas suas análises. Assim, o conceito transborda a noção de assimilação recíproca, de um arranjo orquestrado que através de um desequilíbrio alcança um grau de estabilidade e unidade. Em suma, a essência fundamental do conceito é a rejeição da “monocausalidade” e do “determinismo unilateral”. Assim, no âmbito da dissertação, quando nos apropriamos do conceito de afinidade eletiva weberiano estamos ressaltando a convergência ativa e o reforço mútuo de três processos: profissionalização do turismo, preservação do meio ambiente e ressignificação do contexto de ruralidade, os quais jamais devem ser compreendidos como relações de causa ou determinismo. Para o aprofundamento do debate do conceito weberiano, ver: Löwy, MICHAEL. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142.

essencialmente, como um exercício intelectual de mobilização de recursos teórico-metodológicos para a interpretação sociológica de certos processos e contextos sociais. Em síntese, a trajetória da dissertação procura debater sociologicamente que a questão ambiental não emerge na vida cotidiana de forma universal e normativa, mas eminentemente como percepção cognitiva vinculada à complexidade da cognoscência dos agentes.

## 1. A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA TEÓRICO-CONCEITUAL

### 1.1 O Paradoxo de Giddens

Preservação da natureza, meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade são temas que vêm dominando a agenda política deste início de século XXI. Relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas) apontam para uma variedade de cenários possíveis de mudança climática global caso os níveis de emissão de gases geradores do efeito estufa mantenham os atuais ritmos. Esta rede de cientistas, atores políticos e ambientalistas, alerta para a possibilidade de escassez generalizada de recursos hídricos, de diminuição do rendimento agrícola e da produção de alimentos, de colapso do sistema amazônico, de extinção definitiva das florestas tropicais, de derretimento das grandes geleiras, de crise da biodiversidade, de aumento das temperaturas, de proliferação de eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, de transformação de considerável contingente humano em refugiados ambientais (GIDDENS, 2010).

Quais são os responsáveis pela crise ambiental e quais são os agentes que devem agir para resolvê-la? Para Martins (2011), Anthony Giddens aponta que o enfrentamento da questão ambiental passa por uma política da mudança climática que construa como prioridade a redução das emissões de carbono em todas as esferas da atividade humana através de uma convergência econômica e política, em níveis institucionais locais e globais. De fato, como perspectiva dessa abordagem, esta transposição do problema para a agenda política pode ser caracterizada como a primeira onda de uma nova postura diante do meio ambiente e da sustentabilidade, a qual deverá ser seguida por uma segunda onda que “[...] deverá envolver sua introdução em nossas instituições e nas preocupações cotidianas dos cidadãos [...]” (GIDDENS, 2010, p. 22).

Estamos todos inseridos em uma complexa sociedade de consumo de bens e serviços materiais e imateriais, baseada na produção e queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão), reproduzindo e reelaborando constantemente essas mesmas estruturas energéticas. A questão fundamental que se coloca é que existe um verdadeiro abismo entre a vida cotidiana desempenhada pelos indivíduos e as possibilidades de catástrofe ambiental no futuro, esquema o qual se apresenta, na perspectiva sociológica adotada, como o *Paradoxo de Giddens*:

[...] visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais. (GIDDENS, 2010, p.20)

Em síntese, existe um reconhecimento das possíveis consequências do aquecimento global e de seus status como uma ameaça, entretanto não se verifica alteração substancial nas práticas cotidianas em relação a esse conjunto de enunciados. Abaixo expomos uma ilustração de Andy Singer, autor do projeto *No Exit*<sup>4</sup>, bastante ilustrativo do conceito forjado por Giddens:

**Figura 1: O Paradoxo de Giddens**



Fonte> SINGER, Andy. *Sem saída*. [sem data]. Disponível em: <<http://www.andysinger.com/>>. Acesso em: set. 2012.

<sup>4</sup> Andy Singer é um cartunista norte americano engajado em denunciar os problemas contemporâneos da mobilidade urbana, da degradação ambiental e do efeito estufa. Suas ilustrações circulam na internet, mas principalmente nas seguintes publicações dos EUA: *Funny Times*, *The Bay Monthly*, *Athens News*, *La Decroissance*, *Z Magazine*, *Random Lengths*, *Cagle.com*, *Urban Velo*, e *Eugene Weekly*.

O *Paradoxo de Giddens* compreendido como a negligência, a falta de ação, ou como apatia diante da crise ambiental é elaborado como categoria analítica a partir de quatro dimensões explicativas: a) fadiga da atenção; b) desconto do futuro; c) sistemas peritos e riscos abstratos; d) desconfiança nos enunciados das temáticas ambientais.

A primeira delas, a fadiga da atenção, é considerada como a tendência do risco adquirir proeminência midiática, ser incorporado às discussões cotidianas e às representações, ser utilizado politicamente como argumento de política pública ou plataforma de governo e, ao longo do tempo, perder suas potencialidades e reverberações assumindo caráter coadjuvante nas diversas modalidades das esferas pública e privada. Já o desconto do futuro lida com algumas discussões da psicologia social considerando que os agentes atribuem pesos diferenciais à realidade atual e às perspectivas posteriores, onde o presente e suas estruturas eclipsam as possibilidades futuras. Ou seja, há ênfase no predomínio do curto prazo diante de planejamentos que dialoguem com longos prazos.

A outra dimensão do *Paradoxo de Giddens*, sistemas peritos e riscos abstratos, deve ser compreendida a partir das características da sociedade pós-tradicional. Giddens (1991) aponta que a modernidade radicalizada articula-se de forma diferencial em relação a períodos e contextos de predomínio da tradição através de uma série de desdobramentos estruturais. Entre os principais, ressaltamos a separação entre espaço e tempo pelo surgimento de uma fluidez entre localidade e temporalidade; a proliferação de mecanismos de desencaixe, onde as próprias relações sociais são dissociadas de seus locais de interação costumeira; e a incorporação da reflexividade, o constante monitoramento reflexivo da ação que impõe ao conjunto das práticas sociais e institucionais um exame repetitivo e circular, uma ação cognitiva que reproduz e ao mesmo tempo transforma as práticas a partir das informações e características dessas próprias práticas. Reestruturação espaço-temporal, desencaixe e reflexividade formaram o substrato para que o desenvolvimento da modernidade se baseasse fundamentalmente nas fichas simbólicas e nos sistemas peritos. As primeiras, podemos considerar como os meios simbólicos de troca propícios à circulação que não levam em consideração as características específicas de seus portadores, sejam estes, indivíduos, grupos ou instituições. Já os sistemas peritos emergem descentrados, desencaixados, deslocalizados e despersonalizados, reivindicando legitimidade e competência técnico-científica em determinada área de administração, gestão e produção de saber; forjando a dicotomia inexorável entre leigos e especialistas; possuindo mecanismos exclusivos de admissão

baseados na posse de informação específica e no conhecimento de regras e procedimentos; e fundando sua autoridade nos discursos de liderança e competência (GIDDENS, 1997). Nesse sentido, a condição de modernidade radicalizada pressupõe a disseminação da confiança em suas fichas simbólicas e em seus múltiplos e complexos sistemas peritos. Os agentes envolvidos em suas vivências cotidianas ou em suas práticas institucionais transformam e reproduzem continuamente essas estruturas, mas sempre perpetuam essa confiança, seja através da elaboração de enunciados (consciência discursiva) ou através de ações não refletidas (consciência prática), restringindo, conseqüentemente, possíveis fontes de desconfiança, de tensão, de insegurança, medo, pavor e pânico, em síntese, extraindo uma percepção de segurança ontológica, existencial, a partir da confiança no prosseguimento rotineiro da vida social (GIDDENS, 2009). Tal quadro não implica a não percepção dos riscos inerentes a essa confiança pós-tradicional, pois muito ao contrário, é justamente a condição reflexiva que impõe um desencantamento em relação à peritagem, aos sistemas científicos e às prerrogativas técnicas, fazendo transbordar uma sensação de possibilidade de falha, de imprevisibilidade (GIDDENS, 1991; 1997; 2009). De fato, podemos considerar essa perspectiva da imponderabilidade inerente aos sistemas fundantes da segurança ontológica como a caracterização de uma sociedade permeada pela ubiquidade dos riscos, a qual fomenta que os agentes mergulhem em processos de individualização na busca não só de outras fontes de segurança existencial, mas de múltiplas esferas referenciais na construção de suas próprias identidades (BECK, 2010). A questão fundamental é que a temática ambiental, os dilemas da sustentabilidade e as perspectivas do aquecimento global estão inseridos no amplo leque de possibilidades dessa relação entre confiança e risco, cuja dinâmica é perpassada inexoravelmente pela construção social, simbólica e discursiva determinantes nas formas de decodificação, percepção e prevenção dos riscos (BECK, 2010). Tais fatos somam-se ainda às possibilidades catastróficas da proliferação nuclear, do terrorismo, das guerras militares generalizadas, das incertezas acerca da genética e da nanotecnologia, do crescimento populacional, e dos eventos geofísicos globais (EGG's), como tsunamis, asteroides ou terremotos, os quais não necessariamente derivam da influência antropogênica (GIDDENS, 1991; 2010).

Por fim, como último elemento indicador do *Paradoxo de Giddens* emerge a desconfiança e o desencantamento na própria rede de agentes sociais envolvidos na produção

dos relatórios do IPCC<sup>5</sup>. De fato, existe uma comunidade científica pluridisciplinar e multinacional desenvolvendo pesquisas acerca das mudanças climáticas, assim como uma miríade de interesses vinculados ao movimento ambientalista, aos pesquisadores céticos, ao movimento verde, às grandes corporações, aos interesses nacionais, às lutas no campo científico, etc., fatores esses que acabam amplificando a desconfiança nas previsões sobre o aquecimento global, as quais são geralmente baseadas em cenários prováveis, inferências estatísticas e possibilidades futuras. (GIDDENS, 2009).

Desconto do futuro; fadiga da atenção; riscos abstratos e sistemas peritos; e desconfiança nos enunciados ambientais. São somente essas dimensões que estão envolvidas no *Paradoxo de Giddens*? São estas as categorias analíticas explicativas da ausência de ação prática, concreta e cotidiana em relação às ameaças da mudança climática? Seriam essas noções generalizáveis para qualquer contexto e para inúmeras possibilidades de sistema social? E, sobretudo, existe *uma* questão ambiental?

A perspectiva da pesquisa é desenvolver uma reflexão para além do *Paradoxo de Giddens* considerando este como uma elaboração teórica de importância política relevante, mas que acaba apresentando interpretações generalizantes. A proposta caracteriza-se não só por situar contextualmente as explicações da ausência de ações práticas e concretas em relação à crise ambiental, mas principalmente por construir uma interpretação relacional acerca das próprias percepções cognitivas de natureza e meio ambiente, conjunto este que forma o dilema contemporâneo em torno da questão ambiental. De fato, consideramos que tais percepções cognitivas, categorias ou conceitos representacionais estão inseridos em sistemas de significação próprios - perpassados por interesses econômicos; por formas de classificação e distinção social; por efervescência de discursos e valorações hierárquicas; e por elementos desiguais e assimétricos de formação identitária.

---

<sup>5</sup> Para acesso a informações detalhadas do IPCC, estrutura administrativa, grupos de trabalho, relatórios e publicações, conferir: *Intergovernmental Panel on Climate Change*. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: set. 2012.

## **1.2 A compreensão do aspecto relacional da questão ambiental a partir dos espaços rurais**

O referencial empírico e conceitual trazido à tona no âmbito deste trabalho e que embasa a concepção da questão ambiental como relacional - oriunda justamente das múltiplas percepções cognitivas da natureza e do meio ambiente - é a literatura sociológica referente à ressignificação dos espaços rurais a partir da natureza. Cabe ressaltarmos que essa compreensão do aspecto relacional da questão ambiental poderia ser desenvolvida a partir de outros espaços ou de outros sistemas sociais, mas a vinculação ao rural deriva da especificidade do município de Brotas e no limite, de uma escolha subjetiva, individual e deliberada do pesquisador. Esse “recorte” necessário do objeto de pesquisa justifica-se por ser uma possibilidade de crítica ao *Paradoxo de Giddens*, a qual essencialmente coloca em foco a não utilização de sua própria abordagem estruturacionista no debate sobre meio ambiente.

Tal quadro, que analisa a questão ambiental em ligação intrínseca com as ruralidades, implica inclusive numa transformação das abordagens tradicionais acerca do rural, definido tradicionalmente em contraposição ao espaço urbano, seja através de referenciais materiais e geográficos, seja a partir de construtos imateriais e simbólicos. Diante disso, cabe a nós iniciarmos o debate desse arcabouço conceitual específico nos perguntando: mas o que é o espaço rural? Qual seria a especificidade de uma sociologia rural? Jollivet (1998) desenvolve o argumento de que os mecanismos institucionais de formação da sociologia enquanto disciplina científica foram os centros irradiadores de abordagens para os estudos acerca dos fenômenos sociais localizados no campo e que, justamente por isso, não existe uma teoria ou escola de pensamento claramente delineada que reivindique a categoria de sociologia rural. Sendo ao contrário, o olhar, o ponto de partida, e a delimitação do objeto a partir do espaço rural que emergiram como definidores das investigações sobre ruralidades.

Entretanto, a apresentação de tal perspectiva não significa a reprodução de uma dicotomia entre campo e cidade que esteve no cerne da estruturação epistemológica da sociologia. A distinção entre rural e urbano remete às origens do próprio iluminismo como um grande processo de enfretamento dos paradigmas do Antigo Regime, de ampla contestação do absolutismo e do poder da nobreza proprietária de terras, culminando com a ascensão burguesa nos espaços citadinos. Consequentemente, essa polarização entre campo e cidade adquiriu uma série de contornos a partir das estratégias de luta e disputa que marcaram

a emergência e a disseminação do modelo de modernidade ocidental, as quais moldaram as nomeações em relação a essas duas categorias. Como bem aponta Carneiro (2008), esse mito fundacional da sociologia rural realmente se constrói a partir da proeminência da cidade sobre o campo, a partir de uma relação de subordinação ancorada nas significações atribuídas ao rural (atraso, conservação, escassez, apatia política, exclusividade das atividades agrícolas, etc.) e ao urbano (velocidade, progresso, dinamismo, palco político, transformação, revolução, etc.).

Queiroz (1978) ao discutir exatamente a incorporação desses traços dicotômicos entre campo e cidade na formação das próprias instituições brasileiras - submetidas às prerrogativas discursivas da modernização europeia - nos alerta para a constatação empírica de que sempre existiu uma pluralidade de relações dialéticas entre o espaço rural e o espaço urbano, onde momentos históricos e contextos econômicos específicos impuseram relações ora de complementariedade, de imanência mútua, de reciprocidade, de ambiguidade, e conseqüentemente, ora de dependência, onde campo e cidade oscilaram como polos irradiadores de hegemonias. Ponto de vista este que converge com as próprias características fluídas, fragmentadas e contraditórias da modernidade brasileira, as quais impedem que existam categorias tão claramente dicotômicas (SOUZA, 2006).

Assim, a utilização do espaço rural como conceito chave no âmbito da investigação - *como lócus para a verificação de que a questão ambiental transborda seu aspecto relacional a partir da resignificação das múltiplas percepções cognitivas da natureza* - o compreende como sendo fluído, multifacetado, plural e constantemente ressemantizado por dinâmicas sociais e institucionais, em suma, como um campo possível de ser abordado sociologicamente, mas a partir de formas capazes de conjugar a interdisciplinaridade e a integração das categorias locais, globais, espaciais e temporais (JOLLIVET, 1998). Isso de fato implica a consideração de que o rural não emerge somente como conceito e categoria de pensamento, mas acima de tudo, como uma categoria histórica, uma construção simbólica e discursiva resultante de uma série de processos sociais:

Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – a agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção e consumo, etc. (WANDERLEY, 2009, p.215)

Disto decorre a compreensão da ruralidade não como enunciado universal, mas como eixo analítico contextual e relacional, expressivo de uma conjuntura heterogênea de sistemas sociais, culturais e econômicos. Essa linha de raciocínio desloca a abordagem da restrição espacial do campo em oposição ao espaço da cidade, desconstrói a noção de identidade rural fixa, rígida e estereotipada, e passa a operar o rural como eixo de efervescência de construção de identidades, de representações, de composições nos quais os agentes em interação significam e nomeiam continuamente o espaço no qual vivem, conjugando para isso, elementos ambíguos, pertencentes tanto à cidade, quanto ao campo (CARNEIRO, 1998).

E é exatamente neste aspecto que retomamos as preocupações acerca do *Paradoxo de Giddens*, pois o principal eixo de ressignificação do espaço rural constitui-se como uma explosão de discursos e representações acerca da questão ambiental:

A natureza, principal aglutinador de signos nesse meio, torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói. Deixando de representar um meio de produção, a natureza passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objeto de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão da realidade que é ao mesmo tempo imaginária e operatória [...] serve para classificar e dar sentido ao mundo. (CARNEIRO, 2008, p. 25)

A natureza opera como eixo de enunciação e representação do espaço rural emergente, dialogando com a presença ubíqua de paisagens exuberantes, com o despertar de sentimentos idílicos relativos a uma tradição perdida nas atividades contemporâneas, com a revalorização do artesanato, das culturas típicas, das festividades, das simplicidades da vida campesina. Na verdade, há inclusive uma rearticulação simbólica de arquétipos anteriormente considerados estigmas, como o rústico, o simples, o manual, etc. O cenário tipicamente pertencente à agricultura e as características consolidadas do mundo agrícola cedem à representação paisagística do todo e ao discurso social da qualidade do que seja essencialmente rural e próximo da natureza (JOLLIVET, 1998).

Em síntese, ruralidades e urbanidades estão em fluxos discursivos, culturais, e de significação dialógica, apresentando uma ruptura com a concepção essencialista de um *ethos* rural ou urbano, indicando uma interpenetração entre elementos da cidade e do campo de forma fluída e intercambiável, constituindo um par de significações dual, múltiplo e relacional (MOREIRA, 2005).

Dessa forma, ao invés de partimos das noções de *continuum* rural-urbano, de desaparecimento das especificidades do campo, de proeminência do urbano sobre o rural e de paradigmas acerca do espaço agrícola, preferimos operar com a ruralidade como territorialidade, como sociedade local dotada de história, permeada de referência identitária, material e imaterialmente vinculada as suas dinâmicas específicas. Retomando o argumento de Carneiro (1998, p. 60), ao invés da ênfase recair sobre o que seja pertencente ao campo ou à cidade, ao que seja respectivamente sociologia rural ou sociologia urbana, a noção de localidade observa exatamente a construção social das variadas categorias de representação do espaço:

Como vemos, as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.

A partir da ruralidade concebida de forma mais complexa, não como ponto estático de análise, mas sim como ponto de partida, como objeto referencial do olhar para uma multiplicidade de relações sociais que somente podem ser compreendidas em complexa interação com os fatores acima citados, em síntese, a partir do conceito de localidade, torna-se evidente que o espaço rural está sendo perpassado por um intenso processo de ressemantização.

Carneiro (2005) aponta que essa perspectiva, essa abordagem da localidade, implica em contínuas formações de identidades, de relações, de construções simbólicas, de relação com a natureza, que não expressam uma ruptura no espaço e no tempo, mas sim a posição social dos atores e os arranjos de interesse entre os grupos.

A partir da perspectiva apresentada por Martins (2010), a noção de território também pode ser desenvolvida a partir da contribuição weberiana do *milieu* econômico, capaz de subsidiar a reconstrução dos sentidos da ação social de agentes e grupos a partir de interesses localizados e de uma abordagem histórico-territorial. Esse instrumental (WEBER, 1971) enfatiza a especificidade territorial, a complexidade causal da conjuntura, o arranjo determinado pela dinâmica histórica dos lugares, dos espaços, e das estruturas de poderes, articulando assim processos locais e nacionais, juntando as características ambientais, geográficas, etc. Ou seja, o *milieu* econômico caracteriza-se como um espaço composto das

características e arranjo políticos, socioculturais e econômicos dos locais, constituindo importante referência para a noção de localidade/territorialidade construída na pesquisa, pois a investigação busca justamente reconstituir os sentidos diferenciados atribuídos às categorias operantes no espaço social a partir da interação e da heterogeneidade dos agentes.

Nesses espaços de ruralidades localizadas e específicas estão em jogo processos sociais de ressemantização efervescentes os quais, por sua vez, reproduzem conflitos sociais e assumem características peculiares nas interações entre indivíduos, grupos e instituições. Como aponta Paulino (2005, p. 262):

A noção de natureza constitui também uma espécie de categoria operatória que reflete, ao mesmo tempo em que opera, as distinções entre os agentes sociais, contribuindo para a elaboração das identidades locais e expressando formas de organização social distintas.

De fato, através das múltiplas concepções de natureza como categoria operatória – a *partir das percepções cognitivas da questão ambiental* - emergem conflitos e tensões entre grupos locais, lutas classificatórias, discursivas e materiais, as quais demarcam simbolicamente os espaços sociais (PAULINO, 2005).

Dessa forma, com vistas a essa literatura em sociologia rural acerca da ressignificação dos espaços rurais a partir da natureza e com base na definição do *Paradoxo de Giddens* apresentada anteriormente, elaboramos a hipótese crítica do trabalho, a qual se caracteriza pela seguinte argumentação: a percepção cognitiva da questão ambiental não emerge empiricamente como universal, abstrata e fixa, e portanto, mostra-se dissonante diante da abordagem normativa do tema utilizada muitas vezes para incluí-lo tanto na agenda política como nas práticas cotidianas dos indivíduos (intuito de Anthony Giddens em *A Política da Mudança Climática*).

A problematização sociológica elaborada como forma de nos inserirmos criticamente nesse debate implica em considerarmos a não existência de *uma* questão ambiental em si, e mais do que isso, pauta-se em investigarmos sua emergência como um dos elementos mobilizados nas ações e práticas sociais, - nas interações entre indivíduos, grupos e instituições - como princípio estrutural no âmbito da teoria da estruturação do próprio Anthony Giddens.

### 1.3 A Teoria da Estruturação e a contradição do paradoxo

De fato, esta pesquisa tem no horizonte debater criticamente a noção do *Paradoxo de Giddens* a partir da própria teoria da estruturação do autor. Nessa abordagem estruturacionista do autor seu conceito de estrutura a compreende como um conjunto de regras (elementos normativos e códigos de significação) e recursos (impositivos: mobilizados na coordenação das atividades dos agentes humanos; e alocativos: mobilizados no controle de aspectos do mundo material). Regras e recursos que compõem a estrutura formam assim um conjunto de normas, mecanismos e construtos que são mobilizados nas interações, reproduzindo e transformando, estabilizando e modificando as relações sociais através do tempo e do espaço. É assim também que tal estrutura emerge como dual a partir do caráter recursivo da vida social, da recursividade atuante no espaço-tempo através da repetição e da rotina, estabelecendo uma perpetuação do dia-a-dia que não significa meramente reprodução estrutural, mas sim a recriação contínua das propriedades estruturais a partir das próprias características que as constituem. A recursividade emerge como conceito que expressa que as atividades não são criadas pelos atores, mas continuamente recriadas através dos próprios meios sociais nos quais estão inseridos, funcionando como um desdobramento reflexivo e social sobre si mesmo, uma autorreferenciação contínua (GIDDENS, 2009).

A agência na abordagem estruturacionista é composta pelo *monitoramento reflexivo da ação*, o qual compõe a ação cotidiana e refere-se a todos os agentes envolvidos na interação, onde os agentes controlam e monitoram as dinâmicas comunicativas com a expectativa que seu interlocutor também o controle e monitore; pela *racionalização da ação*, a qual se refere aos agentes possuírem uma base teórica comum na comunicação, uma competência mútua de compreensão, uma capacidade de explicação necessária a priori, mas não necessariamente invocada na interação; e pela *motivação da ação*, que explicita que a maior parte das ações cotidianas não são diretamente motivadas, mas sim decorrentes de uma motivação global, de um projeto que geralmente se manifesta apenas em ocasiões ou eventos que escapam à rotina (GIDDENS, 2009).

A recursividade e a reprodução transformadora da estrutura social não deixam de estar diretamente envolvidas nos processos de significação e identificação, articulando posição espacial, perspectiva temporal e modelos de agenciamento variados e deslocados. Assim, segundo Giddens (2009, p. XXVII): “[...] cada pessoa está posicionada, de um modo

‘múltiplo’, dentro de relações sociais conferidas por identidades sociais específicas [...]”, e da mesma forma, os contextos de interação social também estão situados, múltiplos e posicionados: “[...] não são apenas os indivíduos que estão ‘posicionados’ em relação uns aos outros; os contextos de interação social também estão.” Desta maneira, em decorrência que indivíduo e estrutura – “pessoa e contexto de interação social” – estão submetidos ao posicionamento relacional e dialógico, os recursos disponíveis e utilizados não apresentam características fixas, universais, abstratas e imutáveis, mas sim aspectos que derivam dos determinantes situacionais, especificamente contingenciais. O que significa dizer que são permeados não só pela variabilidade, mas por processos que implicam em interesses, contradições, hierarquias e distinções. Em suma, os recursos disponíveis aos agentes sociais são inexoravelmente móveis, fluídos e interacionais, são eminentemente objetos de disputas de classificação e valoração, são constantemente alvo de ressignificação.

No que tange à questão ambiental, conforme nos aponta Lenzi (2006, p. 106): “[...] a questão ecológica pode ser vista como estando entrelaçada em três fases distintas do trabalho de Giddens: a) sua teoria da estruturação; b) sua teoria da modernidade e, c) seu pensamento político.” Já por seu turno, a presente investigação procura discutir os fatores ambientais com foco principal na teoria da estruturação buscando operacionalizá-la em uma perspectiva empírica capaz de reunir indicadores concretos que permitam observar a questão ambiental atuando como princípio estrutural, como regras e recursos, influenciando na agência e em seus processos de monitoração, racionalização e motivação da ação.

É a partir desse potencial analítico oferecido pela teoria estruturacionista que consideramos a questão ambiental - formada pelas percepções cognitivas da natureza e do meio ambiente - como um princípio estrutural: “Na teoria da estruturação nós poderíamos dizer que o meio ambiente se apresenta na condição de *estrutura* e, portanto, na perspectiva desta teoria, como um *meio* e *resultado* da ação humana.” (LENZI, 2006, p.107). Na medida em que os fatores ambientais são estrutura eles influenciam diretamente nos elementos que os compõem, de forma recursiva, operando dialogicamente como regra, recurso, e como aspecto muitas vezes determinante na agência. Disso decorre que quando interações sociais são marcadas por fatores ambientais eles são mobilizados de forma interacional pelos atores, fazendo com que no limite, a questão ambiental seja eminentemente social, e jamais abstrata, universal e fixa.

Entretanto, como apresentamos anteriormente, Giddens (2010) - ao apontar para a necessidade da questão ambiental ser incorporada à agenda político-institucional e ao questionar a ausência da consciência ou preocupação por parte dos indivíduos em relação ao tema no desempenho rotineiro das suas vidas - elabora o seu *paradoxo*, o qual postula que mesmo se ações forem tomadas não haverá mais tempo para influência antropogênica no clima global. Nesse aspecto, o próprio autor está abdicando de compreender a questão ambiental no âmbito dos instrumentais conceituais oferecidos pela sua própria teoria da estruturação. Os fatores ambientais em jogo nos processos de interação social não propiciam a existência de *uma* questão ambiental essencializada, a-histórica, atemporal, a-geográfica e descontextualizada, mas sim a existência da questão ambiental como estrutura, como princípio estruturante, capaz de ser mobilizada de múltiplas formas pelos agentes sociais e de acordo com seus interesses, aparecendo como regra e/ou como recurso, transbordando de formas variáveis a partir das configurações sociais que moldam os processos de monitoração, racionalização e motivação da agência.

Por conseguinte, segundo Cohen (1999), um esforço proeminente na teoria da estruturação de Giddens é a contestação do princípio que permeia a teoria social de tradição positivista: a crítica a uma concepção de que existem na sociedade, regularidades, leis e uniformidades trans-históricas. Giddens de fato aponta para uma práxis social recursiva, dialógica e reflexiva, onde agência e estrutura são produzidas e reproduzidas, condicionando a transformação e reprodução social a características interacionais e contextuais fortemente vinculadas ao desencaixe espaço-tempo, aos mecanismos envolvidos na co-presença, e ao constante monitoramento reflexivo da práxis social. Mas, a despeito disso, quando Giddens elabora uma perspectiva normativa da questão ambiental ao questionar a não ação diante da crise climática, ele acaba por essencializar a percepção cognitiva da natureza, a qual abrange em sua diversidade e contextualidade, justamente a não ação como um dos tipos de ação social, conduta ou agência. Giddens acaba contradizendo-se na crítica ao positivismo ao deixar de conceber a questão ambiental como uma estrutura no âmbito de sua teoria, como um fator que é mobilizado recursivamente pelos atores sociais de acordo com os constrangimentos, coerções e poderes envolvidos na agência. De fato, o problema teórico-conceitual reside no *Paradoxo de Giddens* e não na sua abordagem estruturacionista, fazendo com que o verdadeiro paradoxo resida na não utilização da sua teoria da estruturação para a

interpretação da questão ambiental. A contradição mais explícita transborda quando Cohen (1999, p. 402) define justamente aquilo que a perspectiva estruturacionista tem de essencial:

A ausência de hipostatização na teoria da estruturação é evidente na extensão em que Giddens evita impor quaisquer restrições substantivas aos seus conceitos ontológicos. Esses conceitos não atribuem prioridade trans-histórica a práticas ou processos específicos de produção e reprodução social; não se postulam “necessidades” universais nem para as coletividades nem para os atores sociais; e Giddens investe vigorosamente em que todos os modos de teoria que postulam ou implicam qualquer teleologia funcional ou trajetória funcional da evolução social são enganosos e incorretos. (COHEN, 1999, p. 402)

É objetivamente sobre esse aspecto que Lenzi (2006, p.106) aponta: “Giddens considera sua teoria da estruturação como uma teoria ontológica do mundo social. Ela não se concentra em questões propriamente epistemológicas, mas se debruça sobre a natureza ontológica do mundo social.” Dessa forma, consideramos sim que a teoria de Giddens não procura estabelecer modelos interpretativos genéricos para realidades sociais, mas ao contrário, pressupõe a apresentação de conceitos que dizem respeito acerca dos mecanismos e processos das interações macrossociais e microssociais, enfatizando o tempo, o espaço e, principalmente, a cognoscência dos agentes.

Muito mais do que isso, adotamos a interpretação que a questão ambiental está “[...] no centro da teoria da estruturação e diz respeito a um conceito central dessa teoria: o conceito de dualidade da estrutura” (LENZI, 2006, p. 107). Tal caráter dual da estrutura emerge como essência da estruturação, implicando que os princípios estruturais sejam meio e resultado da agência, operando recursivamente como substrato e resultado da ação social, o que nesse sentido, implica que natureza e meio ambiente, na medida em que compõem a denominação “fatores ambientais”, sejam construtos de produção e reprodução social, possuindo assim, movimento e dinamismo, assumindo constantemente sentidos dialógicos e múltiplos, apresentando-se como objetos e meios de ressignificações sociais. Ainda conforme Lenzi (2006, p. 108):

Seja qual for o papel que a natureza exerça na teoria da estruturação, não parece existir dentro dessa teoria espaço para a presença de uma suposta ‘natureza intocada’. A natureza, na visão estruturacionista, está sempre implicada nas práticas sociais e se coloca sempre como uma ‘natureza socializada’.

Esta interpretação do papel dos fatores ambientais no âmbito da teoria da estruturação corrobora a perspectiva de analisar criticamente o *Paradoxo de Giddens*, concebendo-o como uma categoria analítica que subutiliza as ferramentas sociológicas oferecidas pela teoria do próprio autor.

Por fim, outro aspecto teórico-conceitual a ser destacado é que, conforme Giddens desenvolve a sua noção de *paradoxo* - inferindo um questionamento explícito da não ação humana diante dos indicadores de crise ambiental - emerge uma perspectiva de que a questão ambiental e sua correspondente percepção cognitiva são universais e abstratas, dissociadas não só dos contextos de interação social, mas dos tipos variados de poder que revestem a agência. Ora, de acordo com Giddens (2009, p. 333-334):

O estudo do poder não pode ser visto como uma consideração de segunda ordem nas ciências sociais. [...] Não existe conceito mais elementar do que o do poder. [...] O poder é um dos vários conceitos primários da ciência social, todos enfeixados em torno das relações de ação e estrutura.

Assim, é evidente que a percepção cognitiva da questão ambiental é alvo de disputas de nomeação, classificação, distinção e legitimidade entre indivíduos, grupos e instituições sociais, fazendo com que, conseqüentemente, sejam objetos de poder. Da mesma forma, e isso é particularmente importante aqui, a questão ambiental sendo interpretada sociologicamente como estrutura implica que o conceito de poder seja evidenciado, assim como seus indicadores empíricos.

Em suma, em seu *paradoxo* o autor questiona a ausência da questão ambiental quando, conforme estamos desenvolvendo o argumento, esta questão não existe em si, mas opera como estrutura e não deve ser debatida sob a retórica da ausência ou presença de consciência ambiental, mas sim como elemento estruturante de múltiplas formas de ação social, de variadas modalidades de agência. Em síntese, não há questão ambiental, existem possibilidades infinitas de a questão ambiental ser mobilizada – recursivamente - nas interações sociais. De fato, o paradoxo é mesmo de Giddens, mas não no sentido de que os indivíduos só agirão quando não houver mais possibilidades de transformação, e sim no sentido de que Giddens tangencia sua teoria da estruturação e essencializa a questão ambiental.

#### 1.4 Abordagem estruturacionista: especificidade e crítica

A teoria da estruturação de Anthony Giddens pressupõe estabelecer um conjunto de conceitos que forma uma interpretação ontológica da realidade social e procura estabelecer um marco na questão crucial que vem marcando o debate nas ciências desde sua fundação: a dicotomia entre indivíduo e sociedade. O que na teoria de Giddens emerge como um par conceitual nomeado de agência e estrutura, na literatura sociológica aparece como uma dualidade entre objetivismo e subjetivismo, estruturalismo e individualismo metodológico, macro e microssociologia.

Como sabemos, é justamente através da explicitação clara dessa dicotomia inerente à epistemologia das ciências sociais que Giddens procura superá-la, ressaltando para isso o caráter dialógico, recursivo e dual existente entre agência e estrutura. A estruturação compreende a articulação inexorável entre esses dois polos da análise social. Eis Cohen tratando novamente sobre a teoria de Giddens: “A única conclusão possível, uma vez operada a combinação dessas máximas [agência e estrutura], é que as propriedades das coletividades e os procedimentos da ação pressupõem-se de certo modo um ao outro na realidade da vida social” (1999, p. 394). É evidente que esse esforço de superar a dicotomia clássica seja o cerne e aquilo que especifica a teoria da estruturação, mas não é consenso que tal corpus teórico seja capaz de resolver tal questão. Não à toa, Anthony Giddens coleciona uma pluralidade de críticos ao conjunto de sua obra, dos quais, é bem verdade, parte relevante não mergulha justamente na sua *A Constituição da Sociedade* e se situe somente nas obras referentes à modernidade e à globalização: como *As consequências da modernidade*, e à política: como *Para além da esquerda e da direita*. Por outro lado, é claro que Giddens desperta críticas que vão ao âmago do aparato conceitual que visa resolver a distinção marcada entre agência e estrutura, as quais problematizam conceitos chaves, tais como reflexividade, alta modernidade, consciência discursiva, consciência prática, cognoscência dos atores, monitoramento reflexivo, etc.

Nesse sentido, é importante retomarmos que em Giddens (1990) as dicotomias entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, desfazem-se através do caráter dual da estrutura, da relação dialógica que se verifica entre agência (ação) e estrutura, da presença de recursividade nos atores sociais, à qual implica que as atividades sociais não sejam criadas pelos atores, mas continuamente recriadas através dos próprios meios sociais nos quais estejam inseridos,

funcionando como um desdobramento reflexivo sobre si mesmo, como uma autorreferenciação crítica e contínua. De fato, a teoria da ação de Giddens (1990) expõe a presença da racionalização, da motivação e do monitoramento reflexivo como eixos que se articulam entre si e também com as dinâmicas impostas pelas categorias de espaço e tempo. Ora, a elaboração conceitual de Giddens denomina-se teoria da estruturação justamente pelo caráter atuante dos agentes na apropriação e na reconstituição da estrutura, na produção e reprodução das práticas sociais, evidenciando o movimento, a recursividade e a reflexividade inerentes ao cotidiano, à rotina e ao hábito. Da mesma forma, a modernidade em Giddens (1991) é caracterizada pela presença desse monitoramento reflexivo da ação; pelo capitalismo, controle da informação, industrialismo e poder militar; e também pelo deslocamento e desencaixe do espaço-tempo.

Assim, como crítico importante dessa construção teórica de Giddens no âmbito da sociologia brasileira, Costa<sup>6</sup> (2004, p. 86), conceitua e enfatiza a centralidade do conceito de reflexividade na obra do sociólogo inglês: “[...] as ações sociais são permanentemente renovadas e reavaliadas mediante a apropriação dos conhecimentos que vão sendo produzidos sobre as próprias ações e os sistemas sociais nos quais elas têm lugar.”, afirmando que no autor emerge uma reflexividade institucional, decorrente das próprias características de sua teoria da estruturação. As críticas de Costa (2004; 2006) a esta sociologia da modernidade reflexiva de Giddens se articulam questionando justamente os dois importantes conceitos analíticos: modernidade e reflexividade, os quais em sua perspectiva, respectivamente pressupõem a existência de uma visão teleológica e adquirem caráter político-normativo, perdendo sua essência de categorias unicamente descritivo-analíticas.

Sérgio Costa desenvolve assim o argumento de que em Giddens existe a transformação da reflexividade em atributo da modernidade e eixo da modernização; e sua utilização como categoria distintiva de estágios históricos coincidentes com a ampliação, disseminação e sofisticação da reflexividade; o que acabaria se desdobrando na divisão sequencial entre sociedades tradicionais, modernidade e alta modernidade. Expõe o crítico:

---

<sup>6</sup> Sérgio Costa em suas obras procura sempre desenvolver uma crítica que incide tanto sobre Anthony Giddens quando sobre Ulrich Beck, especialmente acerca do trabalho conjunto desses dois autores no que tange à modernização reflexiva. Costa busca analisar a metateoria da sociologia da modernização reflexiva e sua crítica insere-se ainda em um quadro analítico, teórico, metodológico e político, ainda maior: o dos estudos pós-coloniais. Sendo assim a crítica é perpassada não só por um mergulho na metateoria que procura observar os contextos de produção teórica e os quadros políticos de referência, mas principalmente por um olhar de crítica epistemológica às raízes fundantes do pensamento social, atuando assim, *politicamente* em prol de uma nova gramática distinta daquela que elege o ocidente como parâmetro valorativo.

“[...] a generalização da reflexividade, ora apresentada como evidência histórica, ora como imperativo moral [...] acaba descrevendo a globalização como o processo evolucionista e monocêntrico de expansão de uma certa ‘constante’ social, a reflexividade.” (COSTA, p. 95, 2004). Assim, Costa (2004, p.91; 2010, p. 72) argumenta que Anthony Giddens contradiz sua própria teoria da estruturação já que “[...] hierarquiza formas culturais de vida, incorrendo no evolucionismo teórico [...]”, quando situa o avanço e desenvolvimento da reflexividade nas sociedades do Atlântico Norte, atribuindo a estas o monopólio de uma sociabilidade específica e de valor diferencial.

Por fim, Costa (2004; 2010) ressalta que o conceito de reflexividade desenvolvido por Giddens - o qual subsidia os desdobramentos teóricos acerca da modernidade - possui tempo e espaço determinados, história e geografia específicos, sendo assim produtos forjados nos anos 60 e a partir das experiências cotidianas e dos movimentos sociais típicos de indivíduos norteeuropeus, pertencentes por sua vez, às classes médias.

No momento em que Sérgio Costa aponta uma série de aspectos subjacentes à teoria sociológica da modernização reflexiva de Giddens - enfatizando a existência de diálogos implícitos com temas tipicamente eurocêntricos e evolucionistas, e destacando o espaço e tempo sociais específicos que subsidiariam as observações empíricas - está justamente elaborando uma crítica baseada naquilo que vai além, que ultrapassa a construção teórico-metodológica. De fato, este movimento intelectual caracteriza-se exatamente no mergulho à metateoria, aos quadros simbólicos que alimentam as teorias, formados a partir de matrizes valorativas exteriores ao campo científico e compostas por referenciais sociais, econômicos, políticos e morais, portando assim, visões de mundo, ideologias, concepções, etc. Disso decorre, do nosso ponto de vista, que toda teoria implique em uma metateoria, seja porque inevitavelmente o mundo empírico forneça as categorias a serem traduzidas em explicações dos fenômenos sociais, seja porque tais codificações inteligíveis de interpretação emanem de realidades específicas e situadas. Assim, torna-se imprescindível que a análise social - ao dialogar com teorias específicas e ao utilizar um corpus teórico-metodológico para a investigação de um objeto de pesquisa dotado de um campo correspondente - seja capaz de articular o amplo espectro metateórico subjacente aos construtos intelectuais mobilizados. Isso implica em dizer que compreendemos a utilidade analítica e conceitual de muitas categorias sociológicas permeadas por construtos metateóricos produzidos em contextos diferenciados ao campo de estudo desde que sejam mediadas justamente por uma postura

reflexiva dos pesquisadores, capaz de articular teoria, metateoria e as categorias fundamentais que emergem de seus respectivos universos de pesquisa.

Dito isto, consideramos que este trabalho tem o mérito de tentar operacionalizar boa parte dos conceitos construídos por Giddens na sua interpretação ontológica da realidade social e, ao mesmo tempo, contribuir para o debate sociológico acadêmico no que tange à teoria da estruturação, afinal, como aponta Ira J. Cohen: “A extraordinária diversidade das escolas de pensamento que estão sujeitas a críticas produtivas nos seus escritos, assim como o escopo e os detalhes da própria teoria da estruturação, diferencia Giddens de outros estudiosos que estão empenhados em esforços similares.” (1999, p. 394). De tal modo que a multiplicidade de críticas a Giddens e à teoria da estruturação não explicitam a marginalidade e a desimportância dela no debate das ciências sociais, mas sim, o contrário, ainda mais na medida em que tais questionamentos emergem de variadas tradições da pesquisa social.

Tanto é pertinente esta afirmação que, justamente esta dissertação elege uma categoria analítica, o *Paradoxo de Giddens*, como ponto de partida crítico para desenvolver uma problemática sociológica balizada pelo instrumental teórico-metodológico da teoria da estruturação. Nessa medida é importante ressaltar que a aplicação mecânica da teoria da estruturação jamais se justificaria, este não é o seu fim. O potencial para uma análise sociológica rica e densa sobre processos sociais reside justamente nesse aspecto ontológico da teoria, como um conjunto de conceitos capazes de auxiliar uma abordagem empírica e metodológica coerente com os principais processos inerentes às sociedades contemporâneas, permitindo assim interpretações vinculadas às especificidades dos objetos de estudo.

## 2. OPERACIONALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Apresentada a construção da problemática sociológica presente no âmbito do estudo: a de que o *Paradoxo de Giddens* essencializa a questão ambiental transformando-a em um categoria analítica estática e rígida, cabe prosseguirmos através da análise empírica da referida hipótese crítica, o que implica em encontrarmos indicadores na realidade social capazes de subsidiar a interpretação sociológica de que, ao contrário, a questão ambiental é múltipla e opera como princípio estrutural. Para isso, apresentamos a construção de um instrumental teórico-metodológico vinculado intimamente à operacionalização da própria teoria da estruturação de Anthony Giddens através de um estudo de caso especificamente centrado num contexto específico de ruralidade em processo de transformação: o Município de Brotas, localizado no interior de São Paulo.

### 2.1 A escolha do Município de Brotas

O espaço para a realização da pesquisa de campo foi o município de Brotas, localizado na região central do Estado de São Paulo, a 65 km de distância de São Carlos e a 235 km da capital. A cidade possui 20.996 habitantes, sendo 17.903 residentes na área urbana e 3.093 moradores no espaço rural; pertence à bacia do Jacaré-Tietê e à sub-bacia do Rio Jacaré-Pepira; ocupa 85% de área de afloramento do Aquífero Guarani; e compõe a Área de Proteção Ambiental Corumbataí-Tejupa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, 2011a).

A cidade de Brotas foi escolhida para a realização do trabalho de campo justamente por ser um espaço rural que vem sendo, desde o início da década de 90, ressignificado por múltiplas percepções da questão ambiental, o que, no caso específico, caracteriza-se pelo processo desencadeado pelo desenvolvimento do turismo de aventura. Com base no conjunto dos depoimentos dos interlocutores acerca da história da cidade consideramos relevante sintetizar de forma bastante breve os processos que levaram Brotas a se tornar – ou a ser construída – como “a capital do turismo de aventura”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A caracterização sintética do município se justifica na medida em que os detalhes históricos, econômicos, políticos e socioculturais são, ao mesmo tempo, os subsídios analíticos para as múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental entrelaçadas a esses processos, o que faz com que os abordemos em suas especificidades a partir do capítulo 3 dessa dissertação.

Desta forma, aspecto inicial a ser considerado é que Brotas foi um município marcado fortemente pela economia cafeeira da primeira metade do século XX, tornando-se, conforme relato de uma gama de interlocutores, um espaço de sociabilidade marcado eminentemente por um grupo conhecido de famílias e compadres, de onde justamente emergiu o *slogan* de “Brotas, a cidade da amizade”. O Rio Jacaré-Pepira, conforme será discutido mais adiante, não só determinou a paisagem concreta do município - sendo referencial para o estabelecimento de regionalizações e bairros – mas também emergiu como eixo de socialização, lazer e identidade para diversas faixas etárias da população. O Rio Jacaré propiciou que a atividade de “descer” o rio com boias improvisadas de caminhão; que a “aventura” de realizar trilhas na mata e de descobrir atrativos e belezas naturais; e que o hábito de nadar em trechos específicos das corredeiras; tornassem-se vinculados às práticas lúdicas locais. Além disso, nos anos 80 começaram as primeiras iniciativas de construção de consórcios municipais locais com o objetivo de proteger os recursos naturais inerentes à região: fauna e flora ricas, cachoeiras e corredeiras em abundância, minas e nascentes variadas, e o Rio Jacaré-Pepira limpo e preservado. Foi justamente essa configuração específica que permeou o entrelaçamento entre as atividades de aventura, o usufruto da natureza e a consciência de preservação ambiental.

No início dos anos 90 a cidade de Brotas estava imersa em um contexto econômico caracterizado por disputas entre as administrações municipais com o objetivo de atrair atividades industriais capazes de gerar emprego e renda para a localidade. Em vista disso, uma empresa de grande porte especializada em tratamento de couro cru - *uma indústria de curtume* - proveniente da região Campinas, ofereceu-se para instalar-se em Brotas e utilizar-se do Rio Jacaré-Pepira para rejeito de resíduos inerentes à atividade<sup>8</sup>. Diante disso, um grupo específico da população local fundou o *Movimento Rio Vivo* com vistas a proteger o Rio Jacaré-Pepira, reagindo contrariamente à vinda do curtume e, ao mesmo tempo, pressionando o poder legislativo para o impedimento da concretização da instalação da unidade industrial<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> A principal substância usada no processo industrial de tratamento do couro cru é o Cromo III, entretanto, também existe utilização de sulfidrato de sódio como agente redutor, o qual pode desencadear a formação do ácido sulfídrico, altamente tóxico. Ver: Folha de São Paulo. Quatro morrem intoxicados em curtume em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1041974-quatro-morrem-intoxicados-em-curtume-em-mato-grosso-do-sul.shtml>>. Acesso em: set. 2012.

<sup>9</sup> Como ressaltamos anteriormente, todo esse “movimento” compõem-se de uma complexa cadeia de interações entre diversas agentes, grupos e instituições, mas será detalhadamente analisado no capítulo 4, onde será possível vinculá-lo à múltipla percepção cognitiva dos fatores ambientais.

Segundo um grande número de interlocutores da população local, uma série de fatores<sup>10</sup> confluíram para que a alternativa à implantação da indústria de curtume fosse justamente o desenvolvimento do município como um destino baseado na oferta de turismo de aventura e fortemente vinculado ao ecoturismo. A partir de então, após a primeira operadora de turismo de aventura ter surgido no ano de 93 - a *Mata d'entro* -, Brotas vem sendo perpassada por movimentos de expansão e contração desse tipo de empreendimento, os quais devem ser caracterizados essencialmente também como processos contínuos de profissionalização, ressignificação e de pluriatividade no âmbito do município.

Atualmente Brotas caracteriza-se por ser um dos principais destinos turísticos do Estado de São Paulo no que tange à oferta de práticas relativas à aventura em ambientes naturais, apresentando uma estrutura organizada relativa ao turismo – através da ABROTUR (Associação das Empresas de Turismo de Aventura de Brotas e Região) e das grandes agências operadoras (Ecoação, Alaya, Território Selvagem, H2Omem, Vaca Náutica e Águas Radicais) – e relativa à gestão ambiental, apresentando uma atuação conjunta entre Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Turismo, CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) e COMTUR (Conselho Municipal de Turismo).

Com base nisso podemos considerar que o cerne do processo de ressemantização de Brotas enquanto espaço rural se baseia na preservação ambiental, na valoração simbólica dos recursos naturais e na vocação do município para as múltiplas modalidades de turismo de aventura, rural, histórico e cultural. A partir da análise dos sites institucionais da Prefeitura do Município (2011b) e da Secretaria do Turismo (2011) foi possível perceber os enunciados referentes à significação atribuída à cidade: “espaço composto de riquezas e belezas naturais preservadas, articulado para assumir o caminho do ecoturismo nacional, vocacionado para a preservação da biodiversidade e o meio ambiente, permeado por uma natureza encantadora de relevo suave e cuevas basálticas.” O site da Prefeitura de Brotas (2011b) expõe claramente as construções discursivas que envolvem as políticas públicas e os planos de desenvolvimento municipais:

Essas condições naturais fazem do município de Brotas uma das poucas regiões do interior de São Paulo que ainda concilia ambiente natural com os aspectos de uma área quase toda ocupada por uma atividade rural,

---

<sup>10</sup> Novamente cabe a ressalva de que abordaremos detalhadamente o tema nos itens do capítulo 3, por considerar que sua explicitação não pode ser desvinculada da análise proposta no trabalho.

garantindo-lhe uma forte beleza paisagística, além de apresentar aspectos culturais típicos da comunidade local. [...] Seu potencial natural aliado ao incremento de produtos e serviços turísticos confere à região um enorme potencial para o ecoturismo e para o turismo rural.

Dessa forma, Brotas dialoga com representações e realidades pertencentes tanto às especificidades urbanas quanto rurais, emergindo de fato como uma localidade permeada por diversas dinâmicas de significação. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (2011-2013) também aborda a nova vocação turística de Brotas, expondo como que as principais cadeias produtivas - os cultivos de braquiárias, a atividade pecuária, a plantação de cana-de-açúcar, de laranja e de eucalipto - apesar de exercerem importante participação no PIB municipal e de empregarem razoável contingente da mão-de-obra local, estão sendo ressignificadas e reorientadas: “Desta forma acreditamos que o que move hoje o CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) assim como a comunidade local, é a fuga da monocultura e o retorno à diversificação da produção.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, 2011a, p. 17).

A importância das atividades turísticas é de tamanha magnitude em Brotas que o município foi pioneiro na elaboração da Lei Municipal Nº 1874/2003 que dispõe sobre o Licenciamento Turístico Ambiental, licenciando e regulamentando as “[...] atividades turísticas utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas afetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do ambiente [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, 2003a, p.1).

Este mesmo documento dialoga com as questões relativas ao desencaixe espaço-temporal e à sociedade de risco justamente quando expõe um controle e monitoramento contínuos das atividades ambientais a partir de projetos e pesquisas, e exprime as possibilidades de acidentes nas condições de regulamentação e implantação das atividades turísticas.

Assim, essa questão da entrada da política da mudança climática na agenda política municipal, articulando mecanismos de governança descentrados e deslocalizados evidencia-se no Decreto Municipal Nº2.923/2008 que dispõe sobre o controle e a redução de emissão de gases de efeito estufa através da regulamentação e contínuo monitoramento das condições da frota de veículos municipais, estimulando também o uso de combustíveis ecologicamente sustentáveis.

E por fim, a Lei da Política do Meio Ambiente de Brotas, de 2010, associa claramente a preservação do meio ambiente equilibrado às condições de qualidade de vida da população, tratando de amplos temas como a educação ambiental, a proteção de áreas de conservação, a repartição dos danos ambientais que eventualmente sejam causados por pessoas físicas ou jurídicas, a participação direta do cidadão e das entidades da sociedade civil na defesa do meio ambiente, etc.

## **2.2 Teoria da estruturação e pesquisa empírica**

A teoria da estruturação elaborada por Giddens se coloca no marco da teoria social geral, mas seu autor ressalta que o principal aspecto de inflexão desse corpus analítico recai sobre a compreensão da atividade social e da agência, a qual fornece base para o desenvolvimento da pesquisa empírica: “A principal preocupação da teoria social é idêntica às das ciências sociais em geral: a elucidação de processos concretos de vida social” (GIDDENS, 2009, p. XVIII). Esta tarefa inerente à abordagem estruturacionista não implica em uma leitura unilateral e estática da realidade, mas sim uma interpretação possível de elementos que compõem o universo de pesquisa. De fato, esta “elucidação” da concretude do real implica justamente na formulação de um conjunto de categorias explicativas oriundas de material empírico, as quais se propõem a compor um quadro mais amplo de compreensão, leitura e análise dos fenômenos sociais.

Segundo Giddens (2009), a pesquisa social reveste-se de um caráter etnográfico na medida em que abarca, inexoravelmente, a operacionalização de uma “dupla hermenêutica”. Tal hermenêutica dual, recursiva, dialógica e reflexiva, implica necessariamente na consideração de que “o sociólogo tem como campo de estudo fenômenos que já são construídos como significativos” (p. 335). O mergulho no campo de pesquisa, a elaboração de uma problemática sociológica, a formulação de um arcabouço teórico-metodológico, a construção de instrumentais para a construção dos dados e informações, tudo isso implica em um diálogo com um conhecimento que os atores já possuem, pois precisam possuí-los para desempenharem recursivamente seus papéis na estrutura social, reproduzindo-a e transformando-a. Dito isto, esta hermenêutica dupla implica justamente na expressão desse movimento entre conhecimento leigo e conhecimento especializado (sociologia), o qual se caracteriza como sendo de tradução e interpretação:

As descrições sociológicas têm a tarefa de mediar as redes de significado dentro das quais os atores orientam sua conduta. Mas tais descrições são categorias interpretativas que pedem também um esforço de tradução dentro e fora das redes de significado envolvidas em teorias sociológicas. (GIDDENS, 2009, p. 335).

É importante destacar que a presente investigação, por mais que se ancore teórica e metodologicamente em um corpus sociológico de grande alcance – a teoria da estruturação -, não se apresenta como um esforço de elaborar uma abordagem generalizante para qualquer contexto social. Justamente por isso existe a circunscrição específica do estudo de caso em Brotas, a delimitação temática, e mais, o recorte metodológico através da preferência por um quadro específico de abordagem qualitativa selecionado em suas especificidades a partir de uma escolha individual e subjetiva nossa, completamente de acordo com os pressupostos considerados relevantes na pesquisa (WEBER, 2004).

Além dessas considerações, a articulação sociológica entre estudo de caso e teoria da estruturação é perfeitamente plausível na medida em que o próprio Giddens se posiciona contrário à formulação de leis ou de generalizações explicativas no âmbito da teoria social: “[...] proposição que defendo e desenvolvo [...]: a de que a descoberta de generalizações não é a totalidade nem a finalidade suprema da teoria social.” (2009, p. XX). De fato, esse mergulho na especificidade de um contexto social com o objetivo de analisar sociologicamente uma temática implica na compreensão dos arranjos que se estabelecem entre indivíduos e grupos, agência e instituições, mais explicitamente, na articulação entre processos macro e microsociais.

A “teoria” envolvida na “teoria social” não consiste apenas, nem mesmo primordialmente, na formulação de generalizações [...]. Tampouco os conceitos desenvolvidos sob a rubrica “teoria social” são constituídos somente por aqueles que podem ser inseridos em tais generalizações. Muito pelo contrário, esses conceitos devem ser relacionados com outros referentes à cognoscitividade dos agentes, aos quais estão inexoravelmente vinculados. (GIDDENS, 2009, p. XXI)

É exatamente pela via deste ponto que Giddens ressalta a já citada importância de aliar na análise sociológica a estrutura e a agência, indivíduo e sociedade, procurando deslocar o debate clássico entre subjetivismo e objetivismo no âmbito das ciências sociais. Este trabalho de pesquisa transborda justamente esta perspectiva epistêmica quando procura realizar

reflexões que transitam dialogicamente na conduta e no sentido da ação dos agentes, e nos constrangimentos, mecanismos e processos que emanam das esferas institucionais. No caso de Brotas isso significa que a utilização recursiva da questão ambiental – observável, por exemplo, através das múltiplas percepções da questão ambiental envoltas no Rio Jacaré-Pepira - abarca práticas, representações e discursos permeados pela inexorável relação entre agentes (população local, condutores, administradores de agência, comerciantes e turistas), e instituições (Prefeitura, Câmara de Vereadores, ONG Movimento Rio Vivo), relação esta que constitui procedimento analítico recorrente ao longo do trabalho.

### **2.3 A característica dialógica do conhecimento sociológico**

A sociologia desde os seus momentos fundacionais procura estabelecer-se enquanto disciplina científica e garantir seu espaço de legitimidade no amplo campo das ciências sociais. Naturalmente é perpassada por posições teórico-metodológicas que procuram aproximar as especificidades da área aos paradigmas das ciências exatas, as quais adotam para isso um discurso baseado na racionalização e no rígido procedimento orientado por métodos eficazes de controle dos resultados. Entretanto, nos parece que este tipo de práxis sociológica não emerge como predominante nos enfrentamentos contemporâneos das questões sociais, muito ao contrário, pois o amplo campo da pesquisa social cada vez mais aponta para o reconhecimento de que se o seu objeto de estudo - a dinâmica social - é fluído, instável, dialógico, plural e multifacetado, o que faz com que os métodos de investigação e análise também devam ser. Assim, a teoria da estruturação e a perspectiva que permeia esse trabalho vêm exatamente ao encontro da noção de que o sociólogo está vinculado aos seus interlocutores e inserido no mesmo sistema social, concepção esta que no limite, implica numa verdadeira dissolução nas tradicionais delimitações entre sujeito e objeto.

A condução da pesquisa de campo realizada esteve marcada de forma proeminente por essa perspectiva de ruptura com os cânones erigidos em torno das ciências naturais justamente por observar as especificidades que singularizam a pesquisa social e, especialmente, a sociologia. Ao invés de problematizarmos essas características *sui generis* com o intuito de provar uma legitimidade científica baseada na referência aos métodos científicos de áreas distintas, optamos por colocarmos em relevo a construção do conhecimento sociológico como operação dialógica.

Dessa forma, como aponta Rancière (1992) em sua reflexão sobre as relações entre alunos e professores, às quais possuem íntimas semelhanças com a relação entre o pesquisador e seus interlocutores de pesquisa, é fundamental o rompimento com as tradicionais dicotomias entre saber científico e saber popular, cultura erudita e cultura popular, trabalho intelectual e trabalho manual, teoria e prática, cujo principal efeito consiste no cultivo de métodos baseados na autonomia, na criatividade, na intuição e na extravagância, os quais enfatizam muito mais à práxis do que a reprodução de um discurso racional e instrumental.

Assim, no mesmo sentido de ultrapassar a tradicional relação entre pesquisador e “sujeitos” de pesquisa podemos citar a perspectiva metodológica apontada pelo historiador cultural norte-americano, Darnton (1986). Em *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, um caso aparentemente sem relevância e banal é narrado com bastante detalhe: o massacre de gatos em uma gráfica, na Rua *Saint-Severin*, em Paris, durante o fim da década de 1730. Não cabe entrar em detalhes na riqueza descritiva do texto para a contextualização de um conjunto de relações sociais da época, mas sim focarmos no *input* que a obra oferece acerca da discussão metodológica que estamos propondo, ou seja, de que é preciso que o sociólogo sempre relativize o seu referencial conceitual de apreensão da realidade social para que possa vislumbrar outros sistemas de significação e, mais do que isso, que seja capaz de compreender que análises sociológicas densas e categorias interpretativas das mais relevantes geralmente emergem não das tradicionais fontes de pesquisa, mas sim de eventos inteiramente vinculados ao cotidiano, os quais à primeira vista nada poderiam ter a dizer e que no fundo, transbordam uma miríade de feixes explicativos de uma determinada estrutura social (compreendida no âmbito da perspectiva estruturacionista).

E por fim, cabe resgatarmos a discussão de Cândido (1981, p. 6) que ao aproximar a crítica literária da atividade sociológica enfatiza um tipo muito parecido de ruptura com o imperativo da separação entre forma e conteúdo, história e estética, erudição e gosto, geral e particular, síntese e análise, propondo ao invés disso que a investigação mantenha sim uma ordem sistêmica, mas que seja capaz de produzir esquemas de tradução da multiplicidade do real. Na sua obra, é justamente a aproximação entre a figura do crítico literário e do sociólogo que emerge como eixo de reflexão para uma metodologia vinculada a essa característica dialógica que estamos discutindo, o que no caso do autor, se baseia na constatação de que compreendem, interpretam e explicam, mas partem sempre de um quadro perceptivo inicial,

de uma atividade intelectual mediana, de um evento espontâneo de apreciação cognitiva: “Entre a impressão e juízo, o trabalho paciente da elaboração, como uma espécie de moinho, tritura a impressão, subdividindo, filiando, analisando, comparando, a fim de que o arbítrio se reduza em benefício da objetividade [...]”

Tais práticas epistemológicas encontram ressonância na clássica abordagem de Mills (2004) acerca da imaginação sociológica, a qual, entre tantos aspectos importantes, ressalta a indissociabilidade entre a vida cotidiana do pesquisador e suas reflexões e práticas de investigação. Ora, a profissionalização sociológica introjetada como um ofício implica na formação de um sujeito pesquisador dotado de um complexo instrumental imaterial que o credencia a desenvolver observações diferenciadas sobre os fenômenos sociais, o que no limite, implica na emergência de um *self* específico dotado de práticas, representações e valores determinados. Este pesquisador elabora seu respectivo *self* que se caracteriza pela curiosidade, autonomia e especialização, por um olhar metódico direcionado para os “objetos” de pesquisa, por uma ética, por uma crença e por um *ethos* fundados nos mecanismos de validação da própria atividade através dos critérios de seu respectivo campo científico.

Mas a questão fundamental que decorre dessas considerações é a de que a construção do *self* se opera relacionalmente diante das múltiplas possibilidades identitárias (GOFFMAN, 1999), onde o pesquisador vai aprendendo e se construindo a partir das demandas específicas do trabalho intelectual, do campo de pesquisa e do contexto acadêmico-institucional. A perspectiva de Goffman (1999) coloca a interação e os diversos contextos situacionais como substratos da construção das múltiplas identidades, fragmentadas e fluídas, mobilizadas de acordo com o contexto interacional, produtoras de uma pluralidade de *selves* sociais, de identidades em potencial. Evidentemente disso emergem as inúmeras possibilidades de mortes e nascimentos, reestruturações e acomodações, ajustamentos e flexibilidades, destes mesmos *selves*, questão trabalhada por Goffman (2010) nos diversos mecanismos que a sociedade desenvolve para adaptar seus indivíduos às falhas e às frustrações.

Em síntese, é a partir destes referenciais selecionados na literatura de pesquisa empírica em sociologia que o trabalho de campo desempenhado só pode ser compreendido como uma relação entre pesquisador e “sujeitos” dialógica e reflexiva, formada através de entrevistas, observações, análises, diários, etc., caracterizando-se como uma atitude metodológica onde os conhecimentos construídos derivam da interação dos *selves* envolvidos nos múltiplos encontros característicos de uma investigação sociológica. Sendo assim, a conclusão que

chegamos no desenvolvimento da pesquisa é a de que a atividade sociológica transforma o *self*-individual tanto do pesquisador quanto dos interlocutores, operando assim uma hibridização entre experiências de vida e experiências de pesquisa que constitui, de fato, a operacionalização da hermenêutica dupla estruturacionista – apresentada anteriormente – através de um processo de autoconhecimento dialógico.

## **2.4 O trabalho de campo**

Exposta a concepção dialógica da construção do conhecimento sociológico descreveremos agora a experiência da pesquisa de campo apontando aspectos fundamentais referentes à operacionalização do método através da apresentação acerca da pesquisa qualitativa conduzida a partir do referencial da teoria da estruturação.

Assim, primeiramente, cabe destacarmos que as técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- a) *Entrevistas semiestruturadas realizadas através de roteiro de questões (anexo A).*
- b) *Questionário socioeconômico aplicado ao fim das entrevistas (anexo B).*
- c) *Observação direta realizada a partir da imersão no campo de pesquisa através da participação em reuniões do CONDEMA e do CONTUR; da visitação de pousadas, albergues, hotéis e sítios; de interações tanto com a população local quanto com a população turística; e da observação das diversas modalidades de turismo local.*
- d) *Diário de campo elaborado a partir de anotações diárias acerca das experiências enquanto pesquisador inserido no campo.*
- e) *Levantamento documental realizado a partir da coleta de documentos acessíveis e produzidos pela Prefeitura Municipal de Brotas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, CONDEMA, CONTUR, etc.*
- f) *Fotodocumentação realizada durante o período da estadia no município.*

Consideramos, entretanto, que todas essas técnicas foram mobilizadas de maneira entrelaçada e indissociável através de um ponto em comum: o uso da *técnica bola de neve* para constituir uma rede de interlocutores no município de Brotas, os quais puderam participar das entrevistas semiestruturadas. É por conta deste fato que optamos a seguir por descrever o desenvolvimento da pesquisa por meio da própria apresentação desta técnica, conhecida também como *snowball sampling* ou *chain referral sampling*.

Dessa forma, ao esclarecimento do que seja “a bola de neve”. Trata-se especificamente de uma técnica voltada para a pesquisa qualitativa e consiste na elaboração de uma amostra de estudo através de interlocutores escolhidos entre pessoas que compartilham ou conheçam outros interlocutores que possuem características de interesse da pesquisa.

No estudo de caso do município de Brotas elaboramos previamente uma miríade de “interlocutores ideais” para construir indicadores empíricos das hipóteses envolvidas no projeto de pesquisa, a saber: gestores municipais, administradores das agências de turismo de aventura, membros da *ONG Movimento Rio Vivo*, em suma, pessoas que tivessem participado de forma próxima do processo de explosão do turismo na cidade, o qual converge para todo o desenvolvimento da ressignificação da localidade a partir da questão ambiental. Entretanto logo se tornou evidente que não seria possível abordar todos os “interlocutores ideais” por conta da escassez de recursos disponíveis para um pesquisador sozinho no campo, o que no caso, referia-se a limitações de capital para manutenção na cidade e de tempo hábil para a coleta e sistematização dos dados no âmbito de uma dissertação de mestrado. Conseqüentemente, o que incentivou a constituição de uma rede de interlocutores através da técnica bola de neve foi a perspectiva de investigar a problemática de estudo a partir de uma configuração específica de pessoas e não com vistas a formar uma amostra representativa. De fato, a despeito de possuímos um roteiro de perguntas e um questionário, a semiestruturação da entrevista com os interlocutores foi o aspecto mais proeminente das conversas, permitindo o desenvolvimento de um encontro entre pesquisador e pesquisado marcado fundamentalmente pela espontaneidade e informalidade. Tanto é que foi justamente dessa configuração específica que muitas vezes os próprios entrevistados, inúmeras vezes antes de serem inquiridos nesse sentido, exclamaram “Sabe com quem você pode conversar sobre isso?”, e assim indicaram possíveis interlocutores na rede.

A referência que utilizamos para uma reflexão acerca da prática da “bola de neve” foi um artigo de Bernacki e Waldorf (1981), que por mais que tenha sido publicado no começo da

década de 80, de não possuir tradução para a língua portuguesa e de utilizar uma pesquisa empírica - que visou compreender processos nos quais dependentes químicos de heroína recuperaram-se do vício sem auxílio de qualquer ajuda médico-terapêutica - para inferir sobre os principais problemas e vantagens da técnica, costuma ser citado em alguns estudos realizados no Brasil que usam o *snowball sampling*<sup>11</sup>. E será justamente através de alguns aspectos da técnica ressaltados pelos autores que procuraremos descrever as características do trabalho de campo realizado no âmbito dessa pesquisa.

Dessa forma, primeiramente tratando do encontro dos interlocutores e da iniciação das redes, é importante ressaltar que no mergulho no cotidiano de Brotas e no contato estreito com seus moradores percebemos a repetição constante do bordão “Aqui todo mundo conhece todo mundo”, fato este que do ponto de vista analítico não implica na assunção de que os aproximadamente 20 mil habitantes se conheçam, mas sim de que existe uma rede social pujante entrelaçada pelas famílias mais antigas do centro urbano, os funcionários da gestão pública municipal, os administradores das operadoras de turismo de aventura, os fundadores da ABROTUR – Associação das Empresas de Turismo de Aventura de Brotas e Região, os proprietários de sítios rurais de interesse turístico, e os principais gerentes das pousadas, hotéis e ressortes. E foi justamente nessa rede que mergulhamos com o objetivo de construir uma interpretação sociológica da ressignificação do município a partir das várias formas de utilização recursiva da questão ambiental. Levando-se em consideração que o assunto da pesquisa, o qual articula turismo e meio ambiente, está no cerne da constituição de Brotas como “capital do turismo de aventura” e, conseqüentemente, no âmago dessa rede social, conseguimos facilmente dar início à constituição da rede de interlocutores e à bola de neve.

Outro critério para a seleção dos interlocutores depoentes no âmbito da pesquisa foi, evidentemente, a teoria, na medida em que é o arcabouço teórico que emerge como referencial para estabelecer em que ponto das redes existe maior possibilidade de extrair/construir dados pertinentes para a investigação, em suma, a partir de quais interlocutores torna-se mais eficaz a busca de indicadores empíricos das hipóteses e premissas teóricas envolvidas no trabalho. Justamente nessa medida consideramos o caso de Brotas

---

<sup>11</sup> Como por exemplo: BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf)>. Acesso em: set. 2012; e FONTES, Breno Augusto Souto Maior; EICHNER, Klaus. **Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias**: estudo empírico de organizações não-governamentais da cidade do Recife. **Soc. estado.**, Brasília, v. 16, n. 1-2, Dec. 2001. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100009&script=sci_arttext)> . Acesso em: set. 2012.

bastante privilegiado porque a questão ambiental e a explosão do turismo de aventura estão inexoravelmente vinculados às histórias de vida dos interlocutores, os quais mostraram ao longo de todos os eventos de entrevista conhecerem os processos em jogo, fato este que vai de encontro ao aspecto chave da abordagem teórico-metodológica da teoria da estruturação: a cognoscitividade dos agentes.

Também é de importante destaque a perspectiva de que uma das formas de encontrar interlocutores e alimentar a rede oriunda da técnica bola de neve constituiu-se nas interações sociais fortuitas, inesperadas e submetidas meramente ao acaso, as quais são sim fontes relevantes. A estadia na cidade de Brotas durante períodos de dias consecutivos ao longo dos meses de abril, maio, junho e julho de 2012 implicou que desempenhássemos uma série de atividades rotineiras na cidade, incluindo nisso idas a supermercados, caminhadas pelas ruas principais, trabalhos e comunicações nas *lan houses*, percursos do núcleo urbano até à rodoviária e, até mesmo, atividades lúdicas, como assistir jogos de futebol no principal bar da Rua Mário Pinotti. E foram justamente frutos desse tipo de interação social que foram realizadas as entrevistas com Daniela, gerente e administradora do Brotas Bar; com William Veronezzi, administrador de um *cibercafé*; com o Senhor Alcíades, taxista com ponto fixo no terminal de ônibus intermunicipal; e com Daniel Rodrigues, o Marvado, condutor de rafting. Ora, como bem apontam Biernacki e Waldorf (1981, p. 147) tais tipos de interlocutores não são “recrutados” por fundamento vinculado meramente à sorte, mas sim emergem como “[...] resultados de um progressivo aumento da sensibilidade e da atenção para informações relacionadas ao foco do estudo [...]. De fato é a mente preparada para ao mesmo tempo reconhecer e aproveitar o máximo de uma oportunidade.” [tradução nossa].

Já outro dos possíveis problemas da técnica bola de neve refere-se à elegibilidade dos potenciais interlocutores. Se, por um lado, este é um aspecto da técnica que emerge como fundamental em estudos cujas populações mostrem-se de difícil acesso ou caso as problemáticas refiram-se a temas complexos (como o uso de drogas, atividades relativas a práticas ilícitas, assuntos de risco ao pesquisador, etc.), no âmbito do estudo de caso realizado em Brotas tivemos o privilégio de levar em consideração na construção interpretativa da problemática da pesquisa todos os depoimentos coletados, não só por serem *amplamente*

*consentidos e autorizados*<sup>12</sup>, mas principalmente, por não possuírem nenhum tipo de componente baseado em interesses privados, conluios políticos, inverossimilhanças ou algum outro aspecto comprometedor da “validade” empírica dos dados. Tal afirmação não implica na crença ingênua de uma neutralidade axiológica dos discursos dos entrevistados, mas sim na verificação de que foram depoimentos produzidos exclusivamente a partir dos construtos simbólicos e materiais envolvidos na interação entre pesquisador e pesquisado.

Por sua vez, a técnica bola de neve implica na constituição de interlocutores-chave para ajudarem na ampliação da rede através da indicação de novos indivíduos que cumpram os requisitos implícitos no referencial teórico-metodológico da pesquisa. Estes interlocutores-chave possuem importância fundamental na investigação ancorada neste método porque se tornam indivíduos aos quais o pesquisador pode apresentar os objetivos específicos do trabalho e contar que o auxiliem na apresentação do tema a possíveis novos interlocutores. De fato, estes *key-informants* são mais do que auxiliares, pois possibilitam o acesso do pesquisador a espaços inacessíveis, a círculos de sociabilidade específicos e a esferas da atividade cotidiana usualmente reclusas. Além disso, e talvez este seja o ponto mais crucial da relevância dos interlocutores-chave<sup>13</sup>, são eles que possibilitam que o trabalho de campo seja permeado por legitimidade diante da comunidade de interlocutores, subsidiando a apresentação da pesquisa como sendo, de fato, um assunto de respeitabilidade e seriedade.

Dessa forma, no estudo de caso que realizamos em Brotas nós desempenhamos o trabalho de pesquisa de campo a partir de dois interlocutores-chave: Dona Ivone e Janjão, os quais, respectivamente, propiciaram a constituição de duas redes de interlocutores específicas.

A eleição de Dona Ivone como primeira interlocutora-chave remete ao processo de imersão e entrada no campo de pesquisa. Na viagem exploratória realizada em janeiro de 2012 para o município e, a partir dos contatos subsequentes acerca do arranjo de um espaço para permanecer na cidade, foi possível estabelecer um contrato de estadia mensal na Pousada

---

<sup>12</sup> Mais do que isso, foi possível adquirir autorização verbal de todos os informantes para a utilização dos depoimentos na elaboração da dissertação e artigos acadêmicos, inclusive com a manutenção dos nomes das pessoas físicas ou de estabelecimentos comerciais. A única exceção a esse livre uso dos depoimentos refere-se à unidade agroindustrial do município, cujo diretor socioambiental explicitou a política da empresa de preservação da referência, fato este que foi respeitado no trabalho.

<sup>13</sup> A livre tradução de *key-informants* para interlocutores-chave, reflete na verdade a opção epistemológica de nomear os “sujeitos” de pesquisa como interlocutores, na medida em que a abordagem estruturacionista propicia que o sociólogo ressalte a cognoscência e produção de conhecimento dos próprios indivíduos, ou seja, uma interlocução entre pesquisador e “sujeito” fundada na interlocução e no debate, em suma, num processo hermenêutico duplo de interpretação e compreensão da realidade social.

dos Manacás, gerenciada justamente, por Dona Ivone. Para a caracterização da interlocutora reproduzimos abaixo registro escrito no diário de campo em 17 de abril:

*Dona Ivone é uma senhora em torno dos seus 70 anos [...] A residência é um sobrado gigantesco, com uma dezena de cômodos, com salas amplas, antessalas, salas de estar, lavanderias, garagens, e etc., localizada exatamente no centro de Brotas. Está a dois quarteirões de “tudo”: da Prefeitura, da praça principal, da Câmara dos Vereadores, do Parque dos Saltos, do quarteirão das agências de turismo de aventura, da Biblioteca Municipal, da Delegacia, do Hipermercado Extra e até do hospital [...] Dona Ivone também é figura antiga e atuante na cidade, conhecendo, segundo suas próprias palavras “Todo mundo”, desde o prefeito, vereadores, secretários municipais, funcionários daqui, donos de pousada dali, etc. Acrescentando-se as relações de compadrio entre ela, uns e outros, e o parentesco de primo generalizado.*

E foi justamente esse o caso de Dona Ivone, cuja posição relacional ocupada na rede social de Brotas permitiu que conseguíssemos uma série de contatos para entrevistas e formássemos a primeira rede. Em seu turno, a eleição de Janjão (José Roberto Lazari) - Secretário do Meio Ambiente à época - como segundo interlocutor-chave reside na sua posição privilegiada como gestor dentro da administração municipal de Brotas. Em sua entrevista, quando perguntando a sintetizar sua trajetória profissional, ele expõe:

*E no ano de 1993 fui convidado a trabalhar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de lá... praticamente nesses últimos 19 anos, estou na secretaria. Só seis meses foi o tempo em que eu fiquei no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Brotas só cuidando da fiscalização. Fiz o técnico em saneamento ambiental no SENAC em 2001/2002 e atualmente faço gestão ambiental na UNIOPAR, do Paraná. Então o histórico é esse. Fui presidente do CONDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente três vezes [...] também participei, em 93, de todo diagnóstico ambiental do município através da prefeitura e da ONG Movimento Rio Vivo, na opção do município ter uma atividade diferente da indústria, então eu posso dizer que sou assim, um felizardo de ter participado desse processo.*

Como observamos no relato de Janjão, ele está há quase 20 anos participando ativamente da gestão pública relacionada à questão ambiental, presidiu o CONDEMA em múltiplas oportunidades e atuou no evento marcante para a história da cidade: o embate entre a ONG Movimento Rio Vivo e a indústria de curtume. Mais do que isso, principalmente se

comparado à Dona Ivone, a eleição de Janjão como *key-informant* caracteriza-se pela vantagem de propiciar contatos amplos no âmbito da administração municipal na medida em que Brotas possui o CIAM<sup>14</sup> – Centro de Interpretação Ambiental, local este que congrega no conjunto do seu espaço físico: a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Agricultura; uma gama de funcionários que apoiam a administração, como agrônomos, engenheiros e arquitetos; uma biblioteca que possui a maior parte das teses, dissertações e trabalhos publicados referentes a Brotas; e as reuniões mensais do CONDEMA e do CONTUR. O fato de Janjão ter se constituído em interlocutor-chave também se justifica pelo alto grau de conhecimento técnico-administrativo possuído por ele, pois, como aponta a engenheira agrônoma Ana - funcionária do CIAM - apesar dos variados grupos políticos que se revezam na política da cidade, a permanência de alguém com sua expertise é de extrema importância para a continuidade dos trabalhos no âmbito da gestão ambiental municipal:

*Por exemplo, em relação ao papel do poder público, lógico que prefeito, é importante, óbvio [...] a cabeça do prefeito, do governador, é tudo, mas assim, essa coisa de você manter um grupo que sabe é tão importante também. Por exemplo, o Janjão ter ficado todo esse tempo é tão importante [...]*

Mais do que isso, Janjão - não só na visão de Ana, mas para um conjunto variado de interlocutores visitados ao longo do trabalho de campo - é o referencial da gestão administrativa de Brotas na área ambiental, funcionando como um repositório vivo de um saber perito<sup>15</sup> e de um saber prático referente às leis e às legislações federais, estaduais e municipais referentes ao tema. Justamente por isso a maior parte do levantamento documental foi realizada através de sua colaboração, a qual permitiu o acesso livre a documentos relativos às legislações municipais, aos projetos estaduais nos quais Brotas participa ou é referência, às publicações institucionais da gestão no que tange à questão ambiental, e às publicações oriundas de outras pesquisas realizadas em Brotas, sejam elas de iniciação científica, de dissertação ou de teses, ou remetam a relatórios técnicos, memorandos de avaliação ou

---

<sup>14</sup> O espaço do CIAM, com as seus funcionários, salas, estrutura administrativa e rotina cotidiana de administração municipal foi constantemente vivenciado e mostrou-se local de importância crucial no trabalho de campo. As atividades existentes no CIAM foram relatadas a partir de observação direta, mas para a verificação da estrutura administrativa de Brotas conferir o site institucional da Prefeitura da cidade, disponível em: <[http://www.brotas.sp.gov.br/page.php?p=equipe\\_governo.php](http://www.brotas.sp.gov.br/page.php?p=equipe_governo.php)>. Acesso em: set. 2012.

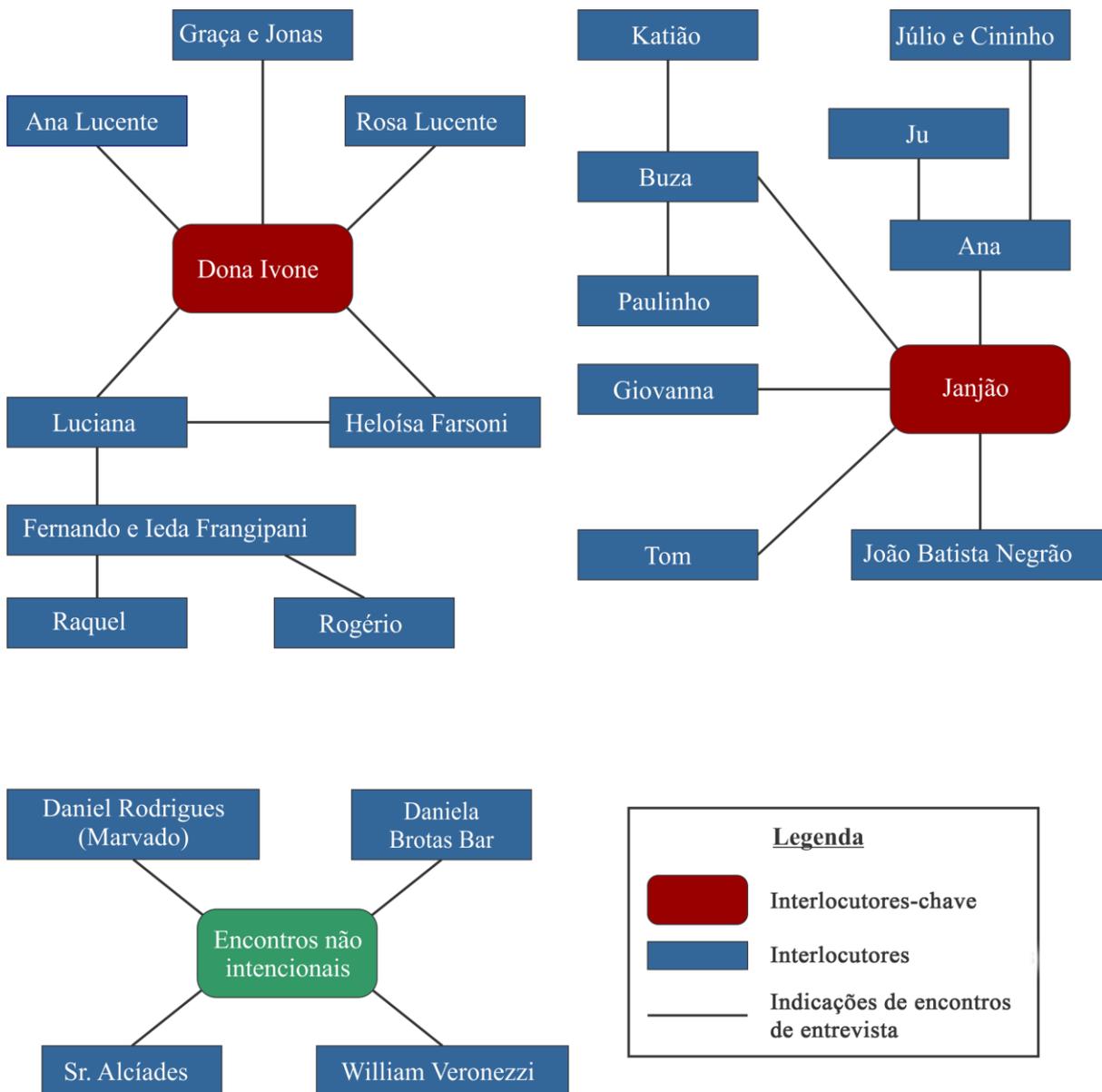
<sup>15</sup> O tema acerca do saber perito e dos sistemas abstratos é amplamente abordado por Giddens nas suas obras sobre modernidade e globalização, especificamente em *As Consequências da Modernidade* e em *Modernização Reflexiva*, esta última em parceria com Scott Lash.

estudos encomendados. E, como veremos posteriormente, a maioria das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo “pertence” à rede composta pelos informantes indicados por Janjão, os quais, por sua vez, “renderam” dados de pesquisa densos, ricos e inteiramente pertinentes à problemática de investigação.

Assim, Dona Ivone e Janjão foram os interlocutores-chave dessa pesquisa e os responsáveis por grande parte dos encontros de entrevistas realizados e, também, pela boa receptividade que encontramos nas interações de aplicação dos roteiros e do questionário, tanto no que tange ao tratamento acolhedor desenvolvido entre pesquisador e pesquisado, como no que se refere à densidade e profundidade dos dados sociológicos construídos.

Dessa forma, podemos expor a seguir o diagrama das redes de interlocutores que foram formadas a partir dos dois *key-informants* e a partir de todos os interlocutores, assim como a terceira rede formada por encontros esporádicos e não intencionais (abordados anteriormente).

**Diagrama 1: Rede de Interlocutores (Abril a Julho de 2012)**



Nesse diagrama da rede estão indicados os interlocutores pelos seus apelidos ou “primeiros nomes” que formam as referências pelas quais são conhecidos na rede social de Brotas. Abaixo segue quadro com a caracterização<sup>16</sup> mais detalhada de cada um deles.

<sup>16</sup> A despeito do instrumento de coleta de dados ser composto por um questionário permeado por questões referentes, por exemplo, à escolaridade e à renda, optamos metodologicamente por caracterizar os interlocutores apenas pelo que fazem em Brotas, pela atuação concebida como profissão ou atividade. A análise no âmbito desse trabalho ancora-se numa abordagem essencialmente qualitativa a partir do mergulho na densidade do discurso, optando por não privilegiar um cruzamento analítico com variáveis quantitativas.

### Quadro 1: Caracterização dos Interlocutores

<b>Informante</b>	<b>Atuação em Brotas</b>
Ana	Agrônoma, Secretária do Meio Ambiente
Buza	Guarda Municipal, condutor de rafting e co-fundador ABCT
Cininho	Arquiteto, Departamento de Planejamento da Prefeitura de Brotas
Daniel Marvado	Condutor de Rafting
Daniela	Proprietária e gerente do Brotas Bar
Dona Ivone	Aposentada, proprietária da Pousada dos Manacás
Fernando	Proprietário da Pousada Frangipani
Giovanna	Proprietária da operadora de turismo de aventura Ecoação
Graça	Proprietária da operadora de turismo de aventura, Vaca Náutica
Heloísa	Proprietária do Sítio-Fazenda Areia que Canta
Ieda	Proprietária da Pousada Frangipani
Janjão	Secretário do Meio Ambiente, presidente do CONDEMA
João Batista	Dentista e proprietário de sítio, Presidente da <i>ONG Movimento Rio Vivo</i>
Jonas	Proprietário da operadora de turismo de aventura, Vaca Náutica
Ju	Fundador da agência Mata d'entro, membro da <i>ONG Movimento Rio Vivo</i>
Júlio	Engenheiro, Departamento de Planejamento da Prefeitura de Brotas
Katião	Condutora de Rafting
Lili	Secretária do Meio Ambiente e membro da <i>ONG Movimento Rio Vivo</i>
Luciana	Técnica da Secretaria de Turismo
Paulinho	Proprietário da operadora de turismo de aventura, H2Omem
Raquel	Funcionária do Hotel Mosteiro
Rogério	Gerente do Hotel Casarão, ex-presidente da ABROTUR
Sr. Alcíades	Taxista
Tom	Coordenador de atividades do Brotas EcoResort/Camping Peraltas
William	Gerente de Lan House

A rede de interlocutores não expressa uma relação única e naturalizada de constituição um grupo de indivíduos capazes de fornecer informações pertinentes para a pesquisa qualitativa, mas sim uma possibilidade situada, absolutamente vinculada às escolhas subjetivas envolvidas na imersão do trabalho de campo (WEBER, 2004).

Ainda sobre este mesmo ponto cabe ressaltar que o controle da rede no que tange ao número de informantes e a sua seleção implica numa postura dialógica por parte do pesquisador, o qual deve exercer uma autocrítica e uma auto-avaliação a partir dos próprios meios que constituem a sua atividade, o que nos faz afirmar que, como decorrência de uma abordagem teórico-metodológico estruturacionista, a atividade sociológica tenha como uma de suas principais características a recursividade: *a reprodução e transformação de si mesma a partir dos próprios elementos que a constituem*. O que de fato, nos parece absolutamente plausível na medida em que é este o movimento dual inerente à constituição da sociedade.

Entretanto, além desse debate, outro fator envolvido no controle da rede de interlocutores é o critério de quando encerrar uma determinada rede ou iniciar outra, quando considerar como “completa” uma interpretação sociológica de um fenômeno social. Segundo Biernarcki e Waldorf (1981, p. 156 [tradução nossa]: “O pesquisador precisa continuamente perguntar: Quantos mais casos deverão ser coletados e em qual direção a rede de interlocutores deve ser direcionada? A decisão aqui deve ser baseada em ao menos duas considerações: a representatividade da amostra e a repetição dos dados.” Tratando-se do tema da representatividade e da repetição/saturação como critério de interrupção de coleta de entrevistas e do contínuo feitiço da rede de interlocutores, optamos assim por um critério que julgou a rede de interlocutores qualitativamente representativa diante da estrutura metodológica e teórica da pesquisa. Assim, no que tange ao método, consideramos que foi possível estabelecer um quadro geral satisfatório dos principais agentes envolvidos nos processos de mobilização recursiva dos fatores ambientais no município de Brotas, leia-se: população local, gestores municipais, administradores das operadoras de turismo, guia/condutores, e gerentes de pousadas/resorts, etc. No que tange ao escopo teórico consideramos problemática a definição arbitrária de saturação que pressupõe ser possível um quadro de construção dados onde discursos, práticas e representações se repitam, se apresentem com pouca variabilidade, ou com diminuto potencial analítico. Pois, na medida em que operamos a análise sociológica a partir da teoria da estruturação e, conseqüentemente, consideramos valores, conceitos e discursos como sendo essencialmente recursos mobilizados

nas múltiplas dinâmicas de interação social, a noção de possibilidade de saturação esvai-se, já que os recursos são fluídos, mutáveis, móveis, evocados e utilizados contextualmente. Para além disso, decorre que os agentes sempre estarão reproduzindo e transformando de distintas formas suas concepções e práticas em discursos, impondo à realidade social uma condição de ser incaptável em sua plenitude (SIMMEL, 2006) e à investigação sociológica a característica de ser sempre um recorte da realidade elaborado por escolhas do individuais e subjetivas do pesquisador (WEBER, 1971; 1983; 2004)

Dessa forma, gostaríamos de expor que essa detalhada exposição do trabalho de campo através da discussão da técnica bola de neve vai ao encontro do que ressaltam, mais uma vez, Biernacki e Waldorf (1981, p. 159 [tradução nossa]):

Pesquisadores de sociologia qualitativa têm sido criticados com base no fato de que seus métodos de aquisição de dados em muitos casos não são claramente expostos e explicados. Por outro lado, quando os métodos de pesquisa são descritos, eles são criticados por serem demasiadamente vagos ou sistemáticos.

Tangenciando esse tipo de postura que mais parece imobilizar a pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais, sem dúvida concordamos com Becker (2007), o qual expõe que os métodos de investigação implicam em problemáticas diversas, mas, sobretudo possuem sua especificidade e conseqüente resolução vinculadas unicamente às singularidades do fenômeno social que está sendo estudado. Em suma, cada pesquisa social com seus métodos, problemas e especificidades, as quais na abordagem estruturacionista possuem como princípios orientadores a noção do caráter dialógico do conhecimento sociológico, da reflexividade como atitude metodológica, e da recursividade como constituinte não só da sociedade, mas do esforço interpretativo que a ciência social opera para compreendê-la.

## **2.5 A teoria da estruturação como teoria crítica**

Essa perspectiva de compreender a entrevista como encontro complexo e essencialmente fenomênico permeia a abordagem estruturacionista, pois como aponta Giddens (2009, p. 332): “O estudo do contexto, ou das contextualidades de interação, é inerente à investigação da reprodução social.”, sendo que se torna necessária uma atitude metodológica específica nesses encontros onde há “a co-presença de atores, possibilitando a

visibilidade de uma diversidade de expressões faciais, gestos corporais, linguagem e outros veículos de comunicação; percepção consciente de uso desses fenômenos reflexivamente para influenciar ou controlar o fluxo de interação” (2009, p. 332-333).

Dessa maneira, como bem observamos e discutimos, a escolha de realizar entrevistas semiestruturadas conduzidas pelo roteiro de perguntas previamente construído implica em considerar o discurso elaborado acerca da realidade social como fonte privilegiada de pesquisa sociológica. Como aponta Giddens (2009, p. XXXVII): “[...] os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a construir as atividades e instituições que são objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais”. Os discursos emanados dos interlocutores são fontes imprescindíveis para a pesquisa social porque revelam justamente a essência dos fenômenos e interações sociais, e transbordam práticas e representações concernentes à reprodução e transformação do cotidiano. Embora o discurso do entrevistado emergja muitas vezes fragmentado, desconexo ou incompleto, ele constitui sim fonte empírica para uma interpretação dos fenômenos sociais. A questão fundamental é que os indivíduos possuem cognoscência das ações que são desempenhadas em suas rotinas cotidianas e não são alvos necessários de um deciframento ou de uma elucidação operada por cientistas sociais. Ao contrário, cabe no caso, ao sociólogo, operar a análise dos discursos dos interlocutores no sentido de compor um quadro interpretativo possível da realidade, afinal, ela é constituída pela ação recursiva e reflexiva desses agentes interlocutores. Como aponta Giddens (2001, p.102):

O que temos de fazer na teoria social é recuperar a noção do agente humano conhecedor. [...] Os cientistas sociais se esquecem de que a maior parte de nossas ações como seres humanos é intencional, e de que estamos cientes das razões que nos levam a praticá-las. Todos os agentes humanos dispõem de bastante conhecimento acerca das condições de sua atividade, e tal conhecimento não está condicionado ao que fazem, mas pode ser entendido como elemento constitutivo dessas ações.

Nesse sentido, é importante destacarmos que após os períodos iniciais de permanência no campo de pesquisa e através de conversas informais, de contatos estabelecidos e da vivência cotidiana na cidade, foi possível perceber a especificidade de Brotas como sendo um estudo de caso dotado de autorreconhecimento. Isso significa dizer que os principais interlocutores do município - desde gestão pública, administradores das operadoras de turismo de aventura, guias e os condutores, gerentes de hotéis, pousadas e resorts, proprietários de

sítios turísticos, até população local em geral - possuem conhecimento de que são “objetos” de pesquisa e de que o município emerge como espaço de interesse científico.

Brotas vem sendo, desde os anos 80, objeto de pesquisa por parte de um corpus de saberes e técnicas provenientes de universidades e centros de investigação diversos. Com vistas a subsidiar consórcios intermunicipais de proteção à região com estudos e relatórios dotados de saber altamente especializado, e nos anos 90, com a já citada explosão da questão turística, com o diagnóstico dos bens e atrativos naturais e ecológicos, ESALQ, UNESP, UNICAMP, e etc., com os seus respectivos conjuntos de pesquisadores de áreas múltiplas do campo científico, estiveram presentes no cotidiano de Brotas. Dessa maneira, o município tornou-se objeto de pesquisa de um conjunto de áreas acadêmico-disciplinares relacionadas ao turismo, à gestão ambiental, à engenharia, à gestão pública, à biologia, etc., possuindo em sua rotina pesquisadores operando uma pluralidade de métodos quantitativos e qualitativos para construir dados pertinentes às suas respectivas problemáticas de estudo. O próprio espaço do CIAM opera como uma espécie de biblioteca-depósito abrigando a maioria dos trabalhos publicados que elegeram Brotas como cenário de investigação, o que faz com que a própria gestão municipal reconheça e utilize esses materiais. Janjão explicita esse fato dos estudos técnicos e acadêmicos referentes a Brotas tornarem-se referência para a administração pública lidar com os fatores ambientais quando, em sua entrevista, no momento em que estávamos conversando sobre o LTA<sup>17</sup>, o Licenciamento Turístico Ambiental, citou a importância da implantação do *voucher* como mecanismo de preservação dos recursos naturais, como um bilhete ambiental:

*Janjão: Já existe uma lei, o licenciamento turístico ambiental, o LTA, que já prevê várias ferramentas na questão de conservação e preservação. O que eu vejo hoje que falta, que está previsto, é o voucher, o bilhete ambiental. [...] O voucher é uma forma que os municípios, os vários municípios do Brasil, o mundo inteiro já faz, de você controlar a chamada capacidade de carga de qualquer atividade turístico-ambiental. Nós já temos um estudo da ESALQ-Piracicaba, pela Teresa Magro<sup>18</sup>, ela ficou em Brotas em 3*

---

<sup>17</sup> Lei Municipal Nº 1874/2003.

<sup>18</sup> Janjão refere-se aos seguintes estudos da engenheira florestal Teresa Cristina Magro: 1. BINELLI, A. A.; PINHO, A. M.; MAGRO, T. C. **Adaptação do método de Miguel Cifuentes para determinação da capacidade de carga em trilhas do município de Brotas/SP.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997. v. II. p. 358-369. 2. MAGRO, T. C.; BINELLI, A. A.; PINHO, A. M. **Capacidade de carga das trilhas de acesso às cachoeiras do Cassorova e dos Quatis - Brotas/SP - A caminho do turismo sustentável.** 1997. 3. MAGRO, T. C.; BENTVELD, G. Van; KATAOKA, S. Y.; KOURY, C. G. **Uso Turístico do ambiente Natural em Brotas: Manejo do Público Visitante.** 2002.

*temporadas, na alta, na média e na baixa, avaliando o impacto de cada atividade, do rafting, do boiacross, então através desses dados que ela têm foram criadas as leis específicas sobre isso e já existe número de frequentadores, de participantes, dessas atividades. E o voucher na verdade só vai monitorar isso, entendeu? Além dele servir como um recurso, hoje geralmente se cobra 1 real por turista, por visitante, lá em Bonito é assim, lá em Caldas Novas, enfim, vários municípios já fazem isso e seria uma forma do turista que está vindo para o município usar uma atividade sua, estar deixando uma contribuição para a continuidade da preservação [...]*

Além disso, é preciso também reconhecer que o município de Brotas vem continuamente se construindo como um espaço turístico através das práticas e representações recursivas de seus atores, em suma, vem se autorreferenciando continuamente como destino atrativo, elaborando múltiplas imagens de si mesma a partir de uma miríade de características. Na entrevista realizada com Rogério Fernando dos Santos - atual gerente do Casarão Hotel e sócio fundador da ABROTUR -, no assunto sobre os primeiros momentos de expansão do turismo em Brotas podemos observar esse processo de autoconstrução do município como um lugar atrativo pelas atividades de aventura e pelos fatores ambientais:

**Rogério:** *[...] Eu estava fora, eu não estava em Brotas na época. Eu voltei pra cá em 92 quando estava começando já, o pessoal já tinha montado a agência, a Mata d'entro já tinha começado a fazer, já tinha começado a trilhar e a começar a vender Brotas, a fazer os passeios. [...] A gente tenta até hoje fortalecer Brotas como um destino, para você comprar enlatado em qualquer agência de turismo. Brotas hoje ainda não é vendida em agência de turismo, não tem um pacote: "Brotas"... As agências ainda não têm, a gente não tem isso ainda, um pacote enlatado para Brotas, então, por quê? A gente está tentando, existe hoje uma associação, que é a ABROTUR, tanto é que eu fiz parte como sócio fundador, fui diretor dois anos, e agora está no segundo mandato para que isso se fortaleça, para que todos se fortaleçam pelo destino Brotas.*

O depoimento de Rogério é emblemático no sentido de que a construção contínua de Brotas como um destino turístico é verificável em dois âmbitos espaços-temporais: o primeiro relativo ao início da década de 90, especificamente entre os anos de 92 e 93 com o começo das atividades da primeira agência de turismo de aventura, a *Mata d'entro*, procurando estruturar os passeios, diagnosticar os bens naturais de relevância para atração de públicos, e eminentemente voltada para aliar aventura e preservação ambiental; e o segundo relativo ao presente, tratando-se da atual gestão da ABROTUR presidida por Evandro Farsoni - sócio proprietário e administrador do *Hotel Fazenda Areia que Canta* – gestão a qual se vincula a

um esforço de construir realmente Brotas como uma cidade “naturalmente divertida”, aliando nesse *slogan* a “venda” de um turismo fundado na ênfase aos fatores ambientais (“naturalmente”) e no apelo ao consumo lúdico e controlado da aventura (“divertida”).

Essa nossa percepção de que Brotas possui - através das práticas recursivas de reprodução e transformação da estrutura social operadas pelos agentes - um autorreconhecimento duplo, primeiro como estudo de caso de interesse científico e segundo, como destino turístico a ser continuamente construído e ressignificado, implica em que os indivíduos, grupos e instituições tenham plena cognoscência dos processos sociais? Em suma, estaríamos fazendo pesquisa à toa?

Estes dois polos de autorreconhecimento revelam sim a cognoscência dos agentes diante dos processos que o município abriga referentes à ressignificação constante a partir das múltiplas formas de utilização recursiva da percepção cognitiva da questão ambiental e, com base nisso, poderíamos inferir que a investigação por nós realizada estaria tratando de fenômeno social já conhecido e reconhecido pelos atores sociais. Entretanto, é preciso que compreendamos a teoria da estruturação eminentemente como uma teoria crítica. Como afirma Giddens (2009, p. 394):

Para os que já se encontram dentro desse *milieu*, [os atores de Brotas, os interlocutores do estudo de caso] [...] essa iniciativa [a pesquisa etnográfica] pode nada ter de inerentemente esclarecedor. Entretanto, muito da pesquisa social, em termos de material empírico que gera e das interpretações teóricas a ela possivelmente vinculadas, tem conotações críticas para as crenças sustentadas pelos agentes sociais.

Isso implica e significa interpretarmos os processos sociais inerentes à estruturação baseada na questão ambiental operando como princípio estrutural, em síntese, como que nas formas cotidianas a percepção cognitiva da natureza é mobilizada de acordo com níveis diferenciados de poder, a partir de distinções sociais hierárquicas e com fundamento em disputas discursivas entre indivíduos, grupos e instituições. De fato, este trabalho de dissertação emerge ao mesmo tempo como elaboração de categorias explicativas da problemática construída, mas fundamentalmente, como uma leitura possível da realidade, mostrando-a essencialmente desnaturalizada, como sendo fruto das interações sociais. É a atitude sociológica por excelência: a demonstração da “construção social da realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Em síntese a teoria da estruturação opera como teoria crítica na medida em que “Todos os atores sociais, é possível dizer-se com correção, são teóricos sociais que alteram suas teorias à luz de suas experiências e são receptivos à informação que chega, a qual pode ser por eles adquirida ao fazerem isso.” (GIDDENS, 2009, p. 395).

## **2.6 Ruralidades como sistema social: turismo e questão ambiental como eixos de ressignificação**

Se retomarmos a teoria da estruturação de Giddens (2009) devemos ter em mente os seus conceitos de agência e estrutura, suas especificidades e, no caso, a formação de um determinado sistema social. A agência é a capacidade de atuação através de certos recursos, definindo o modo como o agente irá se posicionar na sociedade. Por sua vez, a estrutura caracteriza-se por ser um conjunto de regras e recursos que são mobilizados pelo agente nos contextos de interação nos quais está situado. Dessa forma, a estrutura não é fixa e nem objetiva, existindo essencialmente no plano cognitivo, enquanto traços de memória do agente reflexivo e cognoscente. Desse quadro conceitual, as ações individuais nas interações estão vinculadas a possibilidades de agenciamento e à capacidade de mobilizar os recursos disponíveis, criando um quadro situacional variável em relação às características dos encontros na medida em que os recursos envolvidos são sempre relacionais e posicionais.

Essa equação dinâmica, dialógica e reflexiva que se estabelece entre agência e recursos - essa característica fluída e relacional da estruturação - opera justamente na vida cotidiana dos indivíduos, os quais reproduzem e transformam tais relações. É no plano da rotina que a escolha de certos recursos para a ação se torna naturalizada, forjando assim a estabilidade de uma miríade de relações sociais no tempo e no espaço. De fato, é esta padronização das relações sociais ao longo do tempo-espaço que forma um sistema social específico no âmbito da abordagem estruturacionista.

De fato, as regras e recursos (já definidos na discussão anterior da teoria da estruturação) não existem concretamente nos sistemas, mas sim como estrutura. A estrutura não se objetiva e não existe em lugar algum, mas é operacionalizada pela ação recursiva dos agentes, pela constituição da sociedade através da reprodução e transformação dos mecanismos e processos que a constituem. Em síntese, o sistema social é fruto da padronização e estabilização de um processo de estruturação resultante de disputas de leituras

de mundo, de construção de projetos, de mobilização de regras e recursos em prol de interesses individuais, coletivos e difusos, em prol de ações desempenhas por indivíduos e instituições.

Essa retomada sintética de alguns conceitos da teoria da estruturação é pertinente para compreendermos justamente as ruralidades como sistemas sociais específicos, permeados pelas características acima mencionadas. Mais do que isso, conforme aponta Carneiro (2012), pesquisas contemporâneas têm mostrado que de fato a dualidade entre campo e cidade – rural e urbano – apresenta-se difusa e não mais nítida, constituindo um marco epistemológico fronteiro da sociologia, exigindo assim abordagens multidisciplinares no âmbito da disciplina, os quais possuem a capacidade de observar o rural como categoria de pensamento suscetível de ser utilizada recursivamente por agentes e grupos em interação social<sup>19</sup>. A questão fundamental a ser destacada é que Carneiro (1998; 2005; 2008; 2012) nomeia esse processo de ressignificação dos espaços rurais, cuja maior especificidade reside em ter como eixo discursivo a questão ambiental.

Assim, é na perspectiva do sociólogo Bruno Jean que encontramos uma abordagem bastante útil a nossa investigação na medida em que esta opera a análise das ruralidades em transformação a partir da questão ambiental, aliando ainda o viés teórico-metodológico da teoria da estruturação de Giddens. Jean (2002) ressalta que as mudanças operadas no plano dos espaços rurais – sendo estas as transformações que forjam o termo “ruralidades” – podem ser compreendidas como uma recomposição dos sistemas sociais a partir de indicadores determinados, como formas de geração de renda, de constituição de identidades, atividades profissionais, escolaridade, instrumentos de comunicação, turismo pluriativo, etc. Diferentemente da afirmação clássica de Kayser (1990) de que estaríamos em um momento de renascimento da agricultura, Jean destaca o termo de ruralidades em processo de formação, constituindo assim uma pluralidade de sistemas sociais rurais, vinculados a processos específicos de valorização ou ressignificação da agricultura e da natureza, por exemplo. Em síntese, a partir desta perspectiva de Jean (2002) emerge a possibilidade de abordar o rural enquanto dispositivo de estruturação de relações sociais, o qual se torna suscetível de ser negociado de maneira hierárquica, distinta e a partir de critérios de classificação específicos. Mais do que isso, e é esse o mote central para a nossa investigação, fica exposta a

---

<sup>19</sup> Essa reorientação epistemológica vincula-se ao deslocamento do tradicional objeto de estudo da sociologia rural: atividade agrícola e sua correspondente modernização diante dos processos inerentes ao capitalismo contemporâneo.

sistemicidade dos sistemas sociais, ou seja, a padronização de relações sociais como práticas rotinizadas, que no estudo de caso se estruturam a partir da questão ambiental e de suas múltiplas percepções cognitivas. É justamente a temática ambiental que vem redefinindo os usos sociais da propriedade fundiária; forjando novos mecanismos de turismo e valorização da paisagem; reorientando e revalorizando práticas anteriormente rústicas ou arcaicas, transformadas agora em bens imateriais de consumo cultural; re-equacionando a relação entre agronegócio e agricultura familiar, etc.

O caso do município de Brotas é bastante emblemático para observarmos que este se caracteriza justamente por fazer parte de um contexto de ruralidade forjado por processos de ressignificação ancorados nos indicadores acima relacionados. A localidade, anteriormente vinculada à cultura cafeeira e à tríade produtiva específica (eucalipto, laranja e cana-de-açúcar), vem passando, desde o início da década de 90, por um processo de reestruturação baseado na atividade turística vinculado à questão ambiental e às suas implicações culturais, econômicas e sociais. Como aponta Rodrigues (2012, p. 227): “Facilitadas pelo aumento da mobilidade do indivíduo na contemporaneidade, atividades como o ecoturismo e o turismo rural aumentam significativamente, sobretudo a partir da década de 90”. E ainda, ressaltando a vinculação do rural ressignificado através do turismo de aventura e da mobilização recursiva da questão ambiental, no caso a partir da noção de paisagem e da construção discursiva de um espaço ecológico, coloca Carneiro (2012, p. 36):

Cabe acrescentar que a ideia de natureza como objeto de contemplação [...] passa por sua domesticação e utilização através do trabalho agrícola. [...] É nessa produção de paisagens idílicas e ecologicamente corretas que se reconhece um dos aspectos da multifuncionalidade da agricultura.” (CARNEIRO, 2012, p. 36)

Seriam múltiplas as possibilidades de descrição e análise sociológica do contexto de ruralidade de Brotas, anterior à profissionalização do turismo, capazes de elucidar os pormenores de aspectos inerentes à dinâmica do município. Entretanto, sem dúvida o Sítio Fazenda Areia que Canta emerge como um exemplo relevante para compreendermos na prática as transformações desencadeadas no espaço rural compreendido enquanto sistema social. Conforme aponta Heloísa Farsoni, proprietária e gerente do empreendimento:

*Heloísa. Eu acho que a gente tem bem essa noção, bem esta percepção, de que estas coisas são. Eu acho que isso é um ponto, um valor do próprio empreendimento, um valor nosso e que também está impregnado na própria propriedade, no empreendimento Areia que Canta primeiro uma nascente, Areia que Canta depois um sítio turístico, um café, depois fazenda, e hoje um hotel fazenda, e foi restaurante antes do hotel fazenda, tudo isso veio depois.*

O depoimento de Heloísa transborda a percepção da transformação sucessiva dos usos materiais e simbólicos do empreendimento, o qual se iniciou voltado somente às atividades tradicionais do espaço agrícola, como pecuária, plantação de cana de açúcar, cultivo de laranja, e atividades típicas do ambiente de fazenda e, ao longo do tempo - ligando-se às possibilidades propiciadas pelo nascente turismo de aventura – se tornou pluriativo através da construção do restaurante, da implantação do hotel e do desenvolvimento do sítio turístico. Todo esse movimento sintetizado na trajetória do Areia que Canta reflete o caráter híbrido e contextual da identidade rural (CARNEIRO, 1998), onde de acordo com os interesses e os recursos disponíveis, a natureza e suas respectivas percepções cognitivas são mobilizadas como categorias operatórias e discursivas (CARNEIRO, 2008).

Essa questão da ruralidade enquanto sistema social, enquanto verdadeiro fluxo e construção discursiva (MOREIRA, 2005) está relacionada com o turismo de aventura e com sua correspondente ligação com a questão ambiental. Tal convergência específica e responsável pela ressignificação múltipla do município de Brotas será debatida a partir de agora através do mergulho nos quatro processos sociais considerados mais relevantes de acordo com o levantamento documental, com a experiência de pesquisa de campo e com a problemática sociológica inerente à investigação.

## **2.7 A ressignificação do espaço de ruralidade em contexto de modernidade radicalizada**

Após a concepção da ruralidade enquanto sistema social e a construção da problemática de pesquisa em torno da crítica ao *Paradoxo de Giddens*, a qual eleger como objeto central a questão ambiental, nos propomos a mergulhar no debate da natureza e meio ambiente enquanto elementos recursivos mobilizados nas interações sociais entre indivíduos, grupos e instituições. No município de Brotas isso implica na discussão acerca da **afinidade eletiva entre profissionalização do turismo de aventura, questão ambiental e espaço rural**

**ressignificado prática e discursivamente.** Tal convergência espaço-temporal entre esses três elementos constituintes da localidade é responsável por um movimento de transformação do município entre os anos 90 e o período atual, e será justamente sobre ele que mergulhamos a partir deste momento do debate. Isso não implica em assumirmos que são analisados histórica e detalhadamente todos os desdobramentos da construção de Brotas enquanto capital do turismo de aventura e capital do ecoturismo, mas sim que procuramos escolher processos sociais de ressignificação da localidade específicos para abordar o cerne da investigação: **a utilização recursiva da questão ambiental através de suas múltiplas percepções cognitivas.**

Esses processos de ressignificação, fenômenos sociais, interpretados sociologicamente no presente trabalho ressaltam mais o caráter já padronizado e estabilizado de uma ruralidade específica ressignificada pela explosão do turismo baseada na temática ambiental do que as formas rurais anteriores, mais vinculadas a um “rural” mais tradicional. Mas é justamente na articulação entre a especificidade de Brotas como um sistema social rural, antes e depois do turismo, e da ressignificação através da temática ambiental, que podemos observar que o quadro resultante advém de complexos processos de estruturação vinculados a agenciamentos específicos; de determinadas regras e recursos; da peculiaridade das características territoriais e, fundamentalmente, do uso múltiplo e recursivo da questão ambiental; tudo isso completamente vinculado aos contextos de interação e às características dos agentes.

Os quatro processos sociais de ressignificação que são trabalhados no âmbito da dissertação, a saber, são: a) *O Rio Jacaré-Pepira*; b) *Do “buraco” ao atrativo turístico*; c) *Do radical à Disneylândia*; e d) *A Estrada do Patrimônio*. Nomeamos de processos sociais de ressignificação porque ao mesmo tempo em que expressam as variadas formas de mobilização recursiva da questão ambiental (enquanto regra e recurso), indicam a transformação do contexto de ruralidade brotense a partir de sua ressignificação discursiva e econômica.

O espaço de Brotas, trabalhado sob a perspectiva analítica do Rio Jacaré-Pepira, das cachoeiras, do turismo de aventura, da Estrada do Patrimônio, da unidade agroindustrial local, etc., configura-se enquanto melhor exemplo de uma realidade relacional, dotada de materialidade e simbolismo, “coisas e relações”, apontando de fato para um contexto de ruralidade significado pelas identidades e pelas disputas de nomeação da realidade social. Nessa dinâmica socioespacial, nesse “arranjo de objetos” geográficos, naturais e sociais, existe “a sociedade em movimento”, ou seja, o caráter de reprodução e transformação da vida

cotidiana através dos princípios estruturais de um determinado sistema social, o que no caso de Brotas, implica no âmbito da nossa análise na compreensão da utilização recursiva da questão ambiental. Esta última, operacionalizada enquanto regra e recurso depende dos contextos interação nos quais indivíduos, grupos e instituições estão inseridos direta ou indiretamente, fazendo com que não deixemos de observar que o município de Brotas sob a perspectiva da abordagem estruturacionista e da problematização sociológica aqui desenvolvida **se vincula também ao próprio contexto de modernidade radicalizada** (GIDDENS, 1991). Essa digressão é fundamental no sentido de expormos que as transformações do espaço específico de ruralidade estudado também estão relacionadas com as variáveis inerentes à modernidade. Como aponta Giddens (1991), são três as suas principais características: a separação entre tempo e espaço; os mecanismos de desencaixe; e a reflexividade; os quais juntos e em interação fazem com que a estruturação social do município de Brotas seja vinculada a relações e processos sociais situados em outros locais de interação, desencaixados e deslocalizados, dissociados das categorias espaço-temporais locais. Isso implica em assumirmos que a forma com que a questão ambiental transparece mobilizada como regras e recursos é resultado de sua própria interação dialógica com processos macrossociais. No arcabouço teórico-metodológico de Giddens (1991), isso implica em dizermos que o mundo da vida (o estudo de caso em si) é permeado por uma relação dialética com os sistemas abstratos.

A partir desses elementos verificamos que os processos sociais de ressignificação nomeados de “*Rio Jacaré Pepira*” e “*Do Buraco ao Atrativo Turístico*”, apresentam vinculação a determinações estruturais relativas à valoração da própria questão ambiental, os quais comporão o capítulo terceiro: **Processos Sociais de Ressignificação I: a valoração ambiental**. Enquanto que os processos sociais de ressignificação nomeados de “*Do Radical à Disneylândia*” e “*A Estrada do Patrimônio*”, apresentam vinculação relativa ao conflito socioambiental, os quais comporão o quarto e último capítulo: **Processos Sociais de Ressignificação II: o conflito socioambiental**.

É através dessa análise sociológica estruturacionista da questão ambiental operando enquanto regra e recurso a partir de sua articulação com processos macrossociais que procuraremos desenvolver as críticas ao *Paradoxo de Giddens*, em síntese, à normatização e abstração das concepções de natureza e meio ambiente. Na prática, isso implica também em operarmos com duas dimensões da teoria da estruturação sistematizadas por Giddens

respectivamente em “A Constituição da Sociedade” e a em “As Consequências da Modernidade”: a dimensão de elaboração teórica, conceitual e metodológica da abordagem estruturacionista; e sua “aplicação” em termos mais gerais. O grande desafio no âmbito dessa dissertação é procurar trabalhar com o terceiro aspecto da potencialidade da teoria da estruturação: a de sua utilização enquanto instrumental empírico e localizado, o qual se encontra dialogicamente relacionado com os outros dois aspectos do arcabouço teórico.

Em suma, cabe o resgate do mote condutor da presente pesquisa: a utilização da crítica ao *Paradoxo de Giddens* como ponto de partida para a problematização das transformações dos contextos de ruralidade, as quais são inerentes às disputas de nomeação em torno da própria questão ambiental, esta que, no limite, atua como princípio estrutural, como regra e recurso, possibilitando a crítica da teoria a partir da própria teoria a partir de um estudo de caso localizado. Ao fim, toda a trajetória do debate aqui desenvolvida se caracteriza por um empreendimento intelectual de exegese analítica da teoria da estruturação, dos contextos rurais, da convergência entre turismo de aventura e preservação do meio ambiente e natureza em Brotas, e da questão ambiental em si, concebida sempre como relacional e fruto das interações entre indivíduos, grupos e instituições.

### **3. PROCESSOS SOCIAIS DE RESSIGNIFICAÇÃO I: a valoração da natureza**

A proposta desse capítulo é justamente apresentar descritiva e analiticamente dois processos sociais de ressignificação do contexto de ruralidade e da própria questão ambiental através de dois feixes reflexivos construídos a partir da experiência e imersão no campo de pesquisa. O primeiro, “*O Rio Jacaré-Pepira*”, refere-se à transformação cognitiva que o Rio que marca a paisagem de Brotas apresentou com a profissionalização do turismo de aventura, implicando em uma relação complementar de privatização dos espaços naturais consubstanciada na atividade do *rafting* e suas respectivas bases operacionais. O segundo, “*Do Buraco ao Atrativo Turístico*”, refere-se ao significado discursivo, cultural e econômico em torno das cachoeiras de Brotas, as quais antes eram consideradas “buracos” - espaços de descarte de rejeitos e estigmas nas propriedades rurais – e se tornaram bens, agregando valor aos espaços de ruralidade. A questão fundamental é que ambos os processos revelam as variadas formas de mobilização da questão ambiental enquanto princípio estrutural, ora como regra, ora como recurso, cuja dinâmica pode ser analisada diante de um processo mais amplo de valoração da natureza, considerado como uma dinâmica macrossocial desencaixada e deslocalizada.

#### **3.1 O Rio Jacaré-Pepira**

O Rio Jacaré-Pepira é a chave para compreendermos a ressignificação do município de Brotas através da expansão do turismo de aventura, da mobilização recursiva da questão ambiental e da consequente ressignificação do espaço rural. De fato, o Rio Jacaré, como é nomeado localmente e por nossos interlocutores, perpassa a extensão do município de Brotas, mas estrutura o cotidiano local, pois há um trecho do curso do Rio que constitui um espaço público do núcleo da cidade, o Parque dos Saltos, local de interação entre moradores e turistas.

**Foto 1: Rio Jacaré-Pepira – Parque dos Saltos**



*Fonte: Luciana Pires de Jesus / Secretaria de Turismo / Sem data*

Como já citamos anteriormente, o Rio Jacaré vem através de múltiplas gerações atuando não só como bem natural marcante da paisagem de Brotas, mas como elemento simbólico nos processos de identidade e socialização. Como aponta João Batista Negrão, fundador da *ONG Movimento Rio Vivo*:

*A minha infância e o meu tempo de moleque foi baseado no Rio Jacaré e é onde eu tenho uma ligação com esse rio quase que ligação assim, de pai e filho, né? Pra mim eu chamo esse rio de “Meu Rio”, pode ser seu também se você quiser, eu não faço questão de repartir. É o rio mais espetacular de todos os rios que eu conheci. [...]Eu sempre nadei e pesquei nesse rio, até hoje, então eu acho que o rio, dentro de uma cidade, é um presente de Deus porque água de superfície hoje é coisa rara, então ter um rio atravessando a cidade como nós temos, isso daí não tem tamanho, né? Ainda mais, limpo como ele está. E ele é limpo hoje, assim como ele foi limpo há 70 anos atrás,*

*que pelo menos há 70 anos eu nado nesse rio. [...]Ah, a vida inteira esse rio foi... gerações antes da minha já se brincava nesse rio, já se nadava nesse rio.*

O depoimento de João Batista Negrão aponta o Rio Jacaré-Pepira como espaço de sociabilidade e de interação entre várias gerações de brotenses, caracterizando o cotidiano do município a partir de sua consolidação enquanto um marco espaço-temporal, enquanto um bem natural estruturante das relações sociais locais. Como aponta Giddens (2009), a agência dos indivíduos vincula-se a um movimento de dualidade em relação a tudo que estruture as relações sociais e componha a estrutura social, o que nesse caso faz com que compreendamos o Rio Jacaré-Pepira como elemento recursivo da rotina e do cotidiano. A presença e o usufruto lúdico do Rio, associados com sua proteção e preservação, estiveram sempre presentes em Brotas como elementos normativos à ação social e como um código de significação partilhado por seus habitantes. O Rio Jacaré-Pepira transborda enquanto faceta da questão ambiental operacionalizada enquanto regra de convivência, pautada eminentemente não em um valor abstrato ou fixo da preservação da natureza, mas sim em uma identidade local e específica: de vínculo afetivo com o rio (CARNEIRO, 2005).

Tradicionalmente, antes do desenvolvimento e profissionalização do turismo de aventura, o Rio Jacaré-Pepira possuía no espaço rural de Brotas um conjunto situado de significações e de práticas, especificamente sendo utilizado como clube de natação e como locus de interação social, voltada à população do município em geral e aos jovens:

***João Batista Negrão.** O meu pai foi o fundador, ele e mais duas pessoas, fundador de um clube que chamava Clube de Regata Santa Cruz que era um trecho do rio pra cima da ponte da Avenida Mario Pinotti até uma quadra, 100 metros pra cima. Ali então construíram dois vestiários, um masculino e um feminino, e então colocaram areia para imitar uma praia, cercaram uma parte do rio para as crianças poderem nadar e a gente praticava esporte ali, fazia competição de natação, fazia saltos ornamentais de cima da ponte, enfim, o divertimento nosso era o rio. Eu nadava em média 5 horas por dia, eu saía de casa depois do almoço e quando era lá para as uma e meia, duas horas, a gente entrava na água, eu e o menino que morava lá perto da ponte, e a gente nadava até escurecer. Então a minha afinidade com o rio é total.*

**Foto 2: Clube de Natação Santa Cruz - Brotas**



**Fonte:** Divulgação [Sem data] Site Institucional da Agência Mata D'entro. / Disponível em: <<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/matadent.htm>> Acesso em: set. 2012.

A primeira iniciativa concreta de proteção ao Rio Jacaré-Pepira deu-se com os primeiros debates acerca da formação e implantação do Consórcio para a Preservação da Bacia do Rio Jacaré, a partir dos anos 80, momento no qual a ligação afetiva e emocional, tão marcantes da sociabilidade local, se consubstanciou em uma articulação entre gestão municipal; saber perito e acadêmico; agentes produtivos locais; e população brotense envolvida na preservação ambiental:

*João Batista Negrão: Começou isso daí em 82 se eu não me engano. [...] Mas logo em seguida que a gente começou a trabalhar a gente percebeu que a preservação do rio, quer dizer, você tinha que estabelecer um plano para trabalhar no rio e esse plano passava por um tratamento de esgoto, por um reflorestamento, e uma análise de resultados. Por exemplo, trabalhar, instruir o agricultor a trabalhar melhor o solo para evitar o assoreamento e então a gente percebeu logo de cara que não adiantava nós trabalharmos só a cabeceira do Rio Jacaré e abandonar o resto, então criou-se o consórcio, foi o primeiro consórcio com a ideia de se preservar um rio, que foi criado, talvez, no mundo inteiro. Isso foi copiado em diversos países da América do Sul e, inclusive, alguns países da Europa que copiaram esse modelo de gestão. [...] Então foi criado o consórcio de preservação do Rio Jacaré, nos*

*anos 80, e que teve uma força muito grande enquanto durou, mas como ele tinha um vínculo político muito grande, conforme foi mudando a política, as cabeças nem sempre funcionam desse lado e então acabou por acabar.*

Como aponta o depoimento de João Batista, o consórcio chegou efetivamente a ser criado, mas segundo ele, por “vínculo político muito grande, acabou por acabar”, indicando o descompasso e a dissonância entre administrações públicas municipais no que tange à concepção de preservação ambiental. Mais do que isso, e talvez essa seja a questão fundamental desse trecho da entrevista com o respectivo interlocutor, percebe-se a existência de vários setores disputando a proeminência em relação à forma adequada de proteger o rio através das iniciativas de “reflorestamento”, “tratamento de esgoto”, “análise de resultados” e “instrução de agricultores”. Mesmo antes da profissionalização do turismo, Brotas e sua questão ambiental – localizada, contextualizada e específica – já eram alvo de disputas de nomeação e significação, o que no caso, reflete um claro diálogo desigual e problemático entre saberes peritos, conhecimento leigo e ação política, cada qual com um tipo de apropriação da questão ambiental enquanto recurso (GIDDENS, 1991; 1997; 2009).

Mas, é exatamente através do depoimento de Lili, Secretária do Meio Ambiente e Presidente da ONG *Movimento Rio Vivo*, que podemos observar os primeiros aspectos da posterior ressignificação do município de Brotas a partir da profissionalização do ecoturismo e da preservação da natureza:

*É nessa história do êxodo rural que aconteceu mais na década de 70, mais acentuado aqui pra gente, em 80... não tinha trabalho aqui, não tinha onde as pessoas trabalharem, então muita gente saiu e não tinha estudo, não tinha trabalho, a gente não... as pessoas saíram da lavoura, vieram para a cidade e na cidade não tinha como absorver toda a mão de obra e muita gente foi embora para a cidade grande. E foi embora para a cidade grande os filhos, porque os pais ficaram, e aí final de semana você vai na onde? Vai para a casa do pai, na casa da mãe, onde que é? É aqui. E essa coisa de você ter a natureza, ter o contato com a natureza, poder brincar no rio, então, imagina, vinha com todo mundo e trazia a galera, exatamente. Isso a gente tinha o trabalho do consórcio... A questão do turismo e da preservação ambiental ela se mistura muito porque na década de 80 que se criou esse projeto piloto de preservação dos rios, inclusive uma das únicas referências no mundo, datada, até citada da ONU, de preservação, de consórcio intermunicipal para a preservação de um rio. Hoje você vê muito consórcio, inclusive baseado nessa experiência nossa, mas para recuperação de um rio, não para a preservação de um rio que foi o objetivo maior.*

Segundo Lili, a população jovem do município de Brotas realizou um movimento de migração local em busca de outras oportunidades de trabalho e estudo, mas jamais perdeu seu vínculo identitário com o Rio Jacaré-Pepira, realizando um movimento pendular de fluxo entre seu município de origem e os novos locais de residência. Esses indivíduos apontados por Lili, os quais voltavam com “a galera para a casa dos pais de fins de semana” em busca de “ter contato com a natureza” e de “poder brincar no rio”, foram justamente os futuros empreendedores e pioneiros do turismo de aventura em Brotas, que de fato transformaram atividades lúdicas e improvisadas em atividades regulamentadas e técnicas. A partir das considerações de nossa interlocutora podemos inferir que a questão ambiental adquiriu significado derivado desse conjunto de atitudes e práticas locais, vinculando então, na origem, usufruto lúdico do recurso natural, vínculo afetivo territorial e consórcio de proteção ao rio. De fato, podemos observar que a afinidade eletiva entre turismo, questão ambiental e ressignificação do espaço rural transborda a partir dos anos 90, mas já vinha se desenvolvendo em um período anterior de transformação do contexto de ruralidade, mostrando em suma, **o caráter eminentemente relacional e contextual que a questão ambiental assume.**

Esse vínculo identitário com o rio que vem marcando gerações de indivíduos provenientes de Brotas com certeza está no cerne da mobilização em torno da iniciativa de criação da ONG *Movimento Rio Vivo*, voltada para a defesa do Rio Jacaré-Pepira diante da possibilidade da instalação da indústria de curtume já citada anteriormente. Eis novamente o fundador, João Batista Negrão:

*O curtume se propôs a vir pra cá e chegou a comprar uma área aqui na beira do córrego rasteiro e seria o maior desastre que poderia ter acontecido em Brotas. E a gente organizou um grupo que começou a fazer manifestações contrárias às instalações do curtume, foi quando nasceu o Movimento Rio Vivo.*

A iminência da implantação da indústria de curtume em Brotas e a ameaça ao Rio Jacaré-Pepira emergiram como evento de ruptura do fluxo de reprodução do cotidiano em um contexto de preservação e consciência ambiental em torno do grupo da população jovem da cidade. A criação da ONG possui vínculo com o transbordamento da motivação da ação a partir de um evento que foi capaz de impor uma brusca ruptura nos elementos estruturantes da vida social (GIDDENS, 2009). O agenciamento diário, cotidiano e habitual, fundado na monitoração, racionalização e motivação, era estruturado em uma concepção da questão

ambiental intimamente relacionada ao rio, sendo este inclusive fonte de segurança ontológica na vida local (GIDDENS, 1997).

Como aponta Buza, guarda municipal, condutor e sócio fundador da ABCT - Associação Brotense de Condutores de Turismo, a luta contra a instalação do curtume e o surgimento do turismo de aventura só podem ser compreendidos como processos interligados e concomitantes:

*[...] veio para montar em Brotas um curtume, e um curtume ele é altamente poluidor. Curtume é uma fábrica que lida com o couro do animal, eles preparam o couro para fazer sapato, para fazer jaqueta, essas coisas, então esse couro sofre um tratamento químico muito pesado[...]E como a gente já tinha essa visão de querer trabalhar com turismo em Brotas, fazer alguma coisa com turismo em Brotas, antes da empresa, e aí a empresa chegou bem junto com o que estava rolando. Já estávamos com um pouco de ideia, a ideia já estava fluindo.*

Através do depoimento observamos que a questão ambiental que transitava em torno da preservação do Rio Jacaré-Pepira não era somente vinculada ao laço afetivo e social dos indivíduos com o bem natural específico de Brotas, mas também à necessidade de sistematizar as atividades lúdicas e transformá-las em iniciativas profissionais, afinal, essa é a característica originária do pioneirismo de Brotas e que justifica o título de “capital do turismo de aventura”. Segundo Buza, “a gente já tinha essa visão de querer trabalhar com turismo”, e era preciso um rio limpo e livre do curtume para a realização do empreendimento. Mais uma vez aqui, a questão ambiental é mobilizada recursivamente de acordo com o interesse específico e localizado, aparecendo eminentemente como uma construção social (LENZI, 2006).

Após o período caracterizado pela implantação e sistematização do turismo de aventura no município de Brotas, especificamente os anos 90, grande parte dos interlocutores e o próprio levantamento documental apontam que a localidade foi transformada pelas novas oportunidades trazidas pelo dinamismo econômico e pelo fluxo de pessoas, capitais e serviços. Como podemos observar através do depoimento de Paulinho, empresário e gerente da agência H2Omem, tal momento de explosão e auge dessa atividade deu-se a partir do ano 2000:

***Paulinho:** Então a H2Omem como agência, vamos dizer, que trazia pessoas a Brotas, fomos os primeiros aqui, formalizada existia uma outra agência*

*que hoje não está mais no mercado, mas informalmente a gente já trazia outras pessoas com o nome H2Omem, né? Aí tem o livro, tem revista, essas capas de revistas aí são todas sobre matéria de atividade da H2Omem. Em 1999 eu mudei pra cá, em 2000 a pousada ficou pronta, em 2001/2002 foi o boom do turismo em Brotas.*

Paulinho nos revela que a emergência do município de Brotas enquanto destino turístico esteve fortemente vinculada a uma construção discursiva e simbólica, através de “livros e revistas”. De fato, a partir da análise de publicações especializadas da época é possível a verificação de Brotas como uma referência no ecoturismo e nos esportes radicais. Aquelas práticas improvisadas de usufruto lúdico em torno do Rio Jacaré-Pepira, de seus afluentes, cachoeiras e quedas d’água, protagonizadas pela juventude brotense fundadora da ONG, adquiriram outro caráter, absolutamente mais profissionalizado e vinculado a um verdadeiro empreendimento comercial. Como aponta Buza, guarda municipal e condutor de rafting:

***Buza.** Olha, Brotas estourou na mídia, a gente teve um boom muito grande, não sei te precisar certinho, mas acho que em 2000, 99, 2001, 2002, nossa, tivemos um boom, foi o auge. Depois desse auge chegamos a ter quase 17 empresas fazendo isso.*

Não foram apenas o Rio Jacaré-Pepira e o conjunto dos atrativos ambientais de Brotas que foram objeto de ressignificação a partir da explosão do turismo enquanto atividade econômica, mas a própria questão ambiental e suas concepções, ou seja, sua mobilização enquanto regra e recurso específico. Como aponta Lenzi (2006), a questão ambiental de fato transborda enquanto resultado e meio da ação humana, e só pode ser compreendida através de uma perspectiva localizada, contextual e relacional (CARNEIRO, 2008; JOLLIVET;2008). A estruturação social a partir da natureza e do meio ambiente se transformou e tornou-se inclusive elemento de mobilização de poderes diferenciais e de hierarquias, fazendo com que a natureza em si fosse elemento de distinção social (PAULINO, 2005).

Tal mobilização recursiva da questão ambiental é identificada no âmbito da pesquisa através do próprio Rio Jacaré-Pepira enquanto objeto do processo de ressignificação. Se antes o rio era elemento de dissipação da desigualdade social, hoje ele emerge justamente como marcador da diferenciação econômica, política e social dos agentes brotenses. Através do

depoimento de Lili, atual presidente da *ONG Movimento Rio Vivo*, observamos esse primeiro “papel social” do Rio Jacaré-Pepira:

*Então, Brotas sempre foi uma cidade que tem um apego com o rio, muito grande, isso antes de eu existir no mundo. O rio sempre foi uma importância para essa comunidade aqui, por vários motivos, um, não só por causa de peixe, só por causa de beleza, mas a questão da integração sempre foi muito forte. Para você ter uma ideia do que estou te falando, da importância disso, o clube de natação da cidade não era um clube, era no rio, então não tinha barreira entre rico, pobre. Lógico, elas existem, mas por exemplo, “Esse lugar é do rico, aquele é do pobre, sabe assim? Aqui a gente tem um clube fechado e ali a gente tem um clube aberto”, não existia isso, era uma coisa só. Então esse envolvimento, essa integração, mesmo com todas as barreiras que existem e existem até hoje, dessa questão social e algumas pessoas colocam essas barreiras de uma forma bastante evidente, mesmo com todo esse processo acontecendo, quando as pessoas iam para o rio essa coisa parece que se anulava. Então o clube da cidade era do lado do rio, o clube de natação, a gente tem uma foto que eu acho que data de 50, 40 e poucos, que mostra um festival de natação e todo mundo na margem do rio. As pessoas mais bem vestidas e as que estão menos vestidas, todo mundo ali no mesmo espaço, não tinha divisão de espaço. E essa questão de você estar com o rio isso nivela todo mundo, porque depois se você não der umas braçadas não importa se você tem dinheiro ou não tem dinheiro, você morre do mesmo jeito, né?*

Lili descreve e evoca novamente o passado da utilização do Rio Jacaré-Pepira através do Clube de Natação, o qual na sua perspectiva e na de outros interlocutores da pesquisa, “anulava” as diferenças sociais através de sua constituição enquanto espaço lúdico a todos, acessível de forma igual, aberto e disponível para a comunidade. Aqui a questão ambiental aparecia extremamente vinculada à própria questão social do município. Entretanto, após a implantação da principal atividade turística de aventura, o *rafting*, o qual se caracteriza pela “descida” do rio em botes, emergiu uma nova perspectiva acerca do recurso natural, completamente ressignificado e dotado de valor econômico. Como aponta Fernando, proprietário da Pousada Frangipani e membro da ABROTUR:

**Fernando:** *Mas hoje quando você fala do turismo de aventura, qual é o carro chefe do turismo de aventura? É o rafting, e tudo começou porque as pessoas desciam o rio de boia, então eles pegavam essas boias de caminhão e iam descendo o rio, era uma atividade natural da cidade. Um lazer... diversão. Então hoje esse rio é importante porque esse rio aliado a nossa geografia de cuevas, que formam as cachoeiras, os vales, o cânions, isso mostra de novo, que a gente está ligado, o rio é nossa principal vitrine.*

A prática do *rafting* exige que as agências operadoras da atividade criem pontos de entrada e saída dos botes e dos turistas ao longo do curso do Rio Jacaré-Pepira e que, mais do que isso, estipulem o trecho adequado do rio para a realização da descida, escolha esta que envolva características geográficas propícias (quedas d'água, margens adequadas, estradas, etc.), capazes de unir a experiência lúdica do esporte e a segurança de sua operação. São exatamente as peculiaridades geográficas do Rio Jacaré-Pepira que também possibilitaram a prática das atividades que compõem o turismo de aventura. A vocação brotense ao ecoturismo uniu e une, de fato, fatores humanos e naturais que estiveram em convergência, demonstrando o quanto que a própria natureza é objeto de significação, de disputa discursiva, de estruturação da vida, do hábito, do cotidiano e também, de atividades econômicas, transbordando no limite, enquanto uma natureza socializada (LENZI, 2006). A interlocutora Giovanna, proprietária da operadora de turismo de aventura *Ecoação*, quando questionada acerca de Brotas ser conhecida como a “A Capital do Turismo de Aventura”, aponta:

*Giovanna. Então eu acho que uma coisa que é bem determinante para esse nome é o nosso rio ser navegável o ano todo, eu acho que isso é uma coisa legal, a pessoa vem pra cá em qualquer época do ano e tem atividade acontecendo no rio. Outra coisa também é que o rio propicia diversas atividades, então o rafting, o boia cross, ele tem um trecho mais tranquilo e, além disso, eu acho que são as cachoeiras, muitas cachoeiras, muitas trilhas, então eu acredito que merece ter esse nome. Hoje existem outras atividades que não dependem de rio e de cachoeira, mas antigamente, quando foi colocado esse nome eu acho que foi causa disso, das cachoeiras, das trilhas e do rio.*

Giovanna refere-se a um conjunto de atividades e de bens ambientais relacionados ao Rio Jacaré-Pepira, os quais possibilitam a operação de outra miríade de práticas vinculadas ao ecoturismo e aos esportes de aventura. A questão fundamental é que as “bases operacionais” do *rafting*, do *boiacross*, do *rapel*, da *tirolesa*, do *arvorismo*, são a própria natureza, são os atrativos ambientais espalhados pela localidade de Brotas. Assim, o turismo local cresceu e desenvolveu através de processo de valoração e privatização da própria natureza, transformando a questão ambiental em objeto de disputa e diferenciação social. O próprio Paulinho, proprietário e operador da agência H2Omem explica o processo, exemplificando-o através do *rafting*:

*Paulinho: [...] as propriedades que estão beirando o rio todas elas são propriedades particulares, isso no entorno do Jacaré-Pepira. Vamos dizer o*

*caso do rafting, então todas as propriedades, o trecho do rafting é abaixo da cidade, então todas as propriedades que estão em volta do rio, beirando o rio, todas elas são particulares, então cada agência tem a sua negociação com determinado proprietário. Isso mediante pagamento, aluguel, e normalmente são pagos por pessoa, então alguns pagam mensalmente. Você tem uma parceria, você tem um contrato com esse sítio ou com esse proprietário, a gente chama de atrativo turístico, a gente tem uma parceria com esse atrativo turístico e daí você paga por pessoa que entra lá.*

É o Rio Jacaré-Pepira ressignificado e a própria questão ambiental mobilizada enquanto recurso econômico que transformam as características naturais de Brotas (rio, quedas d'água, cachoeiras, etc.) em atrativos ambientais. É isso que Paulinho nos explica, que as propriedades particulares elaboram acordos específicos com as agências operadoras de turismo de aventura, com diversas modalidades de pagamento pelo uso do bem natural. Da mesma maneira, observamos também que tal processo se desenvolveu com a profissionalização do turismo e até hoje emerge como elemento de disputa:

**Pesquisador:** *Buza, me explica como se dá essa parceria entre agência e sítio, agência e local. É arrendamento, eles alugam, dividem lucro, você sabe mais ou menos?*

**Buza.** *Pelo que eu sei, funciona assim, eles pagam por passe que entra na propriedade, por pessoa, quantas pessoas entrar é valor x por cabeça, por exemplo, a Ecoação entra lá na Fazenda Atala, um trecho da Fazenda Atala que eles são grandes, é a base operacional, onde entramos, iniciamos o rio, entramos no rio ali. Então eles pagam e eu acho que existe um voto também de confiança nisso tudo, porque eu não sei, eles não tem controle disso, então fica na consciência da agência, tanto é que teve agência que entrava no mesmo lugar e eles mandaram embora, não deixa mais entrar lá porque aconteceu isso. Botou na confiança, botou alguém lá dentro para ficar contando e chegou no final do mês não batia, falava que entrou com 20 e declararam que entrou com 5, né? Aí o cara já tesourou e não deixou entrar, então nessa fazenda entra a Águas Radicais e a Ecoação, só. As outras entram no sítio do Maurício, acho que entram três no sítio do Maurício, e no outro cantinho entra mais uma. É isso mesmo, seis.*

Buza ressalta em seu discurso um quadro resultante da interação social entre agentes específicos de Brotas: a agência operadora do turismo de aventura; o proprietário do espaço rural de localização dos trechos de entrada e saída do *rafting*; e o próprio turista (que paga pelas atividades a partir de um valor derivado também da especificidade desse arranjo econômico). O depoimento de Buza aponta a vinculação entre a questão ambiental, a privatização da natureza, a ressignificação do espaço rural e o turismo de aventura, elementos

esses que passam a operar diferencialmente e contextualmente enquanto regras e recursos específicos. Cada agente estrutura concepções acerca desses princípios estruturais e os utiliza de acordo com as condições de cada interação social, o que no caso, visivelmente transborda relações sociais econômicas e de negociação racional. **A questão ambiental de fato aparece relacional e recursiva.** Mais do que isso, emerge como eixo de um conflito de diferenciação e hierarquia social:

***Pesquisador:** E como que é essa relação? É harmônica, às vezes rola certo conflito? Como que funciona?*

***Paulinho:** É assim, tudo que envolve dinheiro, tem o lado complicado, mas é bastante harmônica... enquanto você está pagando, enquanto você honrar seu compromisso. É igual aluguel de casa, enquanto você estiver pagando o aluguel você está morando, a partir do momento em que você para de alugar o cara já quer que você desocupe a casa dele, então é a mesma coisa. Enquanto a gente está pagando a propriedade, a entrada e a saída de rio, você paga as propriedades para fazer rapel, para fazer arvorismo, para fazer tirolesa, é bastante harmônico, tem proprietário que nem... ele confia na pessoa. “Olha, eu levei lá 150 pessoas neste mês, levei 200...”, ele não tem um controle. Tem uns que tem um controle mais eficaz, tem outros que não. Ele confia na sua palavra e você paga pra ele. Porque até então ele não tinha essa renda, até então era um dinheiro que não existia pra ele. A partir do momento em que começou a levar pessoas lá é uma renda extra, uma renda a mais que entra. [...] Cada um tem sua parceria. Isso daí foi desenvolvendo com o tempo dentro da negociação particular de cada um.*

Paulinho ressalta os mecanismos de desenvolvimento da parceria específica entre agência operadora de turismo de aventura e os proprietários, relação essa que - conforme verificamos através de experiência de trabalho de campo – varia através de vínculos formais e informais, contratuais ou verbais, ora atuando como elemento harmônico, ora como elemento conflituoso. De todo modo, a questão fundamental que observamos é que essas práticas de recursivas de utilização econômica do meio ambiente foram resultado de uma interação ao longo do tempo que refletiu a própria dinâmica de profissionalização do turismo brotense:

***Giovanna.** Então, na verdade, nenhum proprietário de terra gosta de deixar alguém entrar, não gosta. Então foi feito um trabalho de conscientização de que aquilo era importante: “Viu, e fala quais as regras, mas pela Amor de Deus, me deixa entrar”, “Me dê suas exigências, eu cumpro, eu faço o que você quiser, mas por favor, me deixa ter acesso”, então eu acho que foi isso. [...] E o rafting ele não sai do mesmo lugar, cada empresa tem um ou tem algumas empresas que dividem uma mesma entrada. Então tem alguns*

*proprietários de terra que cedem espaço para as empresas e aí cada empresa negocia e vê onde que é melhor.*

Quando Giovanna, proprietária representando a operadora *Ecoação*, ressalta que foi necessário “um trabalho de conscientização” em torno da importância do uso da propriedade para a entrada e saída da operação de *rafting*, na verdade ela está indicando um processo de transformação da própria questão ambiental enquanto princípio estrutural. Esta aparece na estruturação social enquanto regra na perspectiva de Giddens (2009), enquanto código normativo da conduta e da ação social que permite o acesso à propriedade: “me fala quais as regras, me deixa entrar”, “Me dê suas exigências, eu cumpro”. Mas a questão ambiental também emerge no cotidiano enquanto recurso possível de ser mobilizado enquanto instrumento de poder diferencial ou mesmo de poder econômico.

Se antes o Rio Jacaré-Pepira emergia enquanto espaço de sociabilidade e de livre acesso, enquanto “vínculo de vida”:

*Júlio. Veja o seguinte, todas as pessoas aqui tem um vínculo afetivo com o Rio Jacaré muito grande. Porque onde que era a área de lazer das crianças? Por exemplo, a minha área de lazer, quando criança, era o Rio Jacaré. Então eu descia de boia, eu brincava no rio, eu nadava no rio, eu aprendi nadar no rio, você entende? Esse é o vínculo com a água e com o rio, um vínculo de vida.*

Agora ele passa a ser princípio estruturante de uma complexa e intrincada relação de disputa e conflito em torno de si. Em suma, a partir desse feixe de possibilidade interpretativa do Rio Jacaré-Pepira consideramos ter encontrado indicadores empíricos de que não existe *uma* questão ambiental, mas sim várias, as quais são mobilizadas em torno dos contextos específicos de interação. Assim, como exemplo da operacionalização das múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental enquanto princípio estrutural, podemos apontar seu transbordamento enquanto regra, como elemento normativo e, ao mesmo tempo, código de significação, justamente quando o usufruto e a preservação do Rio moldam as práticas sociais em torno das atividades desempenhadas. Da mesma maneira, essa concepção específica de um fator ambiental emerge no âmbito da agência, atuando como sentido compartilhado no monitoramento reflexivo; na racionalização, como uma concepção comum e não explicitada; e na motivação da ação, a qual se revela no momento da ameaça no curtume - um evento de ruptura com o desempenho rotineiro da vida cotidiana de forma recursiva. Por

fim, fica evidente que o Rio Jacaré-Pepira envolve a dimensão do poder intrinsicamente ligada à mobilização recursiva da questão ambiental, justo quando existe uma luta por critérios de nomeação e classificação em relação aos processos proeminentes da ressignificação do município de Brotas a partir do turismo e da natureza.

### 3.2 Do “buraco” ao atrativo turístico

Neste tópico procuraremos tematizar o processo de ressignificação dos bens naturais do município a partir da mobilização recursiva das múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental colocando em pauta o processo de privatização da natureza. Dessa forma, cabe a pergunta: antes do processo já citado de explosão do turismo em Brotas - vinculado a um conjunto complexo de fatores, como a indústria de curtume e a *ONG Movimento Rio Vivo*, por exemplo - quais eram as percepções acerca das cachoeiras, trilhas e nascentes? Segundo um conjunto de informantes de Brotas, os atrativos turísticos em sua maioria, principalmente se pensarmos nas cachoeiras - o grande símbolo do turismo de aventura baseado em práticas verticais - eram todos, “buracos”. Eis o que Lili, membro do *Movimento Rio Vivo* e atual Secretária do Meio Ambiente nos expõe sobre o tema:

*E aí vem o Rio Vivo falando que a gente tem condição de trabalhar, de ganhar dinheiro, com as matas, e você ia falar isso para o produtor, para o cara do sítio que estava, que tinha cachoeira e ele falava “Larga a mão, aquele buraco, o que vocês vão fazer lá?” Aquele buraco lá são as cachoeiras. E às vezes as pessoas iam lá na cachoeira, as que eram mais fáceis de se chegar e iam lá brincar na água, no riozinho [...]*

Lili está se referindo ao processo de interação entre a *ONG Movimento Rio Vivo* e os proprietários dos locais dotados de algum tipo de atrativo turístico, pois como podemos observar, a ONG esteve voltada não só para a proteção do Rio Jacaré-Pepira contra a instalação da indústria do curtume, mas também vinculada ao desenvolvimento do próprio turismo de aventura. A ONG e as operadoras de turismo pioneiras - os membros participantes da primeira e os empreendedores da segunda - muitas vezes foram os mesmos agentes e partilharam da mesma concepção da questão ambiental e das possibilidades de exploração turística. Mais do que isso, o depoimento de Lili aponta para o termo fundamental para compreendermos a concepção dos atrativos ambientais antes e depois dos processos de ressignificação do município desencadeados pela profissionalização do turismo e de uma nova

percepção cognitiva acerca da questão ambiental. Se em torno do Rio Jacaré-Pepira de fato existia uma sociabilidade e uma valorização (um vínculo afetivo da população, como tratamos anteriormente), ao longo das localidades brotenses (no interior de cada sítio), as cachoeiras, as corredeiras, as paisagens, etc., eram considerados apenas coadjuvantes na função específica da propriedade, geralmente voltada para a pecuária ou cultivo de laranja, cana de açúcar ou eucalipto. As características geográficas e paisagísticas da propriedade eram consideradas “buracos”, verdadeiros empecilhos para o desempenho da atividade produtiva principal, e posteriormente, seriam justamente aquilo de maior valor e distinção de uma propriedade após os anos 90: de explosão do turismo e de ressignificação da localidade através de uma nova concepção e utilização recursiva da natureza. Isso de fato, nos aponta para o caráter relacional e contextual da concepção da questão ambiental (LENZI, 2006).

Ainda segundo Buza, o nosso conhecido condutor de rafting, guarda municipal e fundador da ABCT:

*Alguns proprietários comentavam assim pra gente: “O que vocês querem com um buraco desse? É um buraco meu, o que vocês querem com esse buraco?”, sabe o que eles faziam com esse buraco? Por exemplo, morria um animal e ele jogava lá dentro da cachoeira [...] “Por que você vai deixar esse animal ficar fedendo? Próximo de alguém ou da casa? Vamos jogar na cachoeira”, arrastava, jogava na cachoeira, a água levava aquilo, se desfazia com a água... esse era o pensamento de alguns.*

No âmbito da nossa interpretação estruturacionista já amplamente citada, se antes a cachoeira era considerada “buraco”, um espaço de descarte de animais, e hoje se tornou objeto de valor econômico revestido por um discurso de proteção ao meio ambiente e de usufruto controlado da natureza, não nos cabe julgar a existência ou não de consciência ambiental nos dois casos, mas sim de observarmos que - de acordo com as interações sociais - as percepções cognitivas dos fatores ambientais são mobilizadas recursivamente como princípio estrutural. Assim, podemos observar através da Cachoeira Roseira, localizada no sítio *Recanto das Cachoeiras*, como que o “buraco” adquiriu infraestrutura adequada para o turismo, não só com a construção de passarelas devidamente sinalizadas, mas com a sua valorização ambiental, já que o sítio cobra entrada dos visitantes que desejem passar o dia no espaço, visitando assim outras duas cachoeiras, um mirante, o restaurante local, trilhas e um viveiro de animais.

**Foto 3: Cachoeira da Roseira – Recanto das Cachoeiras**



*Fonte: Acervo próprio / Fotodocumentação / abril de 2012 /*

Através da análise da foto observamos que o espaço anteriormente inadequado para as atividades tradicionais do espaço rural adquiriu uma infraestrutura baseada nos pressupostos de segurança e perícia obrigatórios no que tange ao turismo de aventura. Podemos observar a presença de uma passarela com piso antiderrapante e corrimão, placa de sinalização e uma corda ao fundo, utilizada para as atividades de rapel. O *Sítio Recanto das Cachoeiras* foi escolhido como exemplo de um processo que ocorreu na maior parte das propriedades de Brotas com atrativos ambientais: a transformação do “buraco” e sua ressignificação juntamente com a questão ambiental em torno dele, passando a operar como fonte de valor. Como aponta João Batista Negrão, presidente da *ONG Movimento Rio Vivo*:

*Só para você ter uma ideia, tem uma propriedade que chama Fazenda Cassorova, é do Filizola do lado de cá do rio, do outro lado é do Balthieri, então, o Sr. Balthieri, pai do João, ele, uma vez eu estive lá e ele estava contando pra mim, ele me quer muito bem, tanto que eu vou lá e eu e os meus acompanhantes não pagam nada, ele faz questão de não cobrar da gente na propriedade dele. Então ele estava me contando que a propriedade toda dele não dá o lucro que dá o “buraco” que tem na propriedade, porque ele chamava de “buraco” porque era um lugar que de vez em quando caía bezerro e ele perdia bezerro porque não tinha como descer lá para trazer o bezerro de volta, então ele falava “O buraco da minha propriedade hoje me dá mais lucro do que a fazenda inteira”.*

João Batista relata um conjunto de percepções acerca do meio ambiente e da natureza revelada pelos proprietários de fazendas ou de sítios na localidade, os quais assumem que o “O buraco da propriedade hoje dá mais lucro do que a fazenda inteira”. Os “buracos” tão característicos do município de Brotas se tornaram mais do que atrativos ambientais complementares às atividades de geração de renda de algumas propriedades, se tornaram muitas vezes a atividade fim ou principal, a qual justifica a instalação de restaurantes, lojas de artesanatos, hotéis, ressortes, etc., como é o caso do Hotel Fazenda Areia que Canta. Em síntese, a ressignificação da natureza emerge como eixo de transformação do contexto de ruralidade que se desvincula de suas características tradicionais e se torna eminentemente pluriativo (CARNEIRO, 2005; RODRIGUES, 2012).

Nesse ponto cabe dialogarmos diretamente com o *Paradoxo de Giddens* – nessas características específicas do município de Brotas, em qual processo existe uma concepção ambiental consolidada e universal de natureza? De fato, observamos que ela só existe enquanto princípio estrutural utilizado de acordo com o contexto, de maneira recursiva e em prol de interesses e objetivos, transbordando enquanto consciência prática (nas atividades de exploração comercial da propriedade, por exemplo) e enquanto consciência discursiva (apenas no momento em que o agente é chamado a transformar suas práticas em discurso, rompendo com a reprodução e transformação cotidiana da estrutura social, como no caso da própria entrevista sociológica) (GIDDENS, 2009).

Da mesma forma, como aponta José Carlos de Francisco, o Ju, fundador da *Mata d’entro*, a primeira operadora de turismo de aventura de Brotas, se antes o “buraco” era considerado aspecto até problemático no âmbito da propriedade, como empecilho para o desenvolvimento de outras atividades rurais, ou como depósito de rejeitos, ele torna-se, ao contrário, elemento que propicia a ressignificação completa da propriedade, o cerne de sua

ressementização como atrativo turístico, o qual, conforme continuamente estamos trabalhando, reveste-se de um conjunto situado e específico de utilização recursiva da questão ambiental:

*E isso passou a ser valorizado em Brotas pelo produtor rural, ele teve essa noção, com o desenvolvimento do turismo, ecoturismo. O dono de cachoeira passou a respeitar aquela cachoeira, passou até a plantar árvores porque ele passou a ganhar dinheiro com aquela cachoeira, ou até então aquela furna era um cemitério de carcaça, tanto de trator, de equipamento, como de bicho, jogava no “buraco”, “Ah, vou jogar naquele buraco”, né? Hoje não, o buraco hoje, dependendo da propriedade rural é a principal arrecadação.*

Conforme aponta Ju, o “buraco” era destinado a rejeitos variados na produção rural, desde orgânicos até materiais, como tratores e equipamentos. A questão fundamental aqui gira em torno da própria água enquanto recurso natural ressignificado a partir das concepções variadas em torno do que seja natureza e meio ambiente. Na visão dos proprietários brotenses, de acordo com vários dos nossos interlocutores, jogar no “buraco”, no espaço da cachoeira, significava livrar-se do rejeito e deixar a cargo da água e do fluxo do rio, sem apresentar nenhum tipo de preocupação com a qualidade e preservação do recurso. Tal postura se transforma a partir do momento em que existe um contexto específico de revalorização da água – a profissionalização do turismo e a possibilidade de exploração econômica dos bens ambientais. Segundo Ju: “O dono de cachoeira passou a respeitar aquela cachoeira”, mas não através de uma consciência abstrata e rígida de preservação ambiental, mas através de uma manipulação recursiva do significado cognoscivo da questão ambiental (GIDDENS, 2009; LENZI, 2006).

Mais do que isso, a partir de registro de diário de campo referente à data de 18 de janeiro de 2012 - ainda na viagem exploratória a Brotas, ou seja, constituindo ainda elemento de pré-trabalho de campo - podemos observar a anotação de uma entrevista não gravada de uma informante, a qual solicitou a não exposição de seu nome e do local onde trabalhava:

*Ela rememora [a informante] que durante a infância, com a família e com o pai, pegava rabeira de caminhão e que era tudo mato. Explica que antes se podia andar em qualquer parte, pelas cachoeiras, trilhas, paisagens, natureza, etc., e que depois, com o negócio do turismo, tudo foi dividido e agora tudo se cobra. Comenta que antes a terra era dos grandes donos e que continuaram com os herdeiros, os quais fecharam e dividiram as belezas naturais entrando no ritmo de turismo da cidade.*

De fato, o processo de valoração ambiental propiciado pela expansão e profissionalização das atividades de turismo de aventura em Brotas veio acompanhado de um movimento no sentido de estabelecimento de marcos mais rígidos no âmbito da propriedade privada dos espaços rurais. Se antes os bens naturais da localidade eram amplamente acessíveis a toda a população, após os processos de ressignificação do município os atrativos ambientais tornaram-se restritos e ancorados a práticas específicas da atividade turística, mais especificamente à cobrança variável de taxas por visitação ou usufruto do espaço.

Heloisa Farsoni, proprietária e gestora do *Hotel Fazenda Areia que Canta*, quando questionada acerca da história do empreendimento e da origem da sua vocação turística, aponta:

**Pesquisador.** *E não havia prática do pessoal cobrar uma entrada?*

**Heloisa.** *Jamais, não se falava nisso, não se falava em cobrar, em nada. Aí o que aconteceu? Aqui teve um problema assim, uma situação que, acho que na década de 80, por aí, muita gente queria vim, antes do boom e tudo, a mina era um lugar legal, um lugar gostoso, e o pessoal “Vamos na mina do Farsoni”, então vinham. E aí o pessoal acabava deixando porteira aberta, entrava gado onde não podia e se tinha roça de milho catavam milho, passavam no pomar e catavam laranja, a história ficou meio... E meu pai já não gostava mais dessa história de deixar o povo ir na mina e também porque já não sabia mais o que iam fazer na mina, entendeu? Mais era isso. Tem umas histórias então... ele não queria mais. Era assim “Vamos na mina?”, tinha que pensar se podia ir lá, se não teria gente, entende? Não, essa coisa de você imaginar é muito louco. A gente pensava “Será que vamos poder ir lá na mina?” Mas enfim, era um tempo aí, mas nada, nada, com turistas, nada com quem não se conhecesse.*

No depoimento de Heloisa observamos a tendência já anterior à profissionalização do turismo relativa a um processo de “cercamento” das propriedades privadas de Brotas, pois os bens naturais sempre foram objeto de uso e de práticas recreativas pelos habitantes locais. A questão principal é que não havia contexto na década de 80 para a questão ambiental ser mobilizada enquanto um recurso econômico e voltado para sua exploração e geração de renda, muito ao contrário, ela operava enquanto elemento que compunha os mecanismos de sociabilidade das famílias proprietárias, às quais utilizavam os atrativos ambientais para recreação de seu círculo social. Ainda no diálogo com Heloisa acerca do mesmo tema, podemos observar outro aspecto do debate:

***Pesquisador.** E como vocês lidaram com esse empecilho?*

***Heloisa.** Ah, lidou de um jeito fácil, colocou um cadeado na porteira e acabou. Ninguém passava, tinha a chave. Então pra ir alguém tinha que vir aqui e abrir, não tinha chave, não tinha essa, acabou a história e pronto. Era cadeado e “proibido pessoas estranhas”, “proibido nadar e pescar”, sabe aqueles negócios? Fez assim, pôs na porteira, pôs o cadeado, pôs a chave e pronto.*

Segundo Heloisa, a forma de resolver o problema do mau uso da propriedade rural da família Farsoni - conhecida amplamente no município pela existência da *mina*, nascente que dá origem ao nome do empreendimento “Areia que Canta” e que será debatido adiante – foi a instalação de um “cadeado na porteira”, ou seja, o impedimento do livre acesso. Mais do que isso, Heloisa ressalta a completude do cadeado: a proibição à circulação de pessoas estranhas e ao usufruto do bem natural, do nado e da pesca. Após o movimento de empreendimento turístico ganhar forma e surgirem as primeiras oportunidades em relação à exploração da propriedade rural os mecanismos de privatização da natureza e dos espaços naturais se disseminam em Brotas, mas assumem uma característica diferenciada em relação a esse primeiro momento relatado por Heloisa, ou seja, assumem um agenciamento vinculado à transformar o bem natural em recurso a ser explorado economicamente:

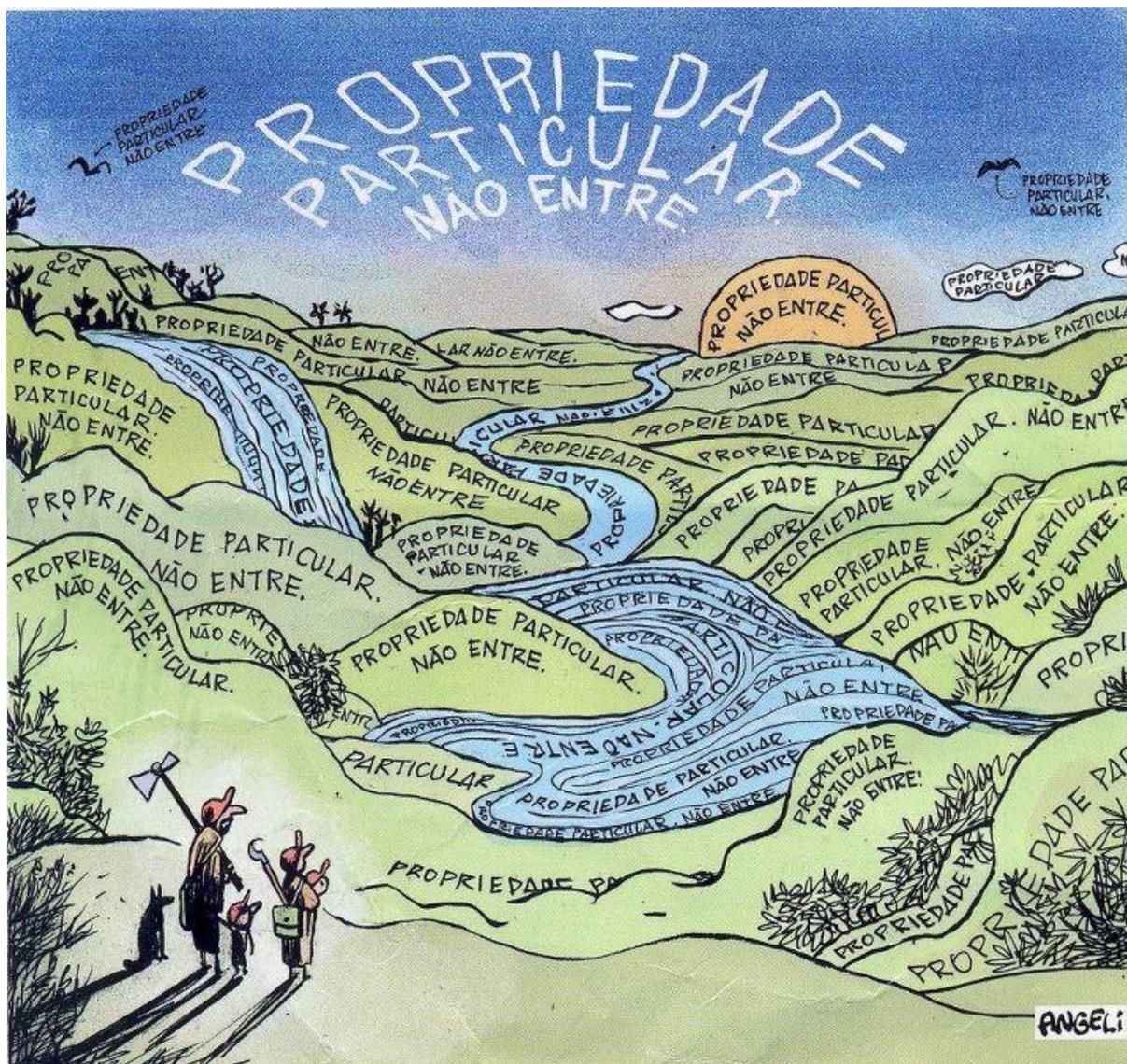
***Heloisa.** Era de família, era assim, tenho um sítio, no meio do sítio tem uma nascente e dentro do sítio tem um rio, como a maioria dos sítios de Brotas, todos eles têm os seus riosinhos, ou riozão, ou rio, todo mundo tem rio, [...]*

Nesse trecho a interlocutora ressalta a característica da grande maioria das propriedades brotenses: a de serem perpassadas por algum tipo de bem natural, seja ele um “riozão”, um “rio”, ou até mesmo um “riozinho”. Essa classificação qualitativa dos rios que permeiam as propriedades reflete a questão ambiental em sua relatividade e contextualidade, vinculando-se ainda ao contexto de ruralidade enquanto sistema social e enquanto eixo de classificação e nomeação da localidade (JEAN, 2002; CARNEIRO, 2008; JOLLIVET, 1998). Heloisa consegue sintetizar o surgimento de uma mentalidade objetiva e prática em relação à nova possibilidade de exploração econômica da propriedade: “Tenho um sítio, no meio do sítio tem uma nascente e dentro do sítio tem um rio”, em suma, aponta para a emergência de uma utilização absolutamente recursiva do atrativo ambiental, antes desvalorizado e subestimado. De fato, a partir da década de 90, com a ressignificação da localidade, todo e

qualquer aspecto geográfico-paisagístico da territorialidade transforma-se em potencial objeto de exploração turística.

Conforme podemos observar na ilustração de *Angeli* reproduzida abaixo, o que antes era de acesso livre e de usufruto dos habitantes de Brotas, torna-se objeto privado e de arrecadação de capital:

**Figura 2: Propriedade Particular**



**Fonte:** ANGELI. **Propriedade Particular.** [Sem data] Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/angeli/>>. Acesso em: set. 2012.

É justamente o empreendimento gerido por Heloisa, o *Hotel Fazenda Areia que Canta*<sup>20</sup>, um dos maiores e mais complexos empreendimentos turísticos da região, que constitui o exemplo empírico mais evidente desse processo de ressemantização do município de Brotas a partir da natureza, o qual se baseia na utilização recursiva da questão ambiental e mostra um dos seus aspectos na transformação do “buraco” em atrativo turístico.

O empreendimento chama-se “areia que canta” justamente porque possui “uma nascente gigante que deu nome ao hotel, e brota em meio a uma areia muito branca, feita de finíssimos grãos de quartzo, que produzem som de cuíca quando friccionados” (HOTEL FAZENDA AREIA QUE CANTA, 2012). Segundo Heloísa - que na verdade é uma das proprietárias do empreendimento historicamente vinculado a membros da família Farsoni e, ao mesmo tempo, administradora do Hotel Fazenda - a famosa nascente antes era nomeada de *mina* e não possuía a valoração ambiental e significação que possui hoje. Ao conversarmos sobre isso ela expõe através da lembrança das práticas e representações acerca do espaço rural do seu pai, o Zé Farsoni, e de sua mãe, Dona Andreлина, que a valoração ambiental do sítio foi um longo processo:

*Já tinham levantando os lugares e já queriam vir aqui e a gente não deixava, aquele negócio todo. Meu pai achava que não, “que esse negócio de vir e de cobrar para ir nas casas, isso não estava certo. Que isso não podia ser, porque como que iria cobrar para as pessoas virem na casa da gente? Era muito estranho, como iria ser isso?” E ele não concordava. “Não sabe quem que vem”... [...] Mas ele achava isso, e aí e tal, como vai ser, como não vai ser, os meninos querendo, os meninos que eu falo é Mata d’entro, Ju, Renato, querendo, “Vamos levar o pessoal lá” e a gente nessa resistência. Mas nessa resistência a gente já estava achando que era uma coisa que poderia ser boa, estávamos pensando. Aí minha mãe, foi a grande que teve a ideia, ela falou “Olha, é o seguinte, nós não precisamos cobrar para a pessoa entrar aqui, porque não tem mesmo muito sentido”, ela também achava isso, “Mas a gente cobra por alguma coisa que a gente vai dar, a gente faz um café, do jeito que o pessoal gosta, eles tomam café aqui”. Porque a gente nadava, brincava, subia e comia, porque dava uma fome, é uma delícia e ela falou “Vamos fazer aquilo que a gente sempre fez pra todo mundo”, café, queijo, doces, tudo que tiver pôe na mesa e cobra por isso, cobra porque estamos dando isso pra gente que não é de casa. Meu pai falou “Cobrar por isso, então pode ser”, concordou. [...] Em 2000 veio o hotel. Era a mesma história, o pessoal vinha, comia, passeava na mina e falava assim “Não tem um lugar aqui pra gente ficar? A gente queria ficar por aqui”, e assim foi.*

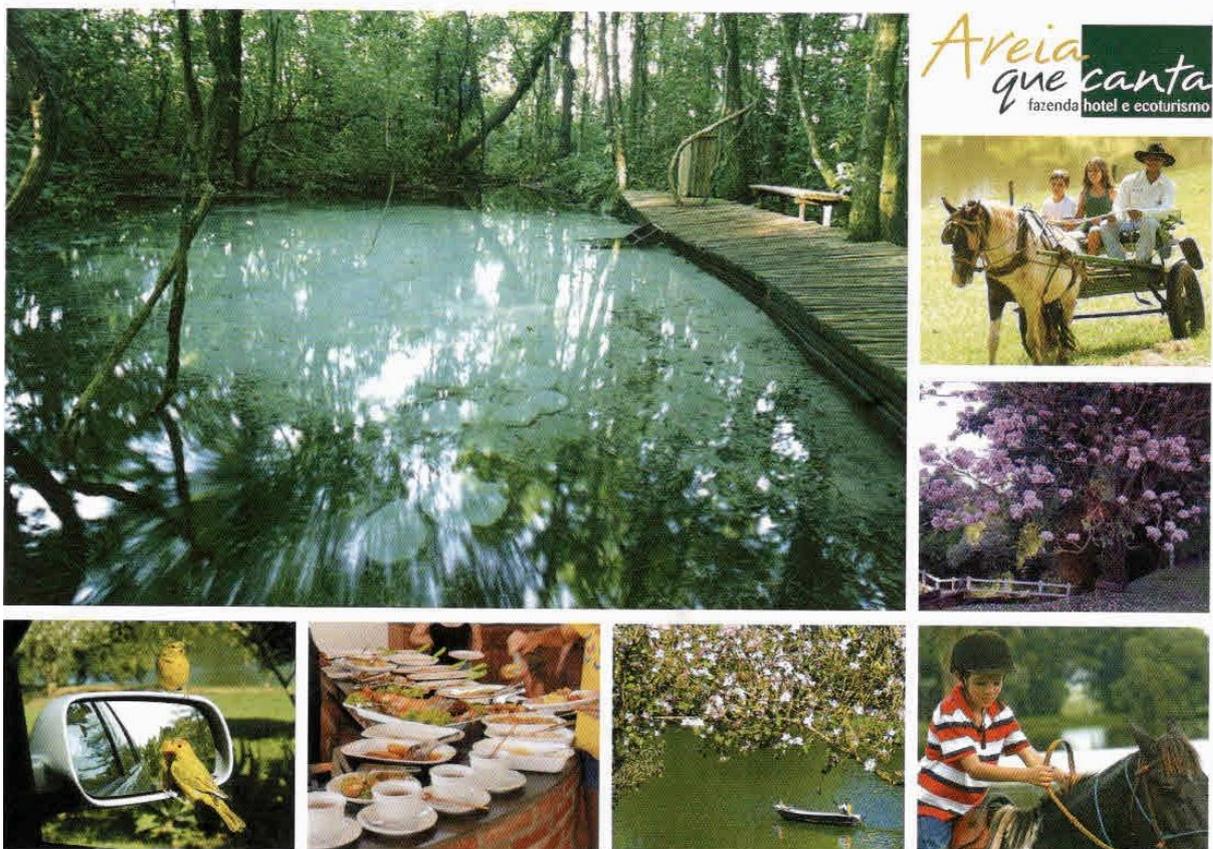
---

<sup>20</sup> Para uma visualização da magnitude do empreendimento conferir o site institucional do Hotel Fazenda Areia que Canta. Disponível em: <<http://www.areiaquecanta.com.br/>>. Acesso em: set. 2012.

Heloisa destaca a relação entre o uso tradicional da propriedade em um contexto de ruralidade específico, vinculado a uma forma de compartilhamento e de abertura da propriedade, o qual se transforma a partir dos primeiros debates com “os meninos”, justamente com os empreendedores pioneiros do turismo de aventura profissional em Brotas aglutinados em torno da agência *Mata d’entro* e da ONG *Movimento Rio Vivo*. Através do embate entre o patriarca da família, Zé Farsoni, e a matriarca, Dona Andreлина, Heloisa destaca o processo de renegociação de sentido da propriedade através da ressignificação do espaço rural e da questão ambiental em torno do município.

Assim, através de um longo processo de transformação do empreendimento, do constante desenvolvimento da pluriatividade baseada nas oportunidades de negócio oferecidas pelo turismo e, ancorando-se num discurso que transborda múltiplas significações da questão ambiental, contemporaneamente o *Hotel Fazenda Areia que Canta* se destaca na paisagem de Brotas como um dos principais destinos procurados pelos turistas.

**Figura 3: Folder do *Hotel Fazenda Areia que canta***



**Fonte:** Levantamento documental/Hotel Fazenda Areia que Canta

Através da análise do folder institucional do empreendimento podemos verificar empiricamente uma série de categorias operacionalizadas no âmbito do trabalho, principalmente no que tange a ressemantização do espaço rural a partir da natureza. Em relevo, no mosaico de imagens encontrado nesse material de divulgação, destaca-se a *mina*, justamente o cartão postal da fazenda, local mais procurado pelos turistas e ponto de referência. Na imagem subsequente observamos a hibridização de valores e de referenciais cognitivos e discursivos através de pássaros em repouso em um retrovisor de automóvel, sugerindo ao potencial consumidor dessa natureza, o turista, a possibilidade de imersão em valores distintos do local de origem: o espaço urbano. Mais do que isso, notamos na sequência uma mesa com alimentos e utensílios que evocam noções daquilo que seja campestre, idílico e campesino, quase colonial, somando-se em seguida à reprodução de uma lagoa e de um barco de pesca isolado. Há uma mobilização recursiva dos valores e da cultura local transfigurados em um instrumento de marketing voltado para um público específico: ao turista. Por fim, seguem-se três fotografias sobrepostas, às quais ressaltam um ambiente seguro para as crianças e essencialmente “natural”, com cavalos, charrete e com um exemplar da beleza da flora local. Toda essa densa descrição imagética para discutirmos que a resignificação do “buraco” em atrativo turístico vinculada à privatização dos espaços dotados de bens naturais, associa-se não somente à questão ambiental, mas também à resignificação do próprio contexto ruralidade, onde ainda todos esses elementos se articulam em torno do turismo de aventura e de sua profissionalização.

A compreensão interpretativa de Brotas passa pela equação complexa entre todos esses elementos, os quais tornam o estudo de caso completamente rico para o âmbito dessa dissertação voltada para o estudo da questão ambiental enquanto uma percepção cognitiva fluída, relacional e contextual.

Ainda nesse sentido, a questão fundamental é que o espaço rural torna-se alvo de um conjunto de imagens construídas discursivamente, o qual tende a povoar o imaginário coletivo. Verifica-se uma integração entre paisagem e território, transbordando “um movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade local [...]” (CARNEIRO, 2012, p. 35). De fato, o empreendimento turístico-rural *Areia que Canta* caracteriza uma geração de valor e de capital imaterial pautada na produção de signos vinculados ao arcaico, ao simples e ao rupestre, indicando uma dinâmica de reapropriação de expressões culturais (saberes e práticas) tradicionais. Como aponta CARNEIRO (2012, p. 35): “Observamos, nesse contexto,

uma revalorização do rural não mais como espaço de produção de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que, ressignificados, passam a alimentar uma nova dinâmica econômica e social”. Se antes o *Areia que Canta* possuía um conjunto de atividades econômicas baseadas na tríade agroindustrial de Brotas (eucalipto, laranja e cana-de-açúcar), agora se percebe que o espaço rural adquire novos valores (materiais e imateriais). A fonte originária dessa ressignificação valorativa é de fato, a natureza – “principal aglutinador de símbolos” – tornando-se a base da construção recursiva e contemporânea do rural (CARNEIRO, 2012, p.35). Conforme aponta Heloisa:

*E a gente faz tudo isso de uma forma lúdica também, né? Nisso tudo tem brincadeira, então eles vão nesse trator e eles cantam e a criançada já gosta e é diferente, então não faz de conta que vai no pomar, é um pomarão mesmo. Tem um passeio a cavalo por exemplo, que ele vai tocar o gado e vai levar o sal vai, uma vez, mas a pessoa participa disso, então ela participa um pouco da lida do dia a dia. Por exemplo, tirar leite, a ordenha que a gente fala, então isso daí é feito nove horas da manhã, é lógico que não se ordenha vaca às nove horas da manhã, então lá tem uma, duas vacas que ficam pra isso. Agora, quem está aqui já há um tempo, que fala “Não, eu quero ver no horário”, então vai levantar cinco e meia, seis horas, que é a hora que vai lá ver a ordenha de verdade. Então tudo isso a pessoa pode participar. Então a gente procura as atividades, que todas sejam relacionadas a isso, então a gente tem a horta, o pessoal vai lá, pode escolher a verdura lá, então são coisas que a gente está transformando um pouco, essa lida com rural como atividade de lazer, de recreação. E todo mundo tem uma certa ligação, sabe? Mesmo quem diz que nunca viu nada, não entende nada, não sabe como é, mas tem lá o pai que tinha um tio que morava num sítio, um avô, então estão longe, estão na cidade. Fazer coisinhas... “Ah, vou fazer o bolo de fubá, o pãozinho de queijo”, vai fazer não sei o que, eles gostam pra fazer.*

Em síntese, há uma vinculação recursiva entre lazer, turismo, valores rurais e questão ambiental, categorias essas que não demonstram serem essenciais ou abstratas, mas eminentemente móveis e mobilizadas de acordo com a especificidade da interação social. Há uma evocação de uma ligação entre natureza e cultura, entre turista e local idílico do campo, pois como aponta a interlocutora: “Todo mundo tem uma certa ligação”, a qual torna-se eixo de exploração econômica do empreendimento. Mais do que isso, é a própria natureza compreendida como fator que compõe a questão ambiental que opera como estrutura social recursiva:

Deixando de representar um meio de produção, ela passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objetos de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão de realidade que é, ao mesmo tempo, imaginária e operatória [...], ou seja, serve para classificar e dar sentido ao mundo. (CARNEIRO, 2012, p. 35)

Carneiro (2012) ressalta justamente aquilo que estamos procurando enfatizar através da pesquisa, que a natureza emerge como objeto de contemplação sujeito a elaborações discursivas subjetivas e múltiplas, constituindo uma apropriação da realidade “imaginária e operatória”. A perspectiva estruturacionista que adotamos, a qual enfatiza a reprodução e transformação da vida social rotineira através da mobilização de regras e recursos, permite justamente uma interpretação sociológica capaz de observar a realidade enquanto objeto de disputa simbólica e de nomeação, como um meio de constante ressignificação por parte dos agentes, grupos e instituições. Em suma, o objeto que permeia o presente estudo é a análise desses processos de “classificação” e de “atribuição de sentidos” não só do rural, mas da questão ambiental, vinculando-os à perspectiva da teoria da estruturação: à mobilização recursiva (regras e recursos), forjando hierarquias e distinções sociais.

Tanto é assim, que no *Areia que Canta*, nas pousadas e nos demais atrativos turísticos do município de Brotas é possível notar uma percepção da noção de ruralidade, vinculada ao objetivo de criar valor a uma espaço a ser consumido por públicos turísticos variados, os quais possuem suas próprias perspectivas discursivas acerca do ambiente rural e da natureza: “Entra em cena um processo de ressignificação dos bens materiais e simbólicos, por meio do qual objetos são destituídos de seu valor utilitário e deslocados, como objetos decorativos, para pousadas, restaurantes ou para o acervo de museus” (RODRIGUES, 2012, p. 228). De fato, Brotas é um espaço eminentemente caracterizado por usos plurais de seus atrativos ambientais, pois como aponta ainda Rodrigues (2012, p. 227): “O campo não pode mais ser representado como simples espaço de produção agrícola. Além disso, a sua ressignificação como lugar de lazer ou de preservação da natureza tem sido responsável por novas imagens e novos usos desses espaços.” Ainda através do depoimento de Heloisa Farsoni, podemos observar de fato essa ressignificação e valorização do espaço rural:

*Helóisa. E o nosso objetivo, a forma que a gente quer trabalhar é exatamente essa, valorizando as coisas da fazenda, fazendo daquilo que é uma coisa do dia a dia aqui, que não é para o turista, que aquilo seja um atrativo. E como vou transformar aquilo num atrativo? Eu faço, só para dar*

*um exemplo, um passeio de trator, então uma carretinha, escadinha pra subir e tal, então o pessoal vai nessa carreta, tem um toldo pra ninguém tomar sol demais, então tem esse passeio de trator no pomar, o pessoal vai, anda no meio do pomar, colhe laranja e aí, os meus meninos que são da equipe, eles adaptaram um tanque, um tanquinho de plástico e tal, com uma torneirinha com água para a pessoa poder lavar a mão, poder lavar a laranja e leva a faquinha, então a pessoa chupa laranja no meio do pomar, essa é uma atividade.*

No presente trecho Heloisa relata exatamente a transformação de atividades rotineiras no contexto de ruralidade e que se transformam em atrativos turísticos, questionando-se “E como vou transformar aquilo num atrativo?” e, respondendo através da própria práxis de propiciar ao turista uma experiência de imersão e de proximidade com atributos do rural, com atributos que compõem as noções subjetivas de natureza e meio ambiente. Como destaca Rodrigues (2012, p. 228), há um processo de museificação da natureza, do espaço rural e de suas respectivas culturas locais, o qual articula bens e serviços materiais e imateriais, onde se observa “a conservação de antigas máquinas, objetos e utensílios domésticos que deixam transparecer um ‘desejo urbano’ de conservar a tradição responsável pelo ‘charme’ do campo.” O próprio Rodrigues (2012, p.229) relata o mesmo mecanismo discursivo de ressignificação do rural quando aborda as pesquisas realizadas na comunidade do Arraial de Conceição do Ibitipoca, outro estudo de caso, assim como Brotas, relevante na literatura acerca da transformação do rural a partir das múltiplas percepções da questão ambiental:

*A chegada dos primeiros visitantes [...] para explorar [...] um outro “tesouro”, ali representado por inúmeras cachoeiras e cavernas, pela “rusticidade” do arraial, pelo “ar puro”, pela “tranquilidade”, foi aos poucos, alterando o ritmo das famílias [...] à medida que o fluxo de turistas foi crescendo, novas possibilidades de trabalho foram surgindo para todos os membros da unidade familiar. Os moradores locais começaram aos poucos, a desenvolver diversas formas de inserção nos serviços vinculados à exploração do turismo. As senhoras, que estavam acostumadas a cozinhar para alguns viajantes que passavam pelo arraial, começaram a servir refeições para os turistas.*

Em síntese, finalizando a discussão acerca desse processo social de ressignificação da questão ambiental, o qual discute a transição do “buraco” para o atrativo turístico, cabe destacar que essa descrição que Rodrigues (2012) elabora acerca de seu próprio estudo de caso, o Arraial de Conceição do Ibitipoca, configurou-se um processo absolutamente

simétrico a Brotas, articulando ressignificação do rural a partir da questão ambiental, a qual esteve intimamente vinculada ao ecoturismo, formando assim uma afinidade eletiva entre os mesmos elementos da nossa pesquisa. Assim como a análise do *Areia que Canta*, a descrição analítica do Arraial também transborda as características de mobilização recursiva e contextual da questão ambiental.

### **3.3 A valoração econômica da natureza**

A partir da exploração dos principais aspectos da mobilização recursiva da questão ambiental enquanto regra e recurso no âmbito do processo de ressignificação do Rio Jacaré-Pepira, das cachoeiras e dos bens naturais de Brotas, é fundamental destacarmos que tal arranjo das concepções da questão ambiental por parte dos agentes está relacionado com a **valoração econômica da natureza** em contexto de alta modernidade, especialmente se a concebermos enquanto um sistema abstrato desencaixado, capaz de influenciar dialeticamente contextos em escalas espaço-temporais diferenciais. Quando abordamos a valoração econômica da natureza procuramos concebê-la como um sistema perito na perspectiva de Giddens (1991), como um corpus dotado de saberes, técnicas, mecanismos e procedimentos. A valoração econômica da natureza implica na transformação de características naturais da paisagem em bens naturais - dotadas de valor e operacionalizadas enquanto categorias econômicas; enquanto categorias mercadológicas vinculadas às regras e determinações do ambiente de mercado.

De fato, a partir do caso do Rio Jacaré-Pepira e do desenvolvimento profissional da operação de *rafting* observamos o mesmo movimento de transição de uma prática lúdica e esportiva do espaço para a sua privatização e valoração, vinculados a um movimento que reivindica a sua autoridade a partir da perícia. O Rio Jacaré-Pepira, antes um espaço público e de socialização democrática, adquire valor econômico em relação aos agentes privados que trabalham com o turismo de aventura e em relação aos agentes públicos, que legitimam essas práticas através da LTA (Lei Turística Ambiental). Isso implica em observarmos que no caso do Rio há a constante disputa entre arranjos econômicos baseados em uma confiança fundada na informalidade (quando há uma combinação entre os proprietários dos espaços rurais adjacentes ao Rio e as operadoras de turismo de aventura) e arranjos econômicos baseados em uma confiança fundada na formalidade (quando os proprietários e operadoras estabelecem

contratos legais acerca dos pontos de entrada e saída dos botes de *rafting*). Se esse aspecto da valoração econômica no município de Brotas reflete a “divisão” do Rio em torno das bases operacionais das agências operadoras de turismo, no mesmo sentido, a transformação do “buraco” em atrativo turístico veio acompanhada de uma verdadeira normatização das cachoeiras, dotando-as de aspectos simbólicos e materiais ancorados em conhecimentos legítimos, técnicos e peritos. O “buraco”, antes aspecto problemático no âmbito da propriedade, adquire valor econômico e ressignifica a propriedade e sua função no mercado. De fato, é através do “buraco” enquanto atrativo turístico que se estabelecem as possibilidades da pluriatividade desenvolvida em torno do turismo profissional.

Fundamental para compreendermos a valoração ambiental e sua relação com os saberes peritos e, mais especificamente, com a proeminência da tecnociência, da colonização do mundo da vida pelo mundo da técnica no sentido habermasiano, são as considerações de Martins (2004; 2008; 2012). O autor, para dialogar com a questão da pluriatividade das ruralidades contemporâneas - em Brotas, originadas principalmente a partir do turismo e da preservação da natureza - aponta que cada vez mais se observa um novo contexto rural, marcado por estar “para além da agricultura”. Segundo o autor (2008, p. 72), um dos aspectos relevantes dessa transição do rural tradicional para o conceito de ruralidade reside na “inserção da variável ambiental como dimensão central para as reflexões sobre os caminhos do desenvolvimento rural”. Martins ressalta na verdade que por mais que exista uma tendência de se pensar o desenvolvimento do contexto de ruralidade a partir de uma gramática contemporânea que coloque em protagonismo os saberes locais, a questão ambiental e a sustentabilidade, como observarmos abaixo:

[...] no debate internacional em torno da sustentabilidade ambiental das economias rurais, os aspectos relativos às *localidades* vêm sendo tratados com maior atenção desde a década de 1990. Questões como a *diversificação das regionalidades* (VEIGA, 2001), a criação de *novas institucionalidades* para as áreas rurais (CAMPANHOLA e SILVA, 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da *proximidade social* (ABRAMOVAY, 2003), e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER, 2004) têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país.” (MARTINS, 2008, p. 77)

Encontramos na prática e em efetiva proeminência na maior parte dos contextos de ruralidade, uma abordagem economicista. Isso implica em dizer que a valoração ambiental concebida enquanto transformação de elementos da paisagem em bens naturais com potencial

de exploração econômica está relacionada com o protagonismo epistêmico de um corpus de saberes e conhecimentos hegemônicos, especificamente, àqueles vinculados a uma gestão do espaço rural composta por quadros técnico-profissionais vinculados ao paradigma da economia neoclássica. Segundo Martins (2004, p. 44), tal abordagem da questão ambiental estabelece um sujeito-agente racional idealizado e demonstra, no limite, um método formalista e rígido de abordagem do tema<sup>21</sup>. Esse sujeito-agente seria conduzido a agir racionalmente de acordo com as leis do mercado e “a cadeia de consequências de tais ações revelar-se-ia no próprio mercado – palco privilegiado da objetivação social.” Conforme ainda aponta o autor:

Nestes espaços, como pode ser o caso dos Comitês de Bacia, a diversidade das culturas e das experiências dos grupos sobre os recursos do ambiente é substituída pela interpretação padronizada da tecnociência, supostamente impessoal e pretensamente neutra. A razão técnica, assim, é tornada fonte universal de conhecimento. A classificação dos fenômenos e a explicação sobre suas particularidades reduzem-se exclusivamente ao domínio do discurso científico, não deixando por isso de servir às estratégias locais de dominação. (MARTINS, 2007, p. 256)

Através do caso dos Comitês de Bacia, exemplos de uma das consubstanciações institucionais do aparato gestor técnico-profissional dos contextos de ruralidade, Martins destaca que os saberes locais, a cultura e as experiências dos agentes inseridos em uma determinada territorialidade são eclipsados nas estruturações sociais pelos discursos tecnocientíficos baseados na perícia, na neutralidade e na impessoalidade. Isso significa dizer que os espaços de ruralidade apresentam disputas de nomeação dos processos e dos eventos de governança local, os quais são protagonizados por essa fonte de conhecimentos na sua maior parte das vezes. No caso de Brotas, a utilização recursiva da questão ambiental interage com esse processo de nomeação ambiental tecnocientífica de maneira dialógica, operando também uma das possíveis “estratégias locais de dominação”:

[...] o acesso diferenciado dos grupos aos processos ecológicos é socialmente interpretado com base em esquemas cognitivos de ordem competitiva. Por meio desses esquemas, o acesso aos recursos do território é localmente identificado como elemento integrante da identidade dos grupos sociais,

---

<sup>21</sup> Em sua tese, Martins (2004) crítica o *homo oeconomicus* da economia clássica (Smith e Ricardo) através do instrumental analítico de Marx, ressaltando que “os indivíduos produzem e se produzem em sociedade”, ou seja, elaborando uma crítica à abordagem neoclássica da temática ambiental a partir do referencial teórico do materialismo dialético.

servindo como fator de prestígio e como propriedade de divisões e distinções no espaço social. (MARTINS, 2007, p. 242)

De fato, o aspecto principal das diversas obras de Martins (2004; 2008; 2012) reside justamente em elaborar uma análise crítica do aparelho gestor dos contextos de ruralidades brasileiros, os quais moldam os contextos de desenvolvimento local, a implantação de políticas públicas rurais, e a forma de governança dos recursos naturais, principalmente da água.

Com efeito, as relações objetivas entre o perfil de formação destes agentes e as crenças inculcadas no novo aparato gestor de águas revelam uma importante situação de doxa epistêmica. Ou seja, estas relações sustentam não apenas a composição de uma rede de agentes sociais voltada a interesses políticos e profissionais, mas beneficiam sobremaneira o processo mais profundo de reconhecimento compartilhamento de uma mesma economia de sentimentos e valores [...] estes agentes evocam a força de seu discurso profissional, com recursos linguísticos bastante peculiares, para atuar na definição do que é ou não um problema ambiental.” (MARTINS, 2012, p. 482)

Quando Martins aponta para a doxa epistêmica está se referindo às concepções inerentes aos quadros gestores, à rede de técnico-profissionais envolvida nas diversas instâncias de governança dos contextos de ruralidade, os quais constroem uma concepção da natureza e do meio ambiente, dos problemas ambientais e das possibilidades de resolução; concepções estas fundadas no arcabouço de saberes científicos e peritos. Entretanto, conforme estamos debatendo ao longo de toda a dissertação, os diversos agentes de Brotas operacionalizam a questão ambiental de múltiplas formas e de acordo com as interações sociais específicas e, de fato, essa é a crítica ao *Paradoxo de Giddens*: o diálogo em torno das variadas facetas da questão ambiental. Por sua vez, o elemento fundamental é que tais agentes do município de Brotas, do nosso estudo de caso em si, reproduzem e transformam suas vidas cotidianas, operacionalizam a estruturação social diária de forma recursiva, dual, travando relações com sistemas desencaixados e deslocalizados - espacial e temporalmente distintos - a partir de ações práticas e discursivas eminentemente reflexivas. É esse caráter reflexivo que opera a ligação cognitiva entre o contexto local e os processos macrossociais, fazendo com que no limite, a questão ambiental mobilizada enquanto regras e recursos pelos agentes locais seja perpassada por esse feixe de abordagem da valoração ambiental, oriunda da doxa epistêmica técnico-gestora. Há então uma relação dialética entre indivíduo e sociedade,

princípios estruturais e estruturas, aspectos subjetivos e objetivos, os quais fazem com que a questão ambiental seja sim fruto das interações locais, mas também das interações deslocadas e desencaixadas no espaço-tempo. Talvez essas características analíticas sejam as mais ricas no âmbito da teoria da estruturação, mas ao mesmo tempo, as mais desafiadoras quando se trata de análise sociológica empírica, fazendo com que assumamos que nossa abordagem não incorpora todos os aspectos possíveis da mobilização recursiva da questão ambiental, mas sim os mais evidentes no município de Brotas: a vinculação entre profissionalização do turismo de aventura e proteção da natureza, associados à influência da valoração ambiental.

Essa relação entre a forma como a questão ambiental é mobilizada enquanto regra e recurso a partir do próprio processo de criação de valor nos bens naturais é relevante para a compreensão das disputas de classificação e de nomeação da natureza em Brotas, as quais transparecem na ressignificação do Rio Jacaré e das cachoeiras. Como aponta Martins (2012, p. 483):

A interpretação sobre a ressignificação da natureza baseada na partilha de sentido e na produção de verdades entre agentes de uma configuração contribui para o delineamento das categorias gerais de percepção do mundo social que se encontram em jogo em dado espaço e tempo. A rigor, ao serem utilizadas para descrever a experiência social, estas categorias também podem ser utilizadas na prescrição de novas experiências, servindo assim aos agentes também como recurso de poder.

Através da reflexão do autor podemos inferir que em Brotas a percepção da realidade social das cachoeiras era moldada pela utilização da questão ambiental enquanto regra partilhada por todos, considerada então como “buraco”, espaço de descarte de rejeitos. Mas, a descrição da experiência social através de uma nova categoria, a de “atrativo ambiental” revela uma transformação econômica e discursiva do espaço de ruralidade e, ao mesmo tempo, uma configuração inédita de agentes, os quais mobilizam a questão ambiental enquanto um recurso, principalmente nas interações relativas a operações mercadológicas e de criação de valor das propriedades.

Isso revela, no limite, a contribuição de Martins (2012, p.466) no âmbito de sua produção acadêmica, a de conceber a questão ambiental enquanto objeto de ressignificação por parte dos agentes não somente por conta da escassez dos recursos ou da degradação da natureza como um todo, mas enquanto transbordamento dos conflitos sociais entre indivíduos, grupos e instituições: “Estas ressignificações [...] revelam antes disputas de ordem política e

culturais do que propriamente a simples situação de escassez física e econômica.” A questão fundamental é que os atrativos ambientais de Brotas, como cachoeiras, quedas d’água e paisagens específicas, tornam-se objetos de disputa de nomeação e valoração, operando, na perspectiva utilizada no âmbito da pesquisa, como princípios estruturais da reprodução social local, enquanto regras e recursos mobilizados de acordo com a especificidade das interações e com os interesses dos agentes, vinculando-se ainda ao processo mais geral de valoração ambiental oriunda dos aparatos gestores dos espaços rurais.

No que tange a esse processo de ressignificação do município e a respectiva ligação com a valoração ambiental, Martins (2004; 2008; 2012) revela justamente que os recursos ambientais são alvos de uma nomeação social de cunho técnico, racional e econômico, vinculado à proeminência dos gestores (técnico-profissionais) e do arcabouço teórico-conceitual da economia neoclássica:

Esta ressignificação é problematizada em sua relação com o repertório conceitual do marginalismo neoclássico acerca da alocação eficiente de recursos escassos [...] os casos das configurações que envolveram agentes e instituições na reformulação dos aparatos federal e paulista de governança da água. (MARTINS, 2012, p.465).

A ressignificação da água estudada pelo autor implica em sua nomeação oriunda das crenças e da gramática técnico-científica do aparato gestor dos contextos de ruralidade, fazendo com que se torne *recurso hídrico*. De fato, em Brotas o “buraco” se tornou atrativo turístico, e no plano maior do Estado de São Paulo, a água se tornou recurso hídrico. Ambas as ressignificações implicam uma miríade de relações sociais vinculadas à valoração ambiental, as quais estão inseridas em um arranjo específico de regras e recursos advindos da mobilização recursiva da questão ambiental, cuja especificidade reside na relação dialética com o paradigma da economia neoclássica oriunda do aparato institucional gestor dos recursos ambientais.

É notório o emprego de expressões econômicas para nomear a moderna questão ambiental. Em suas variadas faces, tal questão parece ter encontrado na gramática da economia – e, em particular, no vernáculo da microeconomia neoclássica – os termos que lhe conferem legitimidade científica e autoridade social para inscrever-se na agenda política contemporânea. (MARTINS, 2012, p. 466)

Nesse sentido, segundo Martins (2004), os condicionantes da criação de valor relativa aos bens naturais são as condições técnicas e sociais que operam sobre o atrativo ambiental em si, o que no caso de Brotas e da abordagem da teoria da estruturação implica exatamente que a valoração da natureza derive de um certo arranjo dos recursos disponíveis e das regras em jogo, vinculadas ao contexto específico da localidade, pois, “a composição das forças políticas do território é fator determinante na valorização do *espaço*.” (p. 62)

Por sua vez, nos desdobramento do debate, os critérios de valoração ambiental que são associados ao Rio Jacaré-Pepira são objeto de disputa por parte dos agentes em interação no contexto de Brotas, os quais mobilizam a questão ambiental enquanto recurso para alcançar determinadas vantagens econômicas e, enquanto regra, como código partilhado em comum na negociação mercadológica. No mesmo sentido, é importante destacarmos que os critérios de percepção da questão ambiental e do debate socioambiental local são recursos mobilizados através do mesmo princípio de estruturação, vinculados não a concepções essencializadas e rígidas, mas sim às demandas interacionais. Como aponta Martins (2008, p. 79):

[...] critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstitubilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas como **elementos distintivos no gerenciamento dos recursos socioterritoriais [grifo nosso]**.

Esse é o ponto fundamental. O autor revela justamente os mecanismos envolvidos nos critérios de valoração ambiental e ressalta que esses são “elementos distintivos” no uso dos recursos disponíveis, ou seja, que tais parâmetros de valor econômico da natureza implicam na capacidade, disponibilidade e factibilidade do uso da questão ambiental ora como regra, ora como recurso.

Mais do que isso, a contribuição de Martins (2004) é destacar que as relações entre sociedade e meio ambiente no espaço rural são mediadas pelas relações capitalistas de produção, o que converge para a análise da investigação, a qual considera a questão ambiental enquanto princípio estrutural submetido a uma lógica de valoração específica, o que no caso, implica no processo de profissionalização do turismo de aventura e na ressignificação dos atrativos ambientais. A questão fundamental é que essa ressemantização dos bens naturais do município de Brotas é decorrente de um mecanismo de um mercado, apresentando a

transformação de bens simbólicos em mercadorias, alvo dos agentes em ação na localidade. Conforme aponta Valencio (1995, p.25 apud Martins, 2004, p. 62):

apreender a natureza sob uma ótica estritamente utilitária, onde a natureza não é somente para o homem – isto é, **recurso**, numa relação de subalternidade – mas **instrumento de distinções** entre os homens – isto é, potenciador de confrontos sociais inerentes ao processo de acumulação. Neste sentido, a natureza não pode ser entendida como uma exterioridade nas relações capital-trabalho, mas um fator preponderante, porque é o centro de grande parte das disputas econômicas.

A perspectiva dessa análise transborda a ligação analítica que estamos procurando revelar entre as regras e recursos e a valoração ambiental, situando-os num quadro de maior abrangência conceitual, no caso, ao capitalismo contemporâneo, marcado pelas relações entre capital e trabalho como mediadoras da própria relação entre sociedade e natureza. Pois, conforme apontam Moraes e Costa (1999 apud Martins, 2004): “[...] a exploração capitalista do meio ambiente mantém como módulo explicativo central o processo de criação de valor.” Assim é que a teoria da estruturação também implica no constante debate com a teoria da modernidade característica de Anthony Giddens e com suas críticas inerentes ao modo de produção capitalista.

Isso implica em destacarmos que a própria relação entre a sociedade e a natureza, entre homem e meio ambiente, consubstancia-se numa relação entre o espaço e o valor, o qual transborda na exploração dos próprios recursos naturais. No caso de Brotas, a valoração ambiental espacial refere-se à exploração turística e comercial dos seus atrativos ambientais, sendo a concretização da operacionalização recursiva da questão ambiental enquanto regra e recurso, e determinando que toda estruturação social se vincule também a determinações estruturais desencaixadas e deslocalizadas.

Segundo aponta Martins (2007) acerca dessas relações entre natureza e sociedade, elas só podem ser compreendidas de modo relacional, inter-relacionado, multifacetado e dialógico, o que implica na mesma acepção da equação dos recursos e regras disponíveis e mobilizados recursivamente pelos agentes. Na visão do autor (2004), a natureza – abrangendo a regulação do uso e do acesso aos recursos naturais, as formas de preservação ambiental, as normas e legislações, e principalmente, as construções cognitivas e simbólicas dos elementos naturais - é um produto eminentemente social, fruto das interações entre indivíduos, grupos e instituições, os quais disputam proeminências nas formas de nomeação e classificação

simbólica dos bens naturais. Mais do que isso, o autor aponta que a natureza em si possui historicidade, ou seja, reflete dinâmicas socio-históricas derivadas de contextos específicos de interação dotados de distinções de poder e hierarquias.

Diante disso, cabe ressaltarmos que a própria transformação do “buraco” em atrativo turístico revela um dos exemplos desse processo. A resignificação do município de Brotas e a mobilização recursiva da questão ambiental são formas da historicidade que a natureza assume no estudo de caso e, por sua vez, fica evidente que o *Paradoxo de Giddens* impõe uma noção a-histórica da natureza e da própria questão ambiental, deixando de concebê-la enquanto fruto das interações socioestruturais. Conforme coloca Martins (2004, p.57), “a compreensão efetiva dos impasses socioambientais contemporâneos requer [...] a utilização de um paradigma teórico que se fundamente em análises históricas das relações responsáveis pela reprodução de determinados padrões de usos sociais dos processos ecológicos.” Quando o autor coloca a necessidade de vincular o meio ambiente e a natureza à historicidade, ele está na verdade chamando atenção para os processos de produção de valor relativos aos territórios e aos bens ambientais, onde a natureza é objeto de valoração por excelência. Prossegue o autor em outro ponto: “[...] a produção social nos territórios ganha nova dimensão, porquanto abre caminho para a problematização da relação *sociedade-natureza* a partir da disputa entre grupos e classes sociais pela hegemonia nas formas de uso, regulação e apropriação da natureza local.” (2004, p. 59)

Assim, a transformação do “buraco” em atrativo turístico no estudo de caso do município de Brotas revela aquilo que Martins vem nomeando de transformação social do território, a qual se caracteriza por ser uma correlação entre “a funcionalidade dos processos ecológicos do território diante das formas de interação historicamente estabelecidas entre os agentes sociais nele fixados.” (p. 80). Ou seja, a resignificação do município está vinculada a interações entre os agentes, os quais mobilizam recursivamente regras e recursos disponíveis na localidade, produzindo e reproduzindo um tipo de sistema social no âmbito do contexto de ruralidade estudado.

“Isto implica que, para além de suas formas naturais, torna-se importante identificar as relações sociais que animam e dão conteúdo ao território, ou seja, as relações que sustentam a interação contínua entre sociedade e território em uma dada configuração *espacial*.” (MARTINS, 2004, p. 80)

Se na tese de Martins (2004) existe uma análise do uso social da natureza ressaltando sua dimensão histórica como ponto de crítica acerca da proeminência dos discursos tecnocientíficos e da gramática da economia neoclássica prevalecente no aparato gestor institucional das ruralidades, no âmbito do nosso trabalho orientamos a análise para a teoria da estruturação, enfatizando a questão ambiental enquanto princípio estrutural, atuando na produção e reprodução social ora enquanto recurso, ora enquanto regra (GIDDENS, 2009). O ponto em comum entre as duas abordagens reside na assunção de que “(...) as formas de interação entre *sociedade* e *natureza* são estabelecidas historicamente, sendo, portanto, produtos de interesses e ações sociais contraditórias e conflitivas” (MARTINS, 2004, p. 53), pois a abordagem estruturacionista permite a observação de que o uso recursivo depende dos objetivos a serem alcançados pelos agentes, fazendo com que os elementos componentes da questão ambiental sejam articulados e arrançados nos contextos de ruralidade de formas múltiplas, muitas vezes “conflitivas e contraditórias” Em síntese, a temática ambiental, seja através do método dialético do autor, seja através da abordagem estruturacionista aqui proposta, se liga a um esforço de compreendê-la em “redes mais amplas de relações e complexidades”. E por fim, é importante destacarmos que Giddens, ao conceber seu *Paradoxo* e impor um julgamento de valor diante da não ação diante da degradação da natureza, também estabelece um sujeito idealizado, o qual teria uma noção de meio ambiente e natureza consolidada, normativa e homogênea, transbordando uma preocupação com os problemas ambientais em cada filigrana de suas ações públicas e privadas. Tanto o sujeito-agente racional dos economistas neoclássicos quanto o sujeito-paradoxal de Giddens eclipsam justamente o caráter relacional e contextual da questão ambiental, completamente derivada da especificidade das interações sociais entre indivíduos, grupos e instituições.

#### 4. PROCESSOS SOCIAIS DE RESSIGNIFICAÇÃO II: o conflito socioambiental

O objetivo deste capítulo final da dissertação é discutir dois processos sociais de resignificação do rural no município de Brotas, a saber: “*Do Radical à Disneylândia*” e “*A Estrada do Patrimônio*”, os quais se mostram vinculados ao conflito socioambiental - mais especificamente, aos embates, visões e perspectivas acerca da relação entre homem e natureza, cuja especificidade no estudo de caso vem sendo revelada pela utilização recursiva da própria questão ambiental como regra e recurso. O primeiro processo revela a transformação do turismo e das noções de natureza e meio ambiente ao longo da profissionalização do município, concretizada na emergência do consumo do espaço de ruralidade e da apropriação perita do discurso de proteção ambiental. Através da transformação da localidade, a questão ambiental - antes utilizada pelos agentes enquanto regra - se transforma em discurso econômico utilizado no mercado, operando recursivamente como “discurso verde”, evidenciado no slogan da cidade: “Brotas – naturalmente divertida”. Segundo categoria encontrada no campo de pesquisa, Brotas, antes do processo de profissionalização e resignificação apresentava uma prática turística radical e vinculada a um preocupação “legítima” com a natureza, se tornando então, com o boom do negócio de aventura, um conjunto de bens naturais regulado e controlado, uma Disneylândia, a qual utiliza o discurso ambiental apenas de maneira mercadológica. Se antes o turismo era improvisado e vinculado à uma ética da natureza, ele se torna perito e vinculado a uma ética da natureza para o consumo do espaço. O segundo processo refere-se à própria “Estrada do Patrimônio”, o corredor turístico que liga o núcleo do município de Brotas aos atrativos ambientais, sendo permeado pela monocultura da cana de açúcar. Há então uma contradição entre o discurso do município verde, radical e divertido, e a paisagem local, caracterizada pela proeminência da unidade agroindustrial local. A Estrada do Patrimônio emerge como materialização da objetivação discursiva da questão ambiental, disputada, resignificada e utilizada como recurso de acordo com os interesses dos agentes. O cerne desse capítulo, além de explicitar as características de ambos os processos, apresenta a discussão dos temas diante do conflito socioambiental, vinculando-o à perspectiva mais ampla das noções de industrialismo e modernidade de Anthony Giddens, trajetória esta que ajuda na elaboração da crítica ao *Paradoxo de Giddens* a partir da própria teoria da estruturação.

#### 4.1 Do Radical à Disneylândia

A análise desse processo social de resignificação da localidade de Brotas procura debater a transformação do próprio turismo de aventura - antes considerado “radical” e voltado a um público alvo específico, composto por mochileiros e por uma população jovem - para um turismo de aventura mais voltado à família e a práticas seguras, movimento este nomeado de “disneylização” segundo um de nossos interlocutores. Mais do que isso, e nesse ponto que tal processo adquire relevância no âmbito da discussão da pesquisa, apontamos que a esse movimento corresponde também uma transformação da percepção cognitiva da questão ambiental envolvida nas práticas e operações do turismo de aventura. O que queremos debater acerca desse tema tão característico do município de Brotas é que no início dos anos 90 o turismo local nasceu com um forte viés de conscientização e educação ambiental, mas ainda baseado em técnicas improvisadas de operacionalização das atividades, enquanto que a partir dos anos 2000, com a explosão do ecoturismo na localidade, tal relação se inverteu, pois ao mesmo tempo em que surgiram medidas extremas de segurança e perícia nos esportes de aventura, enfraqueceu-se a questão ambiental enquanto elemento de estruturação das práticas e representações dos agentes envolvidos.

Como aponta o diálogo com Ana, engenheira ambiental da Prefeitura de Brotas e também participante da ONG *Movimento Rio Vivo*, podemos observar os primeiros momentos de transição do *rafting* enquanto prática local e entre amigos, para o *rafting* enquanto atividade comercial:

*Ana: [...] comercialmente, tecnicamente, no começo o pessoal fazia o rafting, por exemplo, de um jeito que se for fazer agora, pelo amor de Deus, vai todo mundo preso.*

*Pesquisador: Era uma coisa mais no improviso, sem técnica, é isso?*

*Ana: Beirando à irresponsabilidade, bem isso mesmo. Então assim, o pessoal foi aprendendo com o tempo, né? E foi muito bonito assim, deu para acompanhar. Deu para acompanhar um pouco, embora eu nunca tenha entendido exatamente as nuances mais técnicas, mas deu para acompanhar essa trajetória do pessoal, é uma coisa bacana, estar dominando uma técnica e tudo mais. [...] começo o pessoal entrava aqui, o turista, o visitante chegava, e ele tinha uma palestra sobre meio ambiente, sabe? Era uma coisa não tão profissional, mas era uma palestra sobre meio ambiente.*

Mais do que apontar a “irresponsabilidade” dos pioneiros do turismo de aventura, Ana ressalta justamente aquilo que comentamos, ou seja, a presença intrínseca da questão

ambiental, visualizada através das palestras sobre meio ambiente que estavam vinculadas à operação das atividades. Conforme destaca a interlocutora: “Era uma coisa não tão profissional, mas era uma palestra sobre meio ambiente”, e de fato, a profissionalização não era em relação nem a prática dos esportes de aventura e muito menos em relação à preservação do meio ambiente, pois ambos eram na verdade elementos característicos do contexto de ruralidade local. Conforme já debatemos anteriormente, tal relação nada mais é do que uma das dimensões da convergência entre desenvolvimento do turismo, questão ambiental e ressignificação da ruralidade, onde cada um desses elementos emerge em relação discursiva e social entre si, refletindo uma interação entre agentes, indivíduos e grupos (LENZI, 2006; MOREIRA, 2005). A identidade rural brotense caracterizou-se enquanto híbrida e contextual, formada por um conjunto de regras e recursos específicos que davam um caráter determinado à estruturação da vida social rotineira e cotidiana através do usufruto dos bens naturais locais (GIDDENS, 2009). Entretanto, é o depoimento de Buza, condutor de *rafting*, fundador da ABCT, guarda municipal e ex-membro do pelotão ambiental de Brotas, que nos revela mais fortemente esse caráter inicial peculiar do turismo de aventura no município:

***Pesquisador:** Vocês se preocupavam com preservação do meio ambiente no começo?*

***Buza:** Um dos nossos focos era esse, né? Não adianta eu trabalhar, eu querer turista pra cá se eu levar você na cachoeira e ver lá churrasquinho, latinha de cerveja, lixo jogado... quando a gente ia a gente já levava vasilhame e já catava o que dava, trazia embora, fazíamos já esse trabalho de conscientização.*

Segundo Buza, o foco das atividades dos esportes de aventura era exatamente a conscientização ambiental realizada através de práticas concretas de preservação do meio ambiente local, mostrando que para o crescimento do turismo, na visão dos empreendedores pioneiros, era preciso aliar a conservação da natureza e a atração ao turista, era preciso vincular a imersão nas atividades turísticas com um tipo de *ethos* ambiental. Mais do que isso, Buza, atualmente com 52 anos e conhecido também como *Dinossauro* ou *Amon-Rá* por ser o mais experiente dos condutores que “descem”<sup>22</sup> o rio, nos aponta que havia a preocupação

---

<sup>22</sup> “Descer o rio” significa conduzir uma operação de rafting como instrutor principal da atividade, percorrendo o curso do Rio Jacaré-Pepira até o seu final.

ambiental citada, mas ao mesmo tempo, um improviso técnico na realização das modalidades esportivas locais:

*Como que surgiu o rafting em Brotas? A gente fazia o boiacross, até então, normal, com os pneus de caminhão e tal, e depois queríamos oferecer para o turista um negócio mais punk, mais adrenalina, o que fizemos? Boiacross radical, era o básico e o radical. O radical a gente jogou lá para baixo onde a gente faz o rafting hoje, normal. Meu, você descia com as boias nas quedas, porque lá tem quedas, aqui são corredeiras, lá são quedas, e descia nas quedas e meu, o cara caía da boia, o cara batia na pedra, o cara ralava... que loucura, a gente fez loucura. Mas graças a Deus, nunca ninguém morreu. A gente falava que o cara lá de cima nos ajudou e muito, a gente tem que agradecer ele muito porque dá para morrer, entendeu? Depois com o tempo, como a gente não tinha conhecimento, não tinha técnica de rio, compramos um botinho e colocamos atrás das boias para fazer a segurança e você chegava na metade da descida e estava com o bote cheio porque o pessoal ralava, ficava com medo, largava a boia e vinha no bote, largava a boia e vinha no bote, você não conseguia navegar com o bote de tão cheio de gente que estava. Gente machucada, nego ralado, nego com medo, “não quero mais...”, “Vem para o bote, vem para o bote”, a gente ia amarrando as boias atrás do bote, olha que loucura, nossa meu, dá para você escrever livro sobre isso.*

No depoimento de nosso interlocutor – o qual se foca na prática do *rafting* - fica explícito o caráter improvisado e arriscado das atividades, ausentes de regulamentação ou de conhecimento técnico, ou ainda muito menos de legislação apropriada. A história do turismo de Brotas em seu nascimento de fato é assumida enquanto a síntese das ações de um conjunto de jovens empreendedores que transformaram as práticas lúdicas locais e típicas da sociabilidade brotense em atividades turísticas econômicas. Segundo Buza, os turistas dos primeiros anos da década de 90 participavam de maneira desregulada e desvinculada de métodos vinculados à segurança e à perícia, estavam suscetíveis a uma série de acontecimentos imprevistos e de risco materializados através de escoriações naturais das quedas na água e através do abandono da atividade, pois segundo ele “na metade da descida, o bote já estava cheio com turistas com medo ou machucados”.

Entretanto, a transformação do município também pode ser analisada pela profissionalização dessas atividades, a qual se estruturou a partir do desenvolvimento de um conjunto de práticas, iniciativas, documentos e regulamentações baseadas na segurança e na perícia. Em síntese, os empreendedores do turismo de aventura e a miríade de agências que surgiram no período criaram uma verdadeira expertise no assunto de métodos e procedimentos de segurança em Brotas, a qual se tornou referência no Estado de São Paulo

em relação ao assunto. As atividades antes lúdicas e praticadas no improviso, vinculadas também a uma perspectiva idealista da questão ambiental, tornaram-se eminentemente marcadas pela construção de um verdadeiro saber perito, necessário para diminuir o risco e aumentar a confiança nas atividades comerciais que procuravam vários tipos de públicos turísticos (GIDDENS, 1991; 1997).

Eis novamente o condutor de rafting mais antigo de Brotas comentando acerca desse processo:

*O foco era segurança, segurança. Como que a gente quer trabalhar com turismo se eu vou deixar o turista chegar lá na boca da cachoeira se dependurar para ver a queda d'água lá de cima e cair de lá? [...] Poxa, não pode deixar isso acontecer. Vamos fazer o boia cross. Tá, eu coloco o cara na boia e fico esperando ele lá embaixo descer? Tem que trabalhar, tem que ter o grupo coeso junto, saber onde está, quem é, para evitar que alguém se machuque ou que aconteça alguma coisa. Discutíamos isso daí e discutíamos a ética... [...] mas na época, por exemplo, “Vamos padronizar”, a preocupação era padronizar, vamos padronizar? Então você descia o rio, o rafting, está descendo o rio e tal queda pode acontecer isso e você tem que montar uma segurança ali. Então o que a gente fazia? Juntava todos os coordenadores e descia o rio, dava zica, então aqui tem problema “aqui temos que trabalhar assim”, você põe uma pessoa aqui, desce o safety, faz segurança ali e tal, e na outra queda faz assim...*

É através desse emblemático depoimento de Buza que podemos observar a transformação discursiva que o Rio Jacaré-Pepira mais uma vez sofreu. Se antes era lócus de sociabilidade e de práticas lúdicas, ele aparece então como objeto de um verdadeiro diagnóstico e mapeamento a partir das características necessárias à prática das atividades de esporte de aventura. O Rio Jacaré-Pepira materializa um tipo de ressignificação e de multiplica percepção cognitiva acerca da questão ambiental traduzida enquanto mobilização recursiva por parte dos agentes e, principalmente, enquanto elemento estruturante da ação social (LENZI, 2006). Tudo isso aponta para a observação de que a questão ambiental não emerge enquanto trans-histórica e essencializada nos agentes, mas socializada, disputada, operacionalizada de acordo com um contexto específico, no caso, a partir de uma ruralidade transformada pela convergência já amplamente citada, entre turismo e preservação do meio ambiente. Buza aponta para a “padronização” do Rio Jacaré-Pepira, relatando a criação de uma visão ampla e racional dos trechos de *rafting* e *boia-cross* através do “mapeamento” e “diagnóstico”, mostrando o distanciamento então em pleno desenvolvimento, daquele primeiro período de improviso e de risco inerentes à atividade.

Na entrevista com Luciana, técnica da Secretaria de Turismo, podemos observar que esse processo de padronização, classificação e de construção de um saber perito acerca do Rio Jacaré-Pepira (e também dos outros atrativos ambientais de Brotas, como cachoeiras, por exemplo), reflete também uma transformação do público turístico. A ressignificação do município implicou também na mudança progressiva do consumo do espaço natural:

*Luciana. Hoje o público que frequenta não é propriamente ecoturista, mas ele tem curiosidade, é um público mais curioso pra cá e, na década de início do século XXI, vamos colocar assim, o público de Brotas era o público que buscava aventura, atividade extrema, esporte radical, e esse público mudo [...]*

Conforme aponta Luciana, até os anos 2000, o público era composto por indivíduos em busca de experiências “radicais, extremas e de aventura”. O que nos leva a inferir que o início da década corresponde ao mesmo tempo ao ápice da profissionalização do turismo e a uma transformação do seu público, vinculada também a um auge do desenvolvimento de técnicas e de mecanismos de segurança e a uma transformação da percepção cognitiva da questão ambiental. Ainda em outro trecho de Luciana, ela destaca:

*[...] é um público mais jovem, hoje já é um público mais adulto, as famílias vem pra cá, eles já entenderam que hoje aqui em Brotas você tem turismo para todas as idades e vontades, não precisa de experiência anterior nem nada.(...) O ecoturista está procurando alguma coisa mais selvagem, menos estruturada, entendeu? Hoje está super estruturado, então é um turista que gosta de natureza, mas gosta de um certo conforto, ele busca por Brotas, então você vai no Recanto, não sei se você já visitou o Recanto das Cachoeiras, você foi na primeira cachoeira? Você viu que está toda calçada, até cadeirante vai? Então, assim, ele quer interagir com a natureza, mas ele quer o esforço mínimo.*

Dessa forma, podemos observar que a forma de interação com a natureza implica no tipo de turismo e, conseqüentemente, em uma concepção possível e situada das questões ambientais. Se o ecoturista, assim definido pela interlocutora, prefere uma natureza menos controlada, o turista mais comum, a família, opta espaços estruturados e fortemente vinculados à segurança. Conforme podemos observar abaixo há uma diferença fundamental entre os tipos de turismo de aventura praticados em ambientes não controlados e controlados:

**Foto 4: Prática de canoagem em ambiente não controlado: turismo radical**



*Fonte: Beto Cipoeiro / Acervo pessoal de Daniel Rodrigues (Marvado)*

**Foto 5: Rafting em ambiente controlado: turismo para a família**



*Fonte: SECTUR/ Brotas/ Divulgação*

Na primeira foto destacamos a prática de turismo de aventura, no caso, a canoagem, em ambiente não controlado, onde a aventura e a imprevisibilidade tornam-se características até mesmo desejadas por aqueles que o praticam, constituindo assim um tipo de turista específico. Na segunda foto destacamos ao contrário, o ambiente controlado, onde notamos a os elementos relativos não só à segurança e à perícia (equipamentos de segurança), mas à própria característica da atividade, no caso, um *rafting* praticado em ambiente de águas calmas do Rio Jacaré-Pepira.

A questão fundamental que gostaríamos de tratar é que esse segundo tipo de turismo, em ambiente controlado, seguro e normatizado (padronizado), está no cerne da resignificação que perpassa o município de Brotas e vincula-se à questão ambiental, à qual perde espaço e torna-se apenas secundária diante da escolha do turista pelo destino turístico e pelas atividades a serem praticadas. Primeiramente, é importante destacarmos a atual concepção de turismo, espaço rural e meio ambiente vigente na localidade, tarefa esta que fazemos através da análise da ABROTUR (Associação das Empresas de Turismo de Aventura de Brotas e Região). Segundo depoimento de Fernando, membro de ABROTUR e proprietário de pousada, a entidade foi criada com o intuito de representar o empresariado de Brotas em relação às diversas esferas do poder público:

***Fernando:** Então a ABROTUR surgiu para que a gente conseguisse fazer essa divulgação de Brotas, fazer esse meio de campo dos empresários com o poder público porque muitas vezes, quando você começa a fazer reivindicações ao poder público em nome de uma pessoa, aquela pessoa acaba ficando um pouco desgastada, então a gente faz a reivindicação todas em nome da associação. E também acontece que, por exemplo, para os governos estaduais, federais, ninguém ouve pessoa física.*

Mais do que isso, o eixo para a vinculação do foco do turista, a saber, do turismo radical para um turismo estruturado e familiar, está presente na gestão da própria ABROTUR, a qual atua fortemente na construção da imagem midiática de Brotas. Eis o trecho da entrevista com Fernando sobre o assunto:

***Pesquisador.** E hoje pelo que eu vejo, a ABROTUR [...] tem um slogan: “Brotas, naturalmente divertida”. Eu queria Fernando, que você me dissesse um pouco sobre isso.*

***Fernando.** [...] até agora a pouco você citou “Radical”, são palavras que a gente tirar do nosso vocabulário, “radical”, “adrenalina”, “selvagem”,*

*então por isso que veio o “naturalmente divertida” e esse foco de trabalho na família. O naturalmente divertida é porque você vem para Brotas e o turismo de aventura, apesar de você ter emoção e tudo, a gente não quer vender essa história de adrenalina, de radical, então é a diversão. Então ela é naturalmente divertida porque a gente faz essa diversão no meio ambiente, no ambiente aberto, então esse é um dos caminhos que a gente quer trazer, a gente quer tirar a pessoa que está dentro do Shopping Iguatemi lá de São Carlos, no domingo, que ela venha passear em Brotas, que não vá ao Shopping todo final de semana, que venha um dia.*

A ABROTUR de fato consubstancia a construção discursiva de Brotas como “naturalmente divertida”, termo que retira do vocabulário e das práticas as noções de radicalidade, aventura, risco e improviso que marcaram as práticas pioneiras do turismo local. Como aponta o interlocutor, a questão fundamental é atingir um público diferenciado, familiar, preocupado com a segurança e com a diversão. O “naturalmente” de fato continua remetendo à natureza, mas de forma secundarizada, transbordando na verdade um predomínio da diversão e da experiência lúdica. Em conversa com Giovanna Barbieri, sócia administradora da principal operadora de turismo de Brotas, a Ecoação, e também membro da ABROTUR, a temática do *slogan* da ABROTUR é desenvolvida no mesmo sentido:

*Giovanna. Eu concordo porque o turismo de aventura e natureza ele era radical, ele era, ele não tinha tanto conceito, tanto procedimento, ele não tinha um sistema de gestão de segurança, ele não tinha uma preocupação com isso, ele não antecipava nenhum risco. E hoje ele antecipa. Então hoje o sinal não é radicalizar, o final é se divertir, o fim é outro. A forma como acontece a atividade é uma coisa natural, a pessoa não vem aqui para sair com o braço dolorido e toda ralada, não, ela vem para ter uma experiência de vida, então eu concordo com essa posição.*

#### **Foto 6: Turismo “naturalmente divertido”**



*Fonte: Divulgação/ Site Institucional da Operadora de Turismo de Aventura Ecoação. Disponível em: <<http://www.ecoacao.com.br/mural-de-recados/>>. Acesso em: set. 2012.*

Como aponta Giovanna, o turismo de Brotas não possuía “procedimento”, “conceito”, “sistema de gestão de segurança”, e que agora a finalidade é de fato outra, o público é outro, o qual valoriza muito mais a segurança e a prevenção do risco do que a experiência radical e imprevisível. Conforme observamos na foto do turismo “naturalmente divertido”, não é a natureza de Brotas que emerge como elemento principal a ser consumido, e sim a confiança no sistema perito envolvido na prática do esporte de aventura (GIDDENS, 1991; 1997). É exatamente o selo de segurança do próprio INMETRO que passa a atestar a legitimidade dos enunciados da empresa no que tange à responsabilidade da operação de suas atividades.

Tal *slogan* reflete, no limite, uma nova configuração existente entre turismo, contexto de ruralidade e questão ambiental: a proeminência da temática de proteção ao meio ambiente nas interações sociais entre os envolvidos nos componentes desse turismo de aventura foi justamente suprimida pela temática da segurança no âmbito dessas práticas. Nesse feixe interpretativo específico do estudo de caso de Brotas, a questão ambiental enquanto recurso principal da estruturação social perde espaço para emergência da segurança nas atividades enquanto regra, enquanto código de significação e normatização partilhado pelos agentes. Conforme a técnica de turismo Luciana nos aponta, o desenvolvimento da temática da segurança foi um processo composto por vários agentes e saberes peritos:

*Fizeram um convênio com a ABNT, Associação Brasileira das Normas Técnicas e desenvolveram normas de turismo de aventura, eles têm uma norma que é a ANBR 15331, que é de sistema de gestão em turismo de aventura e hoje Brotas é o destino que tem maior oferta de atividades com selo de segurança do INMETRO, então a gente tem rafting que é certificado, boiacross certificado, arvorismo, circuito de tirolesa, canionismo, e quadriciclo, são as atividades certificadas com base nessa ANBR. Esse trabalho da criação das normas foi um trabalho feito entre a ABETA com o apoio do SEBRAE nacional, do Ministério do Turismo e, quem ajudou a elaborar foram os profissionais do turismo de aventura, então aqui Brotas recebeu uma reunião onde discutiram as normas de arvorismo por exemplo, Brotas recebeu a equipe, eles vieram aqui em Brotas discutir, então formaram grupos de trabalho que discutiram. Isso foi a partir de 2005, de 2004 a 2006. O lançamento do Programa Aventura Segura, que foi já de começar a aplicar as normas começou em 2006 e finalizou... É um programa da ABETA apoiado pelo SEBRAE nacional.*

Segundo Luciana, todo esse desenvolvimento do turismo profissionalizado deu-se através de um conjunto de trabalhos específicos realizados pela ABNT, SEBRAE, INMETRO e a própria ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de

Aventura), os quais propiciaram que o município e as operadoras de esportes de aventura passassem a ter o selo de certificação, o qual ultrapassa a questão ambiental e seus componentes enquanto critério de escolha e valoração por parte dos agentes envolvidos, sejam eles empreendedores ou turistas. É essa mudança, essa nova utilização recursiva da questão ambiental que estamos debatendo nesse processo de ressignificação social específico, discutindo diretamente com a própria noção problemática do *Paradoxo de Giddens*, o qual postula ingenuamente uma questão ambiental normativa e fixa, essencializada e compartilhada por todos como significações estanques (GIDDENS, 2011). Ao contrário disso, a pesquisa de campo revela a contextualidade das percepções cognitivas de meio ambiente e natureza, as quais se mostram como elementos resultantes de interações sociais específicas e localizadas (LENZI, 2006; MARTINS, 2010; CARNEIRO, 1998).

Podemos observar essa “perda” da proeminência da questão ambiental na profissionalização do turismo através do diálogo estabelecido com Ana, engenheira ambiental da Prefeitura brotense:

*Ana. Houve uma obsessão que eu acho que é super justificável pela questão de segurança, se criou vários normas de segurança, sabe, assim? Procedimentos, padronização, blábláblá, mas assim, essa parte ambiental eu acho assim, que teve um progresso legal e depois estagnou geral.*

*Pesquisador. Por que Ana? O que é essa estagnação da questão ambiental?*

*Ana. Ah é toda, por exemplo, o ecoturismo hoje em Brotas, sinceramente, acho que não mais para dizer que o ecoturismo aqui é forte. Aqui é turismo de aventura, é um turismo rural, vamos dizer assim, não é bem rural, porque o turismo rural envolve uma questão mais de manifestação cultural, eu acho que isso é fraco também, mas o turismo rural do ponto de vista da paisagem rural, da pousada rural, essa coisa assim, de fazer uma cavalgada, de ver um bichinho no pasto, essas coisas. Mas assim, essa questão do ecoturismo é muito fraca. Você não vê mais, por exemplo, um condutor, que agora não é mais guia, é condutor, você não vê o condutor mais preocupado. Por exemplo, a Lili foi condutora de trilha, ela curtia, ela gostava do mato, se ela pudesse falar alguma coisa ela falava da planta, do bicho, sei lá do que, você não vê isso e a gente chegou a pensar nisso, em fazer um resgate nesse sentido, sabe? De pegar assim, biólogo. Porque se você entra no mato com uma pessoa que entende, que identifique pegada, que identifique planta, é outra experiência, né?*

*Pesquisador. Nem sempre o condutor tem esse olhar.*

*Ana. Nunca tem eu acho. Se tiver, sei lá, 1% é muito. Não tem mais esse olhar. E eu acho que assim, como não é um produto tão comercial essa questão da trilha, as agências até não deram tanto valor como deram para*

*as outras áreas, entendeu? Então o ecoturismo eu acho que está bem esquecido aqui em Brotas.*

Essa troca de ideias com a interlocutora Ana transborda justamente os temas que vemos debatendo. Ela assume a importância do desenvolvimento de um turismo vinculado aos mecanismos, procedimentos e padrões de segurança, mas aponta para a secundarização daquilo que marcou o pioneirismo típico dos anos 90 e da fase inicial de criação das agências: a questão ambiental. Tanto é assim que Ana nos aponta uma distinção entre ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura<sup>23</sup>, onde o primeiro sim teria uma vocação vinculada ao meio ambiente e à natureza, e onde os dois últimos teriam aspectos mais vinculados à cultural local e ao esporte. Mais do que isso, Ana opõe a prática do *rafting* a da trilha, apontando a questão fundamental: o interesse comercial. Se a trilha possuía mais a característica de propiciar uma experiência de imersão do turista no ambiente natural, o *rafting* ao contrário, adquiriu destaque através das experiências sensoriais de adrenalina (em ambiente controlado ou não). Dito isso, consideramos que a questão ambiental se mostra, nesse momento, mobilizada enquanto recurso através de critérios econômicos, tornando-se argumento válido ou de escolha do turista quando isso é requisitado, operando de maneira absolutamente contextual e vinculada aos interesses pontuais dos agentes, como fluxos discursivos inerentes à ação social (MOREIRA, 2005).

Em síntese, a nossa interpretação vai ao sentido de que se antes a questão da preservação ambiental era proeminente nas atividades turísticas de aventura, estando como já vimos, recorrentemente no aspecto central da ressemantização de Brotas, a partir do momento em que emerge uma reorientação do turismo voltada para a família e para o consumo lúdico e controlado, o aspecto da segurança e do controle eclipsa preocupações mais explícitas com o tema ambiental. Assim, o relato de Ju, fundador da primeira agência de turismo de aventura de Brotas, a *Mata d'entro*, é extremamente emblemático nesse sentido.

*Ju. Uma outra coisa que eu vi acontecer muito quando eu guiava também e, isso o turismo proporcionou, principalmente o turismo de natureza, foi essa conexão das pessoas com a natureza, da família com a natureza, de criar de novo esse vínculo familiar [...]*

*Pesquisador. E hoje você acha que a atividade turística consegue reproduzir esse sentimento, essa conexão da natureza que tinha anteriormente?*

---

<sup>23</sup> Tal distinção não é explorada no âmbito da dissertação por a considerarmos secundária no que tange ao cerne da pesquisa, eminentemente vinculada à questão ambiental, e não, ao turismo.

*Ju. Eu acho que consegue, mas de forma diferente. Hoje o que a gente... o turismo é uma tendência para o Brasil pelo que estou vendo. Hoje, com todos esses processos de normatização, de segurança, de medo, de tentar proporcionar uma atividade de aventura ou mesmo de trilha, o mais seguro possível, o que está acontecendo? Está acontecendo uma tendência de, vamos dizer assim, de Disneylização, estão transformando essas atividades de natureza em Disney, em atividades seguras. Assim, “Você entra aqui, faz esse passeio, ali é o fim, tenta aproveitar um pouco essa conexão”, eles inserem um pouco de educação ambiental, existe algum interesse dentro de alguma empresa que tem esse conceito, mas o meu objetivo é “te colocar dentro dessa atividade aqui e você sair ali no fim dela com segurança e com um pouco de conexão com a natureza, um pouco de adrenalina, mas tudo bem controlado”, isso é o que virou hoje, aquela coisa que era mais solta, “Vamos ver o que vai dar...”, tinha uma certa programação, mas ela era um pouquinho mais solta dependendo do grupo, hoje não, hoje é mais padronizada.*

Na visão de Ju, o turismo de aventura foi transformado em Disneylândia, em prática lúdica como um fim em si mesma, perdendo seu aspecto fortemente vinculado aos fatores ambientais de preservação, conservação e consciência ambiental. A metáfora com o Parque da Disney remete à ausência do componente de surpresa, risco e aventura que estavam na essência da explosão do turismo em Brotas. Mais do que isso, Ju critica o caráter artificial que, segundo ele, se reveste a questão ambiental, transformada apenas em conceito secundário e abstrato, desprovido de um legítimo *ethos* de ligação com a natureza. Segundo ele, as empresas operadoras atualmente utilizam o discurso de preservação do meio ambiente apenas como elemento discursivo que perpassa o verdadeiro objetivo: realizar a atividade, propiciar a sensação pontual e segura ao turista, e deixá-lo em segurança ao fim dos eventos completamente programados e previamente estabelecidos. De fato, o próprio incorre na mesma contradição que permeia o *Paradoxo de Giddens* e que emerge sempre como ponto de referência para a pesquisa, a de pressupor que a questão ambiental é percebida cognitivamente por todos os agentes de maneira estática e homogênea, quando na verdade, ao analisarmos os vários aspectos da resignificação do contexto de ruralidade brotense, nos deparamos com uma miríade de modalidades da concepção de natureza e meio ambiente.

Dessa forma, nesse tópico procuramos incidir a inflexão teórica de crítica ao *Paradoxo de Giddens* - de interpretação da questão ambiental como regra, recurso e como princípio estrutural - na atividade turística, na medida em que como vimos, é ela que está no âmago do processo de ressemantização do município a partir da natureza. Mais do que isso, o objetivo foi uma abordagem que destacou a transformação de um turismo improvisado, mas

completamente vinculado ao *ethos* de preservação ambiental e que se tornou profissionalizado, mas vinculado a uma utilização recursiva da questão ambiental enquanto recurso mobilizado no mercado e para a criação de valor em torno da prática dos esportes de aventura.

## **4.2 A Estrada do Patrimônio**

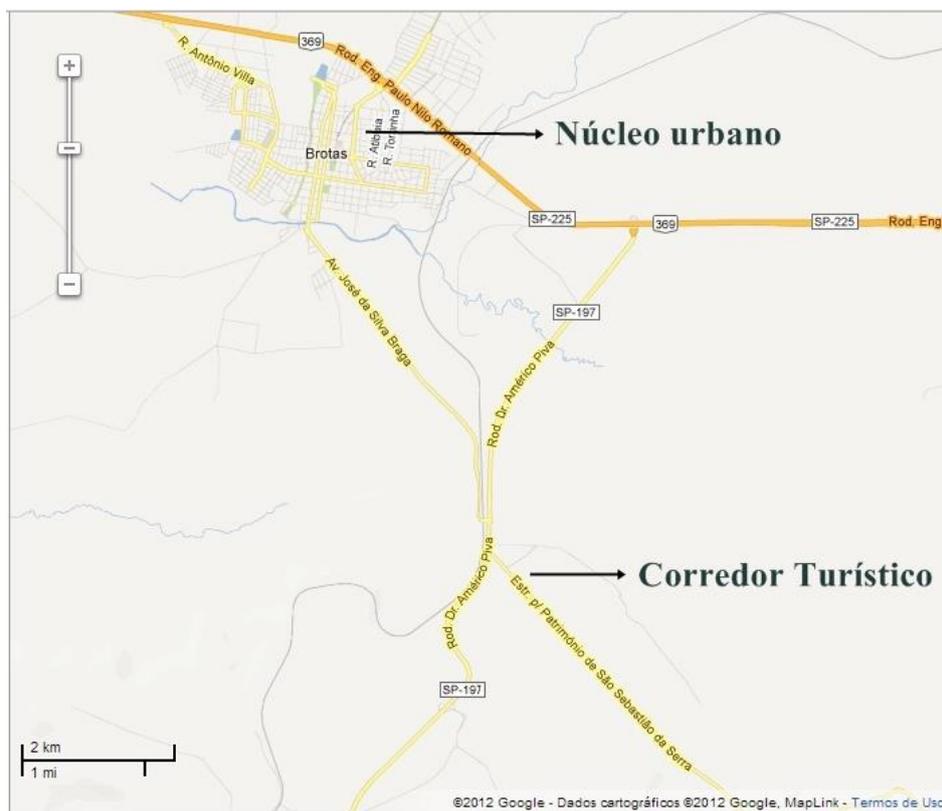
Por fim, elegemos a “Estrada do Patrimônio” como último processo social de ressignificação de município de Brotas a ser debatido no âmbito dessa dissertação. A questão fundamental na discussão que permeará essa sessão não tange tanto ao “antes” e ao “depois” da profissionalização do turismo de aventura e da transformação do contexto de ruralidade, mas sim às variadas percepções cognitivas acerca da questão ambiental que giram em torno do conflito entre a maior unidade agroindustrial local - destinada à produção canavieira - e as atividades ecoturísticas. O objetivo desse debate é destacar as diferentes formas de percepção cognitiva da questão ambiental que transborda enquanto conflito socioambiental entre turismo e atividade agroindustrial.

Depois de abordarmos o processo de ressignificação do município de Brotas caracterizado pela convergência entre profissionalização do turismo, mobilização recursiva da questão ambiental e transformação do espaço rural cabe destacarmos que a Estrada do Patrimônio mostra a questão ambiental como alvo de disputas de nomeação e como contradição em um ambiente que elege a paisagem rural enquanto elemento de criação de valor turístico. Em síntese, esse tópico tem por objetivo desenvolver uma análise das múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental no âmbito da estruturação ressaltando a dimensão do poder diferencial de nomeação e legitimação por parte dos atores sociais em torno do conflito socioambiental, utilizando para isso as relações entre turismo, natureza, paisagem e a atividade agroindustrial (compreendida como a tríade produtiva de Brotas: cana de açúcar, laranja e eucalipto).

O município de Brotas caracteriza-se por concentrar em seu núcleo urbano - o centro - as operadoras de turismo de aventura, os restaurantes e os estabelecimentos públicos; e ao longo dos espaços rurais, as pousadas, hotéis, ressortes e, principalmente, os atrativos turísticos (cachoeiras, corredeiras, paisagens, trilhas, etc.). Através da visualização do mapa verificamos as duas vias específicas que fazem a ligação entre o centro de Brotas e as

localidades mais afastadas pela vasta extensão do município: a Rod. Dr. Américo Piva e a Estrada para Patrimônio de São Sebastião da Serra, mais conhecida, como Estrada do Patrimônio.

### Mapa 1: Brotas – Núcleo urbano, rodovias e estradas



**Fonte:** Google Maps. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: set. 2012.

Essas duas vias formam o chamado “corredor turístico” de Brotas, nomeados assim por serem as rodovias de acesso dos turistas provenientes do núcleo urbano da cidade para os atrativos turísticos, os quais estão localizados em sua maioria em diversos trechos e pontos da Serra do Patrimônio. A questão fundamental é que podemos observar a múltipla percepção cognitiva da questão ambiental a partir da noção de paisagem, o que no caso implica em analisarmos exatamente um dos corredores turísticos: a *Estrada do Patrimônio*, local onde foi realizada parte da fotodocumentação no campo de pesquisa.

A Estrada do Patrimônio vem se mostrando fundamental para o desenvolvimento territorial de Brotas a partir da expansão do turismo, pois se configura como via de acesso e mediação entre espaços híbridos da localidade, formados por estabelecimentos comerciais,

pousadas, hotéis e atrativos turísticos (na sua maior parte, cachoeiras). De fato, a estrada caracteriza a materialidade do processo de ressignificação do município a partir do turismo de aventura, o que conjugou a transformação da paisagem com o afluxo de turistas.

A análise acerca da paisagem na Estrada do Patrimônio é desenvolvida por nós no sentido de destacarmos a convivência entre os valores relativos à natureza (“naturalmente divertida”, como discutimos anteriormente), as belezas naturais, os atrativos turísticos, e a unidade agroindustrial local, a qual significa justamente uma equação complexa que caracteriza a complexidade e o caráter híbrido e contraditório do contexto de ruralidade brotense. Como relata Rodrigues (2012, p. 245): “Nesse contexto, o caráter multifuncional do espaço rural contemporâneo impõe um novo desafio: conciliar as funções “turística”, “agrícola”, “ambiental” e “social” do espaço rural sem comprometer os recursos naturais e as práticas tradicionais (aspectos culturais e econômicos).” De fato, é essa configuração do espaço rural de Brotas que procuramos analisar no momento, justamente a forma de acomodação discursiva específica entre turismo, agricultura e meio ambiente.

#### **Foto 7: Patrimônio: natureza e paisagem**



*Fonte: Acervo próprio / Fotodocumentação/ maio de 2012*

A foto ilustra o cerne do conflito socioambiental em Brotas: a iniciativa do turismo vinculada à preservação ambiental diante da expansão da cultura canavieira. No registro fotográfico desse corredor turístico podemos verificar que seu entorno é ladeado por plantações de cana e chama à atenção a proeminência paisagística no horizonte que a unidade agroindustrial assume, destacando-se pelo seu complexo de caldeiras, maquinários e equipamentos.

A unidade agroindustrial e suas atividades relativas à produção canavieira remetem à própria história e desenvolvimento do município, em período anterior à profissionalização do turismo, marcando ainda por conflitos socioambientais. A própria Ana, engenheira ambiental da Prefeitura Municipal relata esse processo:

*Ana. Então, essa [unidade agroindustrial] tem um histórico muito ruim do ponto de vista ambiental e é sempre muito criticada. Um dia a gente estava até discutindo a questão da [unidade agroindustrial] e assim, além desse histórico ruim do ponto de vista ambiental, do ponto de vista trabalhista também. A [unidade agroindustrial] nunca foi boa empregadora, o emprego na [unidade agroindustrial] nunca foi uma coisa disputável a tapa, entendeu? Porque as pessoas sempre tinham o pé atrás. Tem muita gente, por exemplo, que trabalha e prefere trabalhar para cara que faz e presta serviço para a [unidade agroindustrial] do que propriamente, diretamente, com a [unidade agroindustrial]. Porque a [unidade agroindustrial] é aquilo, ela suga, e na hora que ela quer ela te manda embora sem dó e sem piedade.*

Conforme o trecho da entrevista revela, a unidade agroindustrial de fato caracteriza um conflito socioambiental, pois implica em um conjunto de relações sociais que se vinculam a diversos aspectos problemáticos da questão trabalhista compreendida enquanto precarização do trabalho e exploração da mão de obra local - materializada nas baixas remunerações, nos métodos de pagamento específicos e unilaterais dos gestores da unidade agroindustrial canavieira, na ausência de direitos individuais e coletivos e, principalmente, na degradação humana desencadeada por anos de subserviência à alternativa da monocultura canavieira (SILVA, 1999; 2004; 2011).

Segundo Paulinho, proprietário da operadora de turismo de aventura H2Omem, mesmo com a profissionalização e desenvolvimento do ecoturismo e com a consolidação de Brotas enquanto um município de vocação turística, se pode verificar uma expansão da cultura canavieira:

*Paulinho. Então, a [unidade agroindustrial] é uma usina aí de década que está aí, quase centenária, de uma família tradicional aqui da cidade e hoje ela é administrada e não faz mais parte da família, é um grupo empresarial aí, então é um negócio pra se ganhar dinheiro mesmo. O aumento da cana nos últimos anos foi monstruoso, de uns 5 anos pra cá a quantidade de cana triplicou no município de Brotas, então tivemos vários problemas com eles porque a administração anterior aí não pensava no meio ambiente, então eles tinham que cultivar uma área e derrubavam a mata durante à noite, enterravam as árvores e faziam umas barbaridades, aí eles denunciavam e tinha todo o problema de processo, polícia ambiental. Eu fiz várias denúncias e os caras queriam a minha cabeça. Mas hoje eu vejo que essa ideia está diferente. Hoje a [unidade agroindustrial] tem... lógico que não acabou, mas eles minimizaram, né? A [unidade agroindustrial] tem lá uma pessoa que cuida dessa parte ambiental, é um cara muito bacana, ele participa das nossas reuniões, a gente dá umas cacetadas nele também, mas é uma parceirão também. Quando você precisa da [unidade agroindustrial] ela é parceria em algumas ações que a gente faz, recuperação de estrada, a prefeitura tem um maquinário todo sucateado, Brotas tem mais de 2 mil quilômetros de estradas de terra dentro do município, então não consegue ter manutenção disso daí e, a [unidade agroindustrial], quando ela tem que tirar cana, o maquinário vai e passa na estrada, conserta tudo, arruma tudo, porque eles não querem também que estrague os caminhões deles. Mas eu acredito que mudou bastante, hoje eles têm uma consciência melhor, agora com as leis ambientais, são mais rígidas, parece que até 2014 não pode mais queimar cana, eles estão... a maioria da colheita deles está mecanizada, acabou aquele negócio de queimar cana, exploração de mão de obra lá, e tudo mais.*

O trecho da entrevista de Paulinho revela a outra dimensão do conflito socioambiental: as problemáticas que giram em torno da degradação do meio ambiente e da natureza. De fato, não só segundo Paulinho, mas de acordo com uma gama de interlocutores e de acordo com o próprio levantamento documental, a unidade agroindustrial tem um histórico no município de Brotas marcado pelo conflito e por múltiplas agressões ao patrimônio natural local, os quais sempre refletiram complexas e tensas interações entre a população, a *ONG Movimento Rio Vivo*, o empresariado do turismo, e as administrações públicas. A questão fundamental é que Paulinho, por sua vez, aponta dois processos atuais que vêm ocorrendo concomitantemente e interligados no que tange a essa temática da unidade agroindustrial local: a expansão da cultura canavieira nas propriedades do município e uma transformação na política ambiental da empresa, a qual, segundo ele, vem se mostrando mais responsável em relação à preservação do meio ambiente e até mesmo, parceira da administração local. Tanto é assim, que a próprio conflito social em torno da mão de obra é citado de forma atenuada, sendo substituído pela mecanização da colheita.

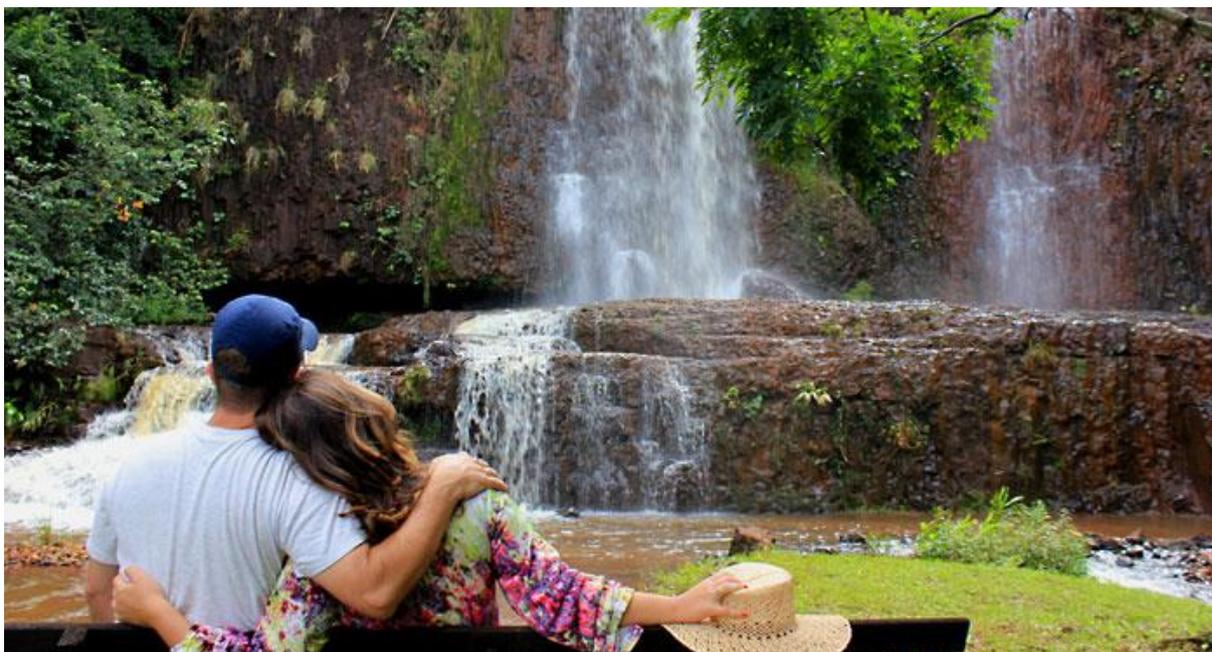
Entretanto, é exatamente a expansão geográfica da cultura da cana de açúcar e as variadas percepções cognitivas desse inevitável conflito socioambiental entre unidade agroindustrial e vocação turística que emergem nesse momento como cerne da discussão, e é através da análise da percepção da própria paisagem que encontramos a melhor maneira de compreender sociologicamente a questão no âmbito da abordagem estruturacionista aqui desenvolvida. Pois, como destacam Carneiro e Teixeira (2012, p. 68) em suas pesquisas sobre o turismo rural no município de Nova Friburgo (RJ), é de fato a paisagem o eixo analítico importante para a compreensão dos processos de ressignificação das ruralidades:

O resultado desse movimento é visível na paisagem: pequenas lavouras separadas por florestas secundárias e margeadas por alguns trechos remanescentes da Mata Atlântica vão dando lugar aos pequenos sítios de lazer e às pousadas, onde predominam o gramado e as flores, de acordo com um padrão estético apropriado ao gosto dos turistas e neorresidentes de origem urbana.”

Carneiro e Teixeira (2012) enfatizam a transformação do contexto de ruralidade através da ressignificação da natureza operada pela expansão do turismo, discutindo a multiplicação de espaços idílicos e artificiais de ambiente de consumo do meio ambiente controlado, como sítios de lazer e pousadas, os quais se vinculam às percepções cognitivas e estéticas dos turistas e dos novos moradores oriundos de espaços urbanos. Em Brotas, no nosso estudo de caso, esse processo também ocorre e de forma bastante expressiva, mas concomitantemente à expansão de uma paisagem dominada pelas plantações de cana-de-açúcar, como demonstra o exemplo da fotodocumentação da Estrada do Patrimônio. Assim, a paisagem brotense vem sendo transformada por um duplo movimento: agroindústria e turismo, os quais são contraditoriamente equacionados através do consumo do espaço.

Conforme continuamente estamos discutindo no âmbito da dissertação, a questão ambiental mobilizada de maneira recursiva pelos agentes de fato reflete uma multiplicidade de formas de percebê-la cognitivamente, às quais estiveram no cerne de um processo de convergência entre a profissionalização do turismo de aventura e a transformação do espaço rural. Da mesma maneira, essa convergência contraditória entre paisagem agroindustrial e paisagem turística reflete a própria noção de natureza enquanto categoria fluída e contextual, vinculada à especificidade da localidade. Se observarmos a foto abaixo, encontramos o exemplo típico da paisagem turística adaptada a um tipo de elaboração discursiva de consumo do espaço rural:

### Foto 8: Pousada Frangipani - Paisagem Idílica



*Fonte: Site da Pousada Frangipani/Divulgação. Disponível em: <http://www.frangipani.com.br/cachoeira.php>. Acesso em: mai/2013.*

Através da foto disponível do site institucional da Pousada Frangipani, de propriedade de Fernando, interlocutor já citado e também membro da ABROTUR, podemos observar a pluralidade específica de valores que estão sendo trabalhados discursiva e esteticamente para a atração de um tipo específico de público turista. Na imagem destaca-se a beleza natural de Brotas em ambiente controlado e tranquilo - aconchegante -, destinado exatamente ao usufruto íntimo e próximo da natureza, voltado a turistas desvinculados de uma perspectiva mais radical ou aventureira (conforme trabalhamos anteriormente).

Por sua vez, se observamos outro exemplo de material promocional de Brotas enquanto destino turístico a ser consumido através do argumento de suas belezas naturais - o folder da *Travel Adventure Brasil* – notamos que o empreendimento, ao indicar o caminho para a *Cachoeira do Martelo* (um dos atrativos turísticos de Brotas) a partir do centro do município, indica graficamente a presença de áreas de “cana” e de “laranja” inclusive como pontos de referência ao turista que pretende chegar local dotado de atrativos naturais: trilha leve, cachoeira, casa de veraneio, restaurante, piscina e cachoeirismo.

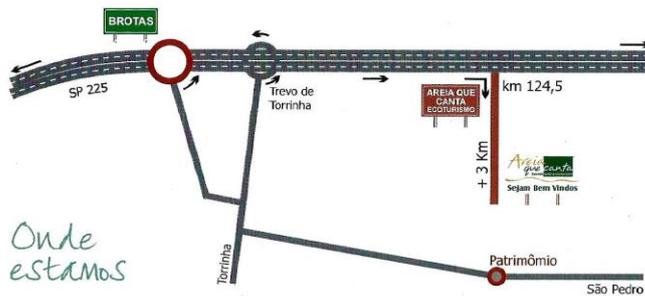
Figura 4: Folder da Agência de Turismo *Travel Adventure Brasil*



Fonte: Levantamento Documental

A questão da expansão da cultura canavieira e da cultura de citros não emerge como problemática ao empreendedor e ao proprietário do espaço desse empreendimento em si. Não emerge enquanto contradição. Por sua vez, a grande maioria dos materiais de propaganda e divulgação dos atrativos turísticos locais que foram amplamente coletados no levantamento documental ressaltam justamente o contrário, a presença de bens naturais e de atrativos idílicos e “ausência” da tríade agroindustrial de Brotas: cana de açúcar, eucalipto e laranja.

Figura 5: Folder de Localização - Areia que Canta



Onde estamos

Saindo de Brotas na rodovia SP 225 em direção à São Paulo, entrar no Km 124,5 à direita e andar + 3 Km de terra. Vindo de São Paulo em direção à Brotas, fazer o retorno no km 126.



Fone/Fax: (14) 3653-1382  
Fazenda Tamanduá  
Rod. Paulo Nilo Romano, km 124,5  
CEP 17380-000 - BROTAS - SP

Fonte: Levantamento Documental

Como podemos observar em outro folder de divulgação do *Hotel Fazenda Areia que Canta*, o material institucional se caracteriza por ressaltar os atrativos turísticos do empreendimento e principalmente, por indicar ao turista os principais pontos de referência de chegada ao local, deixando de ressaltar ou indicar a presença de cana, laranja ou eucalipto nos arredores ou nos corredores de acesso, como a própria Estrada do Patrimônio. De fato, podemos observar uma forma diferencial de conceber e de lidar com a questão ambiental e sua dimensão de conflito em torno do turismo e da agroindústria, mostrando que os agentes de fato não estão imersos em interações sociais que possuem uma concepção única e universal acerca da natureza e do meio ambiente, mas sim que estão constantemente ressignificando-os enquanto recursos pertinentes ou não de serem utilizados na estruturação social (GIDDENS, 2009, LENZI, 2006). De fato, natureza é o cerne de ressignificação do espaço rural a partir de suas múltiplas dimensões enquanto estratégia discursiva (MOREIRA, 2005), funcionando

também enquanto elemento de distinção da posição social do agente (PAULINO, 2005) e principalmente, enquanto categoria operatória e de classificação do mundo (CARNEIRO, 2008).

Entretanto, cabe ainda discutirmos o papel da gestão pública no que tange a esse embate em torno do turismo e da agroindústria que estamos procurando discutir através do exemplo da Estrada do Patrimônio. Através da análise de parte do material institucional da Prefeitura de Brotas e distribuído pela Secretaria do Turismo podemos observar um conjunto de elementos específicos no que tange a já citada afinidade eletiva entre preservação ambiental, profissionalização do turismo e ressignificação do espaço rural.

**Figura 6: Espaço Turístico de Brotas - Prefeitura Municipal/Secretaria do Turismo**



*Fonte: Levantamento documental*

Conforme podemos observar, esse material da SECTUR se constitui enquanto um folder do conjunto de atrativos do município de Brotas, como pousadas, cachoeiras, empreendimentos turísticos variados, restaurantes, etc. Destaca-se o Rio Jacaré-Pepira que

perpassa a núcleo urbano da localidade através do Parque dos Saltos e se estende pela grande extensão territorial do espaço. Visualiza-se também a vocação do município para o próprio turismo rural através do símbolo “mascote”, um jacaré estereotipado de acordo com uma construção discursiva específica do que seja a cultura rural, e também o logotipo da Copa do Mundo de 2014, apontando que Brotas será destino turístico indicado no processo de que envolve a operacionalização desse megaevento no país. Ainda, podemos verificar o símbolo das principais redes sociais, como *facebook*, *twitter* e *google+*, indicando a acordo entre gestão pública e a própria ABROTUR no sentido de expandir a construção midiática de Brotas enquanto município “naturalmente divertido” capaz de atrair uma miríade plural e diversificada de públicos turísticos.

A questão fundamental é que o folder produzido pela SECTUR, ao contrário da grande maioria dos mapas de “como chegar” produzidos pelos empreendedores locais (com exceção do folder da *Travel Adventure Brazil*, acima discutido), apresenta a área destinada à plantação de cana enquanto ponto de referência de localização, demonstrando enquanto gestão pública, um esforço de compatibilizar as iniciativas da agroindústria e do turismo ambiental. Como aponta a entrevista com o engenheiro do Departamento de Planejamento da Prefeitura de Brotas, Júlio, a gestão municipal reflete outra visão acerca da própria proeminência e protagonismo do turismo de aventura:

*Júlio. [...] economicamente a receita de Brotas não vem do turismo. Economicamente ela vem do agronegócio.*

*Pesquisador. Da monocultura canavieira...*

*Júlio. Não, não é monocultura aqui em Brotas porque nós temos 35% de cana, 10% de reflorestamento de eucalipto, e uns 10% da laranja, felizmente a gente não depende de uma única cultura porque às vezes você tem oscilações do preço de mercado que, quando está bom um, está ruim o outro, e mantém uma média de arrecadação da cidade.*

*Pesquisador. Mas Júlio, você diz então que a base tributária, de arrecadação de Brotas é o agronegócio, essa tríade, né?*

*Júlio. E vai ser cada vez mais porque o turismo ainda, ainda eu vejo o turismo aqui como uma coisa não muito profissional e muito na informalidade. Mesmo que você pegue as pousadas, eles não declaram certo a quantidade de hóspedes, eles não fazem o recolhimento dos tributos adequadamente, a maior parte dos seus funcionários está na informalidade e estão em subemprego. Pega uma camareira, pega uma coisa assim, registra com salário, mesmo que pague um pouco mais... não é o certinho.*

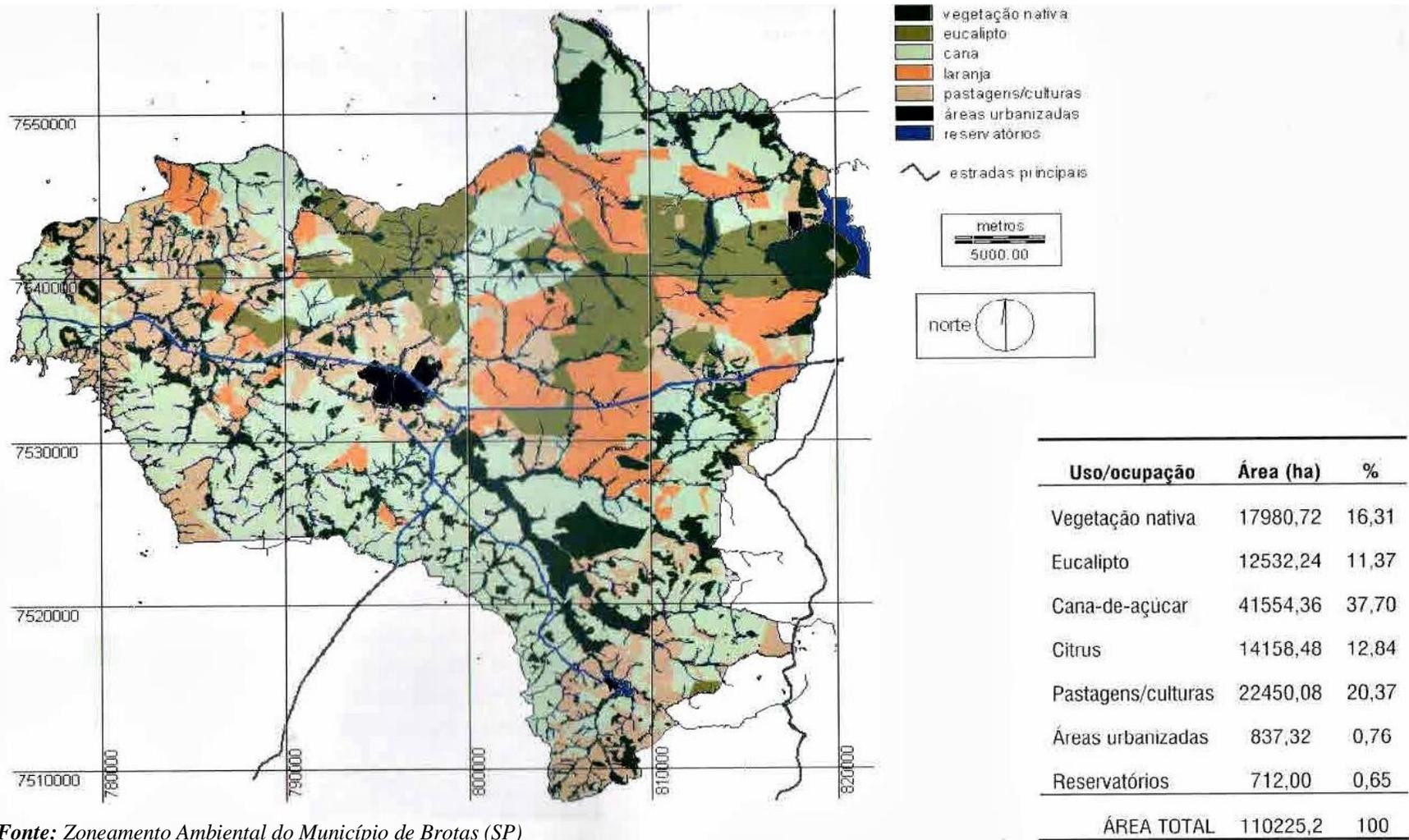
O interlocutor ressalta que a base da arrecadação de Brotas é na verdade a agroindústria. Mais do que isso, o engenheiro e sua entrevista representam um deslocamento no discurso predominante da construção de Brotas enquanto município fortemente turístico, ressaltando a importância econômica da cana, da laranja e do eucalipto, inferindo ainda uma crítica acerca da presença da informalidade trabalhista e tributária nas atividades de turismo. Dessa maneira, há uma disputa discursiva em torno do empreendimento turístico e do empreendimento da agroindústria, o qual perpassa a estruturação social de diversos agentes da localidade, os quais utilizam a questão ambiental e seus componentes enquanto regras e recursos que variam e dependem dos objetivos a serem alcançados, o que indica de fato a sua efetiva operacionalização enquanto princípio estrutural (LENZI, 2006).

De fato, a interpretação da *questão ambiental* como princípio estrutural permite também que compreendamos a existência não de *um* conflito socioambiental, mas sim de vários, na medida em que este também é operacionalizado de maneira recursiva no âmbito das interações sociais. Como destaca novamente Fernando, proprietário da Pousada Frangipani e membro da ABROTUR, a unidade agroindustrial, representando a produção canavieira é importante para o município, mas tem papel conflituoso na paisagem turística local:

*Fernando. Ela é um ator de peso, o poder econômico é sempre... e diz muito. É um grande poder econômico, ele gera muito ICMS, é a base da renda. Bom, mas eu acho que, eu sempre insisto nisso, eu acho que a gente consegue ter uma convivência amigável, mas pra isso precisa ter um bom senso. Eu não consigo entender, por exemplo, olha aquele morro, tem a mata ali, o cara precisa plantar cana naquele lugar? Não é nem uma questão de estar na lei ou de não estar na lei, o cara não tem necessidade de plantar cana ali.*

Fernando está ressaltando na verdade o movimento em Brotas de ampliação de áreas destinadas ao arrendamento para a unidade agroindustrial expandir o volume da plantação de cana de açúcar, apontando no seu discurso a necessidade de “bom senso” em relação aos espaços de plantio. Segundo ele, para além da lei, é preciso que exista uma ética para a preservação daquilo que Brotas tem de mais rico, o que na verdade, transborda uma utilização da questão ambiental não enquanto consciência ambiental abstrata e universalizada, mas enquanto regra, enquanto elemento normativo ancorado em critérios estabelecidos pelos próprios agentes (GIDDENS, 2009). Se observarmos o mapa de uso e ocupação do solo de Brotas abaixo, poderemos observar ainda mais acerca da problemática da questão ambiental:

**Mapa 2: Uso e ocupação do solo**



*Fonte: Zoneamento Ambiental do Município de Brotas (SP)*

De acordo com o mapa reproduzido acima - de uso e ocupação do solo, pertencente ao Zoneamento Ambiental de BROTAS e mais especificamente ao seu relatório técnico<sup>24</sup> - em Brotas as lavouras de cana representam 37,70% do território ocupado e, por sua vez, as culturas de eucalipto e laranja ocupam, somadas, 24,21%. No centro do município encontra-se a área urbanizada de Brotas - o centro -, representando pela cor preta na legenda e, a partir dele, apesar de não constarem na legenda, apontam para o sul justamente os dois corredores turísticos: a Rod. Dr. Américo Piva e a *Estrada do Patrimônio* (as duas linhas em azul, as quais podem ser comparadas com o mapa anterior referente a rodovias e estradas). Assim, percebemos que de fato os “corredores turísticos” são margeados proeminentemente pela cultura da cana de açúcar, refletindo a preocupação não de Fernando, mas de todo um conjunto de empreendedores turísticos preocupados com a paisagem de Brotas e aglutinados em torno da ABROTUR.

A questão fundamental que estamos procurando problematizar neste tópico diz respeito justamente que às múltiplas percepções cognitivas do conflito socioambiental não são universais, generalizadas e abstratas, mas vinculam-se ao contexto de interação ao qual o agente está envolvido, o qual mobiliza recursivamente suas noções da questão ambiental, fazendo com que, no limite, ela esteja vinculada a interesses específicos.

O depoimento de Ana, engenheira ambiental da Prefeitura Municipal, é absolutamente emblemático para observarmos o caráter relativo e contextual da questão ambiental. Quando questionada acerca do valor econômica da natureza de Brotas, ela comenta:

**Pesquisador.** *Em sua opinião, a natureza de Brotas tem um valor econômico?*

**Ana. Tem.** *Eu acho que tem. Por exemplo, essa coisa da paisagem eu acho que é uma coisa importante assim, né? Que envolve uma série de questões, inclusive a questão da monocultura, da cana, é uma coisa que se contrapõe a esse valor econômico. Eu como uma pessoa mais ambientalista, mais preocupada com o meio ambiente, eu acho que a monocultura é ruim em qualquer hipótese, em qualquer condição, mas quando você tem uma paisagem que tem valor econômico ela choca mais, né?*

---

<sup>24</sup> Relatório elaborado pelo Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – FAPESP, coordenado pelo Prof. Marcelo Pereira de Souza - FFCLRP/USP e pela equipe técnica composta pelo Prof. Marcelo Montañó – Dep. Hidráulica e Saneamento - EESC/USP, Prof. Victor Eduardo Lima Ranieri – Dep. Hidráulica e Saneamento - EESC/USP, Eng. Dr. Aurélio Teodoro Fontes – FFCLRP/USP, e Arq. Dr. Isabel Silva Dutra de Oliveira, contando ainda com o apoio da Prefeitura Municipal de Brotas e da *ONG Movimento Rio Vivo*.

Ana primeiramente ressalta a importância da paisagem para Brotas e destaca a sempre ambivalente relação entre a cultura da cana de açúcar e o valor econômico da natureza explorada turisticamente. Mas o fundamental é que ela assume o caráter relativo da percepção cognitiva da questão ambiental, apontando que ela, enquanto ambientalista autodeclarada se preocupa com o espaço rural dominado pela plantação canavieira, mas que, quando se trata de uma paisagem dotada de “valor econômico” - vinculada a uma construção discursiva e simbólica de bem natural a ser consumido - “choca mais” e transborda enquanto contradição.

A questão fundamental que estamos debatendo aqui é a mesma apontada por Carneiro e Teixeira (2012), a qual diferença se refere à disputa discursiva em torno da noção de mato e de lavoura, mais especificamente, entre terra de lazer e terra de plantar, transbordando em síntese, o conflito entre dois atores: agricultores e “verdes” (turistas), contra órgãos ambientais. Mas são justamente nestas iniciativas de significação do espaço e das relações sociais que emerge a possibilidade de análise sociológica.

Do ponto de vista destes agricultores, a noção de *mato* se opõe à de *lavoura*. Em termos ideias, o *mato* ou os pés de pau (árvores) devem ser transformados em *roça* ou *lavoura* – já que é o trabalho concretizado na roça que atribui valor à terra. Por essa lente, a capoeira é enxergada como um *mato* que está a serviço da *lavoura*. Essa imagem contrasta radicalmente com a dos turistas e a dos organismos de proteção ambiental, para os quais a agricultura é vista como uma agressão ao meio ambiente, sobretudo pelo fato de “queimar o mato”. Identificamos, aqui, a disputa por significados distintos atribuídos a um mesmo espaço, significados estes que atribuem valores simbólicos conflitantes no mesmo conjunto de referenciais empíricos. (CARNEIRO, TEIXEIRA, 2012, p. 81)

Carneiro e Teixeira (2012) expõem justamente a disputa de classificação e de nomeação das categorias que atuam na estruturação da vida social, as quais passam a ter “valores simbólicos conflitantes” sobre os mesmos objetos de ressignificação. É exatamente essa a perspectiva da abordagem estruturacionista da nossa pesquisa: analisar sociologicamente a “atribuição de valores conflitantes ao mesmo conjunto de referenciais empíricos”. No caso de Brotas, a referência empírica transita sempre em torno do rural e da questão ambiental, ambos são interpretados teórica e metodologicamente não só como categorias operatórias de sentidos, mas principalmente como recursos ancorados na perspectiva estruturacionista.

Em síntese, natureza e meio ambiente são categorias valorativas e relacionais, propiciando a nossa interpretação sociológica estruturacionista de que os agentes lidam de formas diferenciais com a questão ambiental, operacionalizando-a recursivamente através dos mecanismos envolvidos nos encontros sociais.

### **4.3 O conflito socioambiental**

Após o debate acerca da ressignificação do município de Brotas a partir da transformação do turismo de aventura e das disputas discursivas em torno da Estrada do Patrimônio, com a conseqüente crítica à normatização da questão ambiental colocada pelo *Paradoxo de Giddens*, consideramos fundamental vincular a análise desses dois processos ao contexto do conflito socioambiental inserido na perspectiva dos conceitos de modernidade e industrialismo de Anthony Giddens.

Assim, para o início das reflexões, é importante considerarmos que Martins (2007) aponta que, a despeito da diversidade de concepções do que seja o espaço rural e o seu respectivo desenvolvimento sustentável, existe uma premissa básica e comum a todas as disputas discursivas em contextos de ruralidade: a proeminência da questão socioambiental. De fato, a inter-relação entre meio ambiente e sociedade emerge como elemento estruturante das relações sociais:

[...] [é fundamental o] referencial de Leff (2003) para a compreensão do território como o lócus de construção dos modos de vida, das identidades culturais e da experiência social sobre as potencialidades ecológicas. Na perspectiva do referido autor, o território é o espaço onde se manifestam diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais. (apud MARTINS, 2007, p. 236)

O autor utiliza da perspectiva de Leff (2003) para ressaltar a dimensão dinâmica da territorialidade, compreendida como cerne estruturante das relações sociais, como palco da vinculação entre sociedade e natureza, entre as interações humanas e as transformações de seu ambiente. De fato, Martins (2007) destaca que a experiência social se estrutura a partir de “modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais”, o que implica na inflexão acerca do próprio estudo de caso do município de Brotas, onde essa “apropriação” de recursos

transborda como a já amplamente citada utilização recursiva da questão ambiental enquanto princípio estrutural mobilizado pelos indivíduos, grupos e instituições. De fato, a Estrada do Patrimônio reflete essa forma da questão ambiental ser utilizada nas interações sociais dos agentes como recurso disponível, mobilizado, significado e operacionalizado de acordo com as especificidades locais. Esse corredor turístico de Brotas acaba sendo concebido de maneira diversa pela população local, pelos gestores municipais, pelos turistas visitantes, pelos proprietários das pousadas e atrativos turísticos e pelos agentes econômicos da unidade agroindustrial, os quais elaboram a forma de construção da questão ambiental de maneira paradoxal e contraditória, refletindo não apenas o conflito socioambiental local, mas a própria insuficiência do *Paradoxo de Giddens*. Passa a ser bastante claro o quanto não existe uma concepção essencializada da natureza e do meio ambiente, assim como de sua degradação e crise, mas sim uma mobilização estruturante que deriva da especificidade de cada interação social.

Entretanto, para além da abordagem da centralidade da questão ambiental no município de Brotas e nos seus processos de significação, a localidade concertada em torno da profissionalização do turismo de aventura e preservação do meio ambiente apresenta uma dinâmica material e simbólica de produção de valor e de discursos. Nesse sentido, conforme aponta Martins (2007, p. 241):

[...] partindo desse cenário sobre as formas de produção de valores excedentes neste espaço rural, os processos ecológicos circunscritos aos ambientes de produção de valor adquirem um conteúdo histórico que ultrapassa a simples condição de base biofísica dos processos de acumulação. Tornam-se elementos de distinção social dos grupos justamente por representarem, simultaneamente, recurso material e capital simbólico para o cotidiano do lugar.

Nesse ponto o autor está ressaltando a necessidade de observação dos processos de acumulação e de criação de valor em uma determinada localidade, os quais não podem ser considerados naturais e a-históricos, mas sim construções sociais estruturadas ao longo do tempo, como “recurso material e capital simbólico para o cotidiano do lugar” ou na perspectiva estruturacionista, como regras e recursos para a estruturação das relações sociais através da rotinização.

Dessa forma, ainda segundo Martins (2008), é preciso que a interpretação territorial do rural englobe a perspectiva do espaço social enquanto espaço simbólico e material resultante

das interações biofísicas, ou seja, entre agentes, grupos e instituições e o ambiente natural que os cerca. No âmbito de Brotas, relativamente ao que tange às nomeações e percepções cognitivas diante da unidade agroindustrial na Estrada do Patrimônio, é perceptível que esse espaço biofísico emerge enquanto palco de disputas por poder, distinção e nomeação das categorias sociais. Mas mais do que isso, o processo de transformação do turismo radical em turismo voltado para a família é exemplo emblemático do espaço biofísico como palco de disputas socioambientais. Antes, a natureza e o meio ambiente eram elementos protagonistas das atividades de turismo de aventura e eclipsavam as práticas amadoras e desprofissionalizadas, e após os anos 90, conforme processo já trabalhado anteriormente, a perícia e a estruturação da indústria local do turismo inverteram a relação, legando à questão ambiental o status secundário, transformando-a em um objeto a mais a ser consumido pelo turista do destino. Por sua vez, na medida em que tal processo implica na apropriação mercadológica da questão ambiental e de seus discursos, acaba por invisibilizar a contradição inerente à localidade: entre a paisagem natural e idílica e a paisagem dominada pela cultura canavieira, simbolizada na unidade agroindustrial. Isso significa destacarmos que ambos os processos de ressignificação são compreensíveis através de um olhar no conflito socioambiental que permeia o município. Brotas então apresenta sim a afinidade eletiva entre profissionalização do turismo, preservação ambiental e ressignificação do rural, mas mantém nesse quadro a contradição entre natureza e sociedade típica dos contextos de modernidade e de industrialismo (GIDDENS, 1991).

Uma das facetas desse ponto de tensão socioambiental está na invisibilização das estruturas que compõem a indústria canavieira no município. Em torno do turismo e de seus discursos, em torno da construção de Brotas enquanto cidade “Naturalmente Divertida”, a dimensão social e a dimensão ambiental da proliferação da cana de açúcar são ocultadas e eclipsadas. A questão fundamental desses dois aspectos do conflito envolvendo a relação entre sociedade e natureza, o social e o ambiental, são materializados na Estrada do Patrimônio e na unidade agroindustrial local, os quais também emergem como feixes analíticos no âmbito da crítica ao *Paradoxo de Giddens*.

De fato, conforme discutido anteriormente, o corredor turístico de Brotas, margeado pela cultura da cana de açúcar e com sua paisagem marcada pela unidade agroindustrial, reflete a contradição existente no município, a qual transborda as possibilidades conflitantes

entre preservação ambiental e desenvolvimento agrário tecnológico e produtivo. Conforme apontam Silva e Martins (2010, p. 201):

No caso brasileiro, os riscos ecológicos próprios dos componentes do moderno pacote tecnológico, somados ao descontrole do receituário agrônomo da maioria das propriedades agrícolas, provocaram – e continuam a provocar – danos ecossistêmicos irreversíveis em algumas regiões do país.

É exatamente esse o aspecto ambiental do conflito inerente ao município e que perpassa a discussão do *Paradoxo de Giddens*: a degradação causada pela expansão da agroindústria em um contexto de ruralidade marcado pelo turismo profissionalizado ancorado na utilização discursiva da preservação ambiental enquanto recurso. Conforme os autores apontaram, a expansão agrônoma representada pela cultura canvieira e seu aparato industrial-produtivo implicam em custos ecossistêmicos irreversíveis.

Da mesma forma, retomando o aspecto da ressignificação do próprio Rio Jacaré-Pepira e das atividades de turismo praticadas, cabe destacarmos que entre os diversos atrativos ambientais de Brotas, existe a questão da proeminência e da importância da água, transformada em recurso hídrico e em elemento estruturante de toda significação discursiva da localidade. Conforme vimos no processo de ressignificação em torno do *rafting*, há de fato uma contradição, pois se o complexo turístico adquiriu um arcabouço perito e tecnocientífico que transformou o destino em uma “Disneylândia” baseada no protagonismo das águas limpas, naturais e divertidas, por outro lado, essa mesma água, enquanto recurso hídrico e de fundamental centralidade econômica, é objeto de práticas contraditórias e desprovidas de uma racionalidade ambiental, ou seja, de poluição e degradação por parte da unidade agroindustrial e de sua cultura canvieira. Através da pesquisa realizada por Silva e Martins (2010) no Plano de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (CBH-Pardo), em relação aos usuários industriais da água, as unidades agroindustriais se destacam, principalmente as vinculadas à cultura canvieira. Conforme os autores (p. 205):

Ainda em relação às águas subterrâneas, os riscos do tipo de exploração do solo são particularmente graves na monocultura canvieira em razão, dentre outros, da intensidade do uso de herbicidas. Todos estes fatores de risco ambiental, próprios da cultura canvieira adquirem um conteúdo exponencial [...]

Assim, de acordo com as interações e com as necessidades dos agentes, observamos como a questão ambiental emerge de fato como regra e como recurso, como de fato a água é

mobilizada ora como elemento a ser destacado e protegido, valorado, ora como elemento a ser invisibilizado diante dos imperativos econômicos e sociais. Cabe então a constante retomada da crítica ao *Paradoxo de Giddens* através da assertiva de que na prática, os agentes não possuem a noção da questão ambiental de maneira formalizada e abstrata, enquanto consciência discursiva organizada, mas sim como uma percepção cognitiva operacionalizada na reprodução e transformação da vida social de maneira recursiva, como elemento a ser ressignificado de acordo com as especificidades das interações. Assim é que empiricamente a questão ambiental se revela enquanto princípio estrutural.

Mais do que isso, no caso de Brotas é bastante interessante essa relação em torno da água, pois é ela, de acordo com uma miríade de interlocutores, que representa o maior atrativo da região, já que ressignifica a cachoeira (antes buraco) e estrutura todo o complexo dos esportes de aventura, criando um conjunto de atrativos turísticos. A água emerge como centro do conflito socioambiental e é objeto de disputa por parte dos agentes, operando ora como regra (enquanto código normativo de significação), portanto como elemento a ser protegido por todos os agentes da localidade, ora como recurso, enquanto bem natural passível de criar valor econômico em uma determinada propriedade. Entretanto, a dimensão ambiental do conflito e da contradição em Brotas em torno da natureza e do meio ambiente ultrapassa a dimensão da água:

Em termos de impactos ambientais, cumpre ainda destacar que os gases expelidos pela fuligem da cana queimada são o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio) e os sulfurados (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurados que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente. Além desses gases, há a formação de vários hidrocarbonetos ou aromáticos contendo benzeno e similares, muito prejudiciais à saúde. (ZAMPERNINI, 1997; ALLEN et al., 2004; ROCHA, FRANCO, 2003; OPPENHEIMER et al., 2004 apud SILVA, MARTINS, 2010, p. 208).

É assim que os autores, através do resgate da literatura acerca do tema, apontam para a problemática dos impactos das unidades agroindustriais em contextos de ruralidade em uma perspectiva ecossistêmica, de dano integrado e plural, capaz de interferir em uma miríade de sistemas naturais. Para além disso, ainda segundo Silva e Martins (2010), as modalidades de agronegócio vinculadas à indústria sucroalcooleira, ou seja, relativas também ao caso de Brotas e à unidade agroindustrial de produção de cana de açúcar local, só podem ser

compreendidas a partir da articulação entre a degradação do meio ambiente e a degradação do trabalho envolvido na cadeia produtiva, situando e enfatizando as dimensões materiais e simbólicas dos dois feixes interpretativos. Em suma, articulando a dimensão ambiental e a dimensão social da natureza e do meio ambiente, abordando o contexto a partir do conflito socioambiental, cuja especificidade reside em ser capaz de permitir uma análise estruturacionista como a proposta no âmbito da presente dissertação. É assim que no estudo de caso de Brotas observa-se o duplo aspecto do agronegócio apontado pelos autores: a exploração dos recursos naturais e a exploração do trabalho humano. A unidade agroindustrial brotense marca a paisagem da Estrada do Patrimônio nesse duplo sentido, sendo substrato material e simbólico para que os indivíduos construam diferentes percepções cognitivas da questão ambiental, utilizando-os como regras ou recursos, de acordo com os seus interesses derivados dos contextos interacionais.

Nesse sentido, cabe apontarmos que os impactos sociais da agroindústria advêm principalmente da questão da degradação e da precarização do trabalho migrante, o qual aparece **invisibilizado**, segundo Silva e Martins (2010), na agroindústria sucroalcooleira. Se, enquanto ambos os autores destacam que grande parte dos trabalhadores da safra da cana no Estado de São Paulo são migrantes, cabe destacarmos que no caso específico de Brotas o mesmo quadro aparece, existindo o emprego amplo dessa mão de obra na unidade agroindustrial – oriunda de outros Estados do país. Tal trabalho nos canaviais apresenta um conjunto de características bastante específicas, como contratos precários de trabalho, baixos salários, esgotamento físico (birola), uso de drogas (maconha e crack), doenças variadas, laços de dependência, questões de masculinidade, gênero e normas sociais que constituem verdadeiros *laços invisíveis* a esse tipo de exploração:

[...] carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribui para o aumento de acidentes de trabalho, além de doenças das vias respiratórias, dores na coluna, tendinites, câibras, produzidas pela perda de potássio em razão dos suores. A fuligem da cana queimada contém gases com venenos, posto que as usinas empregam agrotóxicos que apressam a maturação da cana, apenas três semanas antes do corte. Estes produtos são altamente prejudiciais à saúde. (SILVA, 2011, p. 23)

A questão fundamental é que em Brotas o discurso do município “naturalmente divertido” mobilizando recursivamente a questão ambiental também implica na transposição dessa problemática trabalhista para um papel coadjuvante na esfera pública da cidade, o que

por sua vez, implica num alinhamento à invisibilização do problema, tão típica da indústria sucroalcooleira:

[...] Face escondida do chamado agro-negócio, particularmente a do etanol no Brasil: problemas ambientais, sociais, de saúde e laborais, cuja extensão ainda não se conhece a totalidade. Num primeiro momento, as pesquisas advindas das ciências sociais apontavam para a dura realidade dos cortadores de cana, trazendo à baila as condições de trabalho, classificadas, ora como degradantes, ora como semelhantes às dos escravos (SILVA, 2005), e, sobretudo, os altos níveis de exploração da força de trabalho. (SILVA, 2011, p.13)

A despeito dos turistas, da população local, dos proprietários dos sítios turísticos, dos operadores do turismo de aventura e dos gestores municipais, há também cortadores de cana em nosso estudo de caso, os quais são eclipsados pela proeminência da construção discursiva da localidade, envolta principalmente na natureza voltada ao consumo familiar e na Estrada do Patrimônio como corredor turístico, no qual até mesmo a unidade agroindustrial e a cana de açúcar são interpretadas cognitivamente como aspectos idílicos da paisagem. Conforme aponta Silva e Martins (2010, p. 39), a historicidade da região é eclipsada pelo monocromatismo da cultura canavieira, o qual emerge como aspecto construído artificialmente em torno de um espaço rural idealizado e associado simplesmente ao verde e ao “natural”:

Para o viajante que percorre as rodovias paulistas após a cidade de Campinas, indo em qualquer direção, a impressão que terá é que estará no meio de um gigantesco canavial. A história objetivada dessa região - caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, do multicolorido de plantações de milho, algodão, amendoim, feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos - está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao monocromático dos canaviais, exceto as áreas ocupadas pelos laranjais.

Dito isto, a questão ambiental em sua dimensão socioambiental emerge então distinta do *Paradoxo de Giddens*, onde o tema não gira em torno da não ação diante da degradação, mas sim em torno das percepções estarem vinculadas às necessidades objetivas dos indivíduos, grupos e instituições. Mais do que isso, há uma disputa discursiva em torno das formas e maneiras de exercício de hegemonia na nomeação dos processos sociais, inclusive

em relação a essa questão da unidade agroindustrial, da cultura sucroalcooleira e do trabalho migrante precarizado.

Conforme aponta Bertoli (2002) no seu estudo sobre regulamentação das queimadas nos canaviais paulistas, existe de fato uma disputa discursiva em torno das problemáticas envolvidas no tema da cultura canavieira: “[...] a mecanização da colheita da cana-de-açúcar tem levantado muita polêmica, pondo em conflito empresários, técnicos, ambientalistas, governos e sindicatos, levantando questões duvidosas e gerando até mesmo argumentos contraditórios”. O autor destaca as multiplicidades de visões e perspectivas de diferentes atores envolvidos na cadeia legislativa, produtiva e trabalhista da produção da cana-de-açúcar, apontando para um quadro de hierarquias diferenciais na nomeação e classificação social dos processos. No caso de Brotas, encontramos a mesma característica, onde os agentes locais (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, empreendedores do turismo representados em torno da ABROTUR, população local e turistas), apresentam múltiplas percepções da questão ambiental. A Estrada do Patrimônio em si é dotada de uma materialidade que expõe a contradição social, em síntese, a paisagem brotense transborda o arranjo social da territorialidade em torno do meio ambiente e do turismo.

Dessa maneira, os processos de ressignificação abordados são entrelaçados pelo conflito socioambiental em torno da natureza e do meio ambiente, o qual por sua vez, implica na mobilização de regras e recursos disponíveis pelos agentes. Há no entanto, uma abordagem interacional desse embate entre o aspecto ambiental e social da tensão, em torno principalmente dos impactos da unidade agroindustrial, materializados como vimos, na Estrada do Patrimônio. Conforme apontam Buttel e Taylor (1994 apud Silva e Martins, 2010, p24):

No contexto internacional, alguns trabalhos apontam que a institucionalização das necessidades sociais relativas à garantia dos direitos de cidadania, bem como da pressão social crescente pela preservação de ecossistemas como forma de assegurar condições ambientais de vivência, têm sido a principal alternativa moderna de restrição aos efeitos socialmente indesejados da produção capitalista nas sociedades democráticas.

Tal excerto permite considerarmos que ambos os aspectos dos impactos do modo de produção de capitalista, social e ambiental, se tornam elementos a serem observados a partir de uma perspectiva sistêmica e entrelaçada, vinculada ao território e ao seu ecossistema. No âmbito da dissertação e da abordagem da teoria da estruturação que vem sendo utilizada, esse

elemento apenas ressalta a interligação entre os diversos processos de ressignificação escolhidos no trabalho e a utilização recursiva da questão ambiental, os quais por sua vez, estão situados num quadro de afinidade eletiva entre transformação do espaço rural, profissionalização do turismo e preservação da natureza. Mas ainda nesse sentido da vinculação entre questão social e ambiental, Silva e Martins (2010, p. 24) complementam:

Nestes termos, os debates em torno dos direitos trabalhistas e, mais recentemente, a constituição de metas de políticas ambientais, por exemplo, são algumas das formas de mobilização social mais recorrentes em busca da integridade socioambiental dos territórios submetidos à acumulação capitalista.

Os autores estão apontando que a busca da sustentabilidade socioambiental numa perspectiva territorial e, em um contexto de capitalismo e modernidade, implica na consideração tanto da questão do trabalho, quando a questão da proteção ao meio ambiente. A questão fundamental é que no caso de Brotas existe uma ênfase maior no segundo aspecto, referente à questão da integridade ambiental, representada na atuação da ONG *Movimento Rio Vivo*, e por outro lado, uma secundarização do primeiro aspecto, vinculado ao descumprimento dos direitos trabalhistas. A construção simbólica de Brotas enquanto cidade “naturalmente divertida”, vinculada a dysnelização do turismo de aventura, associada à privatização do Rio Jacaré-Pepira, e por fim, materializada nas contradições paisagísticas da Estrada do Patrimônio, fazem com que a dimensão da precarização do trabalho fique invisibilizada. No limite, há no estudo de caso uma proeminência dos aspectos idílicos do turismo de aventura e um ocultamento da mão de obra humana empregada na tríade agroindustrial local, baseada principalmente na cana, mas também composta pelo eucalipto e pela laranja. Isso de fato faz com que observemos que o conflito socioambiental, que perpassa os processos de ressignificação, se caracteriza também como objeto de disputas discursivas e de nomeação por partes dos agentes locais.

Essa questão é importante na medida em que o “discurso verde”, ou no limite, as percepções cognitivas da questão ambiental, são apropriados por um ideal de modernização que está permeado pelo seu contrário ou contraponto: a precarização do trabalho e a degradação do meio ambiente:

Neste início de século, as promessas de sustentabilidade socioambiental presentes na discussão abstrata sobre os biocombustíveis seguem reiterando

as marcas de desenvolvimento econômico que os agentes do agronegócio trazem para si. Todavia, os chamados índices de modernização, ao serem amparados pela lógica conservadora, patrimonial e autoritária própria da economia [...] são também acompanhados de desemprego, de precarização das relações de trabalho e graves impactos ambientais. (SILVA, MARTINS; 2010, p.198-199)

De acordo com a abordagem dos autores citados acima, a modernidade e a modernização em contexto de ruralidade no caso brasileiro são marcadas pela nuance do agronegócio, trazendo traços de conservadorismo, patrimonialismo e autoritarismo, consubstanciados na ação dos gestores da unidade agroindustrial. Há então degradação do trabalho e do ambiente humano, oculta pelo discurso da sustentabilidade e da preservação da natureza. Segundo Alves (2009, p. 160), a modernidade brasileira assume um caráter de perversidade:

A denominação dessa fase como Modernização Perversa se deve ao fato de ela modificar a base técnica de produção sem alterar o essencial das relações de trabalho. A forma de contratação de trabalhadores por tempo determinado, a prevalência de pagamento por produção, a elevada informalidade, com terceirização, são a herança de relações de trabalho prevaletentes na cana desde há muito. (ALVES, 2009, p. 160)

Segundo o autor, o que caracteriza a modernização perversa é justamente uma contradição discursiva com a transformação da base tecnológica da produção com a manutenção das relações de trabalho arcaicas e degradantes. Entretanto, há de fato uma perversidade quando a modernidade se radicaliza em determinadas localidades transformando o discurso ambiental em regra, mas o utilizando como recurso, perpetuando práticas de agressão ao ecossistema. Assim, no âmbito do estudo de caso de Brotas e numa inflexão de alcance maior relativa ao Brasil, observamos que a perspectiva de uniformização e abstração da questão ambiental deixando de ser observada eminentemente como regras e recursos utilizados pelos agentes em interações sociais fará com que exista uma ecologização perversa, capaz de transformar o discurso de meio ambiente e natureza em fontes de hierarquias e distinções entre grupos, englobando em si um conjunto de contradições relativas ao próprio modo de produção capitalista.

De fato, essa relação entre modernidade, industrialismo e espaço rural marca profundamente a relação entre homem e natureza, fazendo com que, mais do que isso,

observemos que todos os processos de ressignificação que foram discutidos no presente estudo de caso são desdobramentos locais dessa condição estrutural. Como destaca Brandenburg (2010,p. 423):

A modernização do rural e a industrialização da agricultura provocam alterações nas relações com natureza, por conta de uma mudança dos processos técnicos de produção e pela intensiva ocupação do espaço mediante a especialização dos processos produtivos. Os recursos como solo, água e biodiversidade são atingidos, e o rural passa a ser um espaço onde os riscos não são apenas de ordem natural. Agora também são socialmente construídos, ou seja, as águas são poluídas por resíduos químicos industriais; os solos erodidos em função de manejo inadequado; os ecossistemas simplificados em função de uma exploração intensiva e especialização dos cultivos; as florestas dizimadas indiscriminadamente, como resultante da expansão de fronteiras; os produtos agrícolas apresentam resíduos tóxicos em função do uso de agroquímicos. Dessa forma, os instrumentos técnicos de mediação homem-natureza são ajustados à racionalidade do capital. (BRANDEMBURG, 2010, p. 423)

O autor aponta os impactos desencadeados pela modernidade, mais especificamente pela sua faceta da industrialização e urbanização, capazes de transformar os ambientes rurais e submetê-los à lógica da racionalidade da acumulação de capital. É de fato, a mesma perspectiva de Giddens (1991) quando ressalta a dimensão industrialista do desenvolvimento capitalista.

Por sua vez, a questão mais fundamental trazida à tona por Brandenburg e que também dialoga com o Giddens, remete à dimensão do risco, outro elemento inerente à modernidade. Para ambos os autores o risco origina-se de fatores naturais, intrínsecos às especificidades do ambiente natural, mas também de fatores humanos, sendo essencialmente, socialmente construídos. Para Brandenburg, fica evidente que a produção de riscos ambientais por influência antropogênica reflete o transbordamento da emergência de uma relação homem-natureza mediada por critérios vinculados de forma proeminente à racionalidade do capital.

Embora o rural tenha se transformado com a modernização da sociedade, não se pode falar generalizadamente, nas condições brasileiras, de um rural totalmente modernizado, a exemplo dos países modernos avançados. A modernização não atingiu todos os espaços do ambiente rural, permanecendo situações de um rural tradicional. Trabalha-se com a hipótese da coexistência do rural tradicional e do rural moderno, acrescentando-se, ainda, um rural novo típico das sociedades altamente modernizadas. São rurais de tempos diferentes, mas que, nas condições brasileiras, persistem, ora na sua forma

típica, ora sobrepostos, ora expressos na forma de um rural novo, reconstruído, ou reflexivo, para usar a expressão de Giddens (BRANDEMBURG, 2010, p. 423)

O autor destaca muito bem a especificidade da mobilização do conceito de modernidade no caso brasileiro, a qual deve ser compreendida como ambígua, híbrida e conservadora, a qual materializa a junção de elementos de um espaço rural tanto tradicional, quanto moderno, em síntese, capaz de possuir características pertencentes às duas denominações. Por extensão, o estudo de caso da presente dissertação, no município de Brotas, também implica na observação de estar permeado justamente por um contexto de ruralidade, onde o rural emerge como fruto das relações de modernidade vinculadas à construção simbólica e material dos indivíduos, grupos e instituições, os quais forjam recursivamente o ambiente sócio- natural, transformando e reproduzindo as estruturas sociais através principalmente, como aponta o autor, da cognoscência e da reflexividade. Sendo assim, a chave de compreensão da ruralidade a partir de Brandenburg também implica no diálogo com Giddens, ressaltando a vinculação entre espaço rural e modernidade. Na nossa perspectiva, acrescenta-se a essa dimensão que este rural emerge então como ruralidade, fruto dos arranjos de regras e recursos disponíveis, dos quais sem dúvida, o mais proeminente é a própria questão ambiental. Conforme Brandenburg (2010, p.423):

O rural reconstruído, ou reflexivo, é uma característica da modernidade avançada. É o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública. É um rural socialmente reorganizado.

O autor, nesse excerto, sintetiza os principais termos analíticos que permearam a abordagem do estudo de caso de Brotas a partir da teoria da estruturação: a ressignificação, a valorização da natureza e o rural como fruto de uma organização social. De fato, “a reconstrução reflexiva do rural”, implica na ressemantização do contexto de ruralidade através da utilização da questão ambiental enquanto regra e enquanto recurso em um quadro de profissionalização do turismo de aventura, o qual se consubstanciou no município de Brotas enquanto localidade “Naturalmente Divertida”. A partir de Brandenburg e sua análise que entrelaça espaço rural e modernidade é que conseguimos focar mais uma vez a crítica ao *Paradoxo de Giddens*, a crítica dentro da crítica, debatendo que Giddens possuía um

arcabouço rico e denso para análise da questão ambiental de forma relacional, a partir de sua teoria da estruturação (“A Constituição da Sociedade”, de 1987), e de sua teoria da modernização (“As Consequências da Modernidade”, de 1991), incorrendo na verdade, em um paradoxo de si mesmo, participando do debate ambiental a partir de uma concepção normativa e universalizada do meio ambiente e da natureza. Em síntese, ao invés de propor o julgamento da não ação diante da crise ambiental Giddens possuía os instrumentais sociológicos sofisticados para a compreensão das múltiplas percepções cognitivas do tema. Afinal, como aponta Brandenburg (2010, p. 427): “O rural socioambiental, portanto, é um rural de múltiplos atores, mas também é um rural de espaços e tempos diferenciados. [...] O rural brasileiro é, portanto, o rural da diversidade, e é esse o rural do socioambientalismo.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do conjunto de pesquisas produzidas no âmbito das ciências sociais e, especialmente, da sociologia, costumam ser apresentados de maneira sintética nas considerações finais dos trabalhos de investigação, entretanto, entendemos que o conhecimento sociológico específico construído acerca da interpretação estruturacionista realidade social jamais poderia ser considerado “final” ou “estático”, assim como o seu objeto: a questão ambiental. Isso não implica na aceitação resignada da impossibilidade de compreensão da realidade social, mas simplesmente na admissão das limitações intrínsecas a qualquer pesquisa, vinculadas às escolhas subjetivas do pesquisador, à especificidade do estudo do caso e principalmente, à característica imprevisível e complexa dos agentes sociais cognoscentes. Diante disso, as considerações são parciais e constituem na verdade uma síntese de toda uma trajetória intelectual e interpretativa oriunda não somente do texto em si, mas de cada uma das etapas de elaboração da dissertação e de cada interação entre pesquisador e interlocutores. Mais do que isso, o resultado mais relevante da pesquisa se vincula a observação de que a questão ambiental de fato é encontrada empiricamente enquanto princípio estrutural, ora como regra, ora como recurso e, sendo assim, cabe destacarmos que os próprios construtos oriundos de análises acadêmicas (teses e dissertações, por exemplo) são muitas vezes operacionalizados enquanto recursos, indicando o que o próprio Giddens designa como uma dimensão da reflexividade da sociedade contemporânea: a relação dialógica entre conhecimento acadêmico e realidade social.

***Pesquisador.** Existe uma crise do meio ambiente, na sua visão?*

***Luciana.** Eu acho que a gente está caminhando, para o que a gente está caminhando, **não tem volta**. Porque assim, as economias capitalistas pregam o consumo, o consumo gera lixo, e está tudo errado, entendeu? Então assim, os artistas, agora está na moda falar de sustentabilidade quando eles não sabem nem o significado dessa palavra. [...]*

***Pesquisador.** Quando você diz “Não tem volta”, o que você quer dizer?*

***Luciana.** Se continuar desse jeito não tem volta, vamos virar um planeta lixo [...]*

Por que os indivíduos não fazem absolutamente nada de concreto e de imediato acerca da crise ambiental? Só existirão medidas práticas acerca dos problemas ambientais quando não existir mais tempo necessário para que a influência humana consiga reverter o quadro. Essa é a categoria analítica utilizada por Anthony Giddens para definir o dilema contemporâneo acerca da questão ambiental, autodenominada “*Paradoxo de Giddens*”. A nossa interpretação crítica dessa noção considera que ao questionar universalmente a ausência de preocupação ambiental ou de ações concretas em relação a isso, Giddens acaba por universalizar as percepções cognitivas do que seja natureza e meio ambiente, essencializando noções que são eminentemente construções sociais. Foi justamente essa problematização enquanto hipótese crítica que permeou toda a trajetória da pesquisa, a qual elencou como objeto de estudo a própria questão ambiental enquanto fruto das interações sociais entre indivíduos, grupos e instituições. Consideramos que o verdadeiro paradoxo reside no fato de Giddens ter tangenciado as possibilidades analíticas de sua abordagem estruturacionista, a qual permite a análise da natureza e do meio ambiente enquanto princípios estruturais, enquanto regras e recursos mobilizados na reprodução e transformação da vida cotidiana.

A pesquisa passou a investigar se de fato era possível encontrar em um estudo de caso específico a questão ambiental enquanto fruto das interações: fluída, relacional, contextual. Através do trabalho de campo realizado na cidade de Brotas, observamos quatro processos sociais de ressignificação da localidade que revelaram que a mobilização recursiva da natureza e do meio ambiente implicou na sua utilização enquanto ora como recurso, ora como regra, implicando na própria ressignificação de todo contexto de ruralidade específico. Ao longo do trabalho, investigamos as mudanças da percepção cognitiva em torno do Rio Jacaré-Pepira; a valoração da natureza através da mudança de concepção do “buraco” para atrativo turístico; a transformação do turismo e de sua concepção ambiental através da dicotomia entre imprevisto e segurança; e as disputas relativas ao conflito socioambiental através da análise da Estrada do Patrimônio e sua relação com a unidade agroindustrial do município. Tais processos foram compreendidos também sob o feixe analítico da valoração da natureza e dos impactos socioambientais da agroindústria canavieira, inserindo-os na perspectiva de reflexão acerca da própria modernidade e do paradigma industrialista. Além disso, vinculamos a crítica do *Paradoxo de Giddens* e da concepção essencializada de meio ambiente e natureza à ressignificação do próprio contexto brotense enquanto espaço rural, compreendendo-o como um processo intimamente ligado à profissionalização do turismo.

Em síntese, apontamos empiricamente que a mobilização recursiva da questão ambiental esteve presente enquanto causa e efeito de uma afinidade eletiva entre preservação do meio ambiente (através do embate entre a ONG *Movimento Rio Vivo* e a indústria de curtume), profissionalização do turismo e ressignificação do espaço rural. Esses três elementos permitem a compreensão de alguns aspectos da realidade do estudo de caso e mais do que isso, ajudam ao constante debate com o objeto da pesquisa: as múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental.

A análise da imagem a seguir, folder de divulgação da agência de turismo de aventura Ecoação, gerenciada por Giovanna, uma de nossas interlocutoras, permite a síntese dos principais resultados da presente pesquisa:

**Figura 7: Folder Ecoação**



*Fonte: Levantamento documental*

O material de divulgação possui em suas múltiplas mensagens, textuais ou simbólicas, explícitas ou implícitas, todos os quatro processos sociais de ressignificação do espaço rural do município de Brotas. Se observarmos, verificamos que o Rio Jacaré-Pepira de fato emerge como protagonista, operando como lócus de todo o desenvolvimento do turismo, enquanto espaço limpo e preservado, fruto da luta da ONG *Movimento Rio Vivo* contra a indústria de curtume, sendo não mais espaço de sociabilidade, mas eixo de disputa territorial em torno da privatização da natureza vinculada à própria prática específica dos esportes de aventura. Verificamos na imagem respectivamente o *rafting*, a *tiroleza*, o *rapel* e o *boia-cross*, praticados em propriedades privadas que criaram ao longo do tempo contratos e parcerias com as agências operadoras do ecoturismo. Tal tema – e não poderia deixar de ser de acordo com a interligação entre todos – se vincula à própria transformação da propriedade da terra em Brotas, onde o antigo “buraco”, depósito de animais e rejeitos, espaços inconveniente nas propriedades, se torna atrativo turístico. Observamos a turista realizando *rapel* e descendo a cachoeira, e abaixo, um conjunto de outros turistas usufruindo ludicamente do espaço. A cachoeira, antes “buraco”, se tornou o maior símbolo das práticas locais de consumo da natureza. Ainda além, ao examinarmos o conjunto de todas as fotos verificamos presentes em todas elas um conjunto complexo e sofisticado de aparatos de segurança, demonstrando a profissionalização desse mesmo turismo de aventura que ocorreu em detrimento daquele *ethos* de conscientização ambiental presente nos primeiros empreendedores, dos jovens brotenses do começo da década de 90 que fundaram a agência *Mata d’entro*, participaram da *ONG Movimento Rio Vivo* e protestaram contra a indústria de curtume. O selo do INMETRO em destaque no folder eclipsa qualquer tipo de mensagem mais explícita que remeta a algum tipo de preservação do meio ambiente, o que não cabe julgamento de valor, mas apenas transborda o caráter eminentemente contextual, relativo e fluído da questão ambiental, operacionalizada de acordo com as interações sociais, como recurso. No que tange ao conflito socioambiental, a contradição se situa no terreno do implícito, pois o corredor de acesso para alcançar todos os atrativos turísticos destacados é a Estrada do Patrimônio, a qual forma uma paisagem com o predomínio da cultura canavieira e da unidade agroindustrial local. O apelo de consumo da natureza tangencia a problemática da expansão da cana, seja através dos empreendedores locais ou mesmo da visão dos turistas; ambos na verdade percebem cognitivamente a questão ambiental de acordo com os códigos de significação em jogo nas interações, mobilizando-a de maneira recursiva através de consciência discursiva racionalizada ou de consciência prática.

Por fim, nas margens do folder encontramos justamente o aspecto empírico mais relevante: as múltiplas percepções cognitivas da questão ambiental no município de Brotas, discursivizadas enquanto uma miríade de palavras que remetem à ressignificação do próprio contexto de ruralidade. O encontro com a natureza, slogan posicionado no centro do material, se concretiza na experiência individual e subjetiva de cada um: “bem-estar, harmonia, felicidade, descobertas, desafios, paz, sossego, diversão, energia, força, prazer, inspiração, amigos, amores, risadas, liberdade”. A natureza, nesse exemplo, é sugerida a ser mobilizada discursivamente pelos agentes sociais, no caso, os turistas. A questão fundamental no âmbito da pesquisa foi abordagem de outra gama de formas e aspectos dessa mesma mobilização da questão ambiental enquanto princípio estrutural, enquanto percepção cognitiva múltipla.

A partir disso, consideramos que a teoria da estruturação possui uma amplitude considerável para desvelar as formas com que os elementos que fundam a reprodução e transformação social são mobilizados como regras e recursos por indivíduos, grupos e instituições, mas, ao mesmo tempo, apresenta a limitação de não propiciar o fácil mergulho na densidade desses mesmos arranjos entre os agentes. Assim, através de toda a construção da pesquisa e da práxis da reflexividade em todos os seus níveis, a perspectiva de Giddens, estruturacionista, se mostrou de altíssima utilidade em nível teórico e explicativo do sistema social, mas de difícil operacionalização empírica em determinados momentos da análise. Por sua vez, consideramos que a dissertação tem duas principais características que a situam no seu campo de debate acadêmico: a tentativa de utilização teórico-metodológica da teoria da estruturação e uma abordagem não usual – absolutamente interacional e construtivista - em relação à natureza e ao meio ambiente, a qual tangencia o cerne e os cânones do debate na sociologia ambiental. Sem dúvida, ambas as características constituem empreendimentos analíticos de baixo alcance e com muitas limitações, mas apresentam pelo menos a perspectiva de contribuir para as discussões acerca do tema e para novas investigações, principalmente em relação à teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Em síntese, a própria abordagem da teoria da estruturação enquanto referencial teórico-metodológico forneceu os instrumentos analíticos que propiciaram a realização da crítica construtiva do *Paradoxo de Giddens*, a qual não reside em um tema eminentemente teórico ou retórico, mas sim na contribuição sociológica para que a questão ambiental seja analisada na esfera acadêmica, na vida cotidiana e no mundo da política enquanto algo socialmente construído, portanto, alvo de disputas de significados e passível de ser concebida

de acordo com interesses localizados. Afinal, a desnaturalização da realidade social funda a sociologia enquanto disciplina científica e continua sendo tarefa de fundamental importância para a reflexão sociológica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. C. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris** (Campinas), v. 03, p. 145-165, 2009.

ANGELI. **Propriedade Particular**. [Sem data] Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/angeli/>>. Acesso em: set. 2012.

BANDEIRA, Marília Martins. “**No galejo da remada**”: estudo etnográfico sobre a noção de *aventura* em Brotas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: UFSCAr, 2012. 195 f.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling. Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, vol. 10, n.2, november, 1981, p. 141-163, Sage Publications, Inc.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-428. jul-dez, 2010.

CANDIDO, Antônio. Introdução. *In: A formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.11, outubro de 1998, p.53-78.

\_\_\_\_\_. Apresentação. *In: MOREIRA, Roberto José (org.) Identidades Sociais*. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n.1, março de 2008, p.9-38.

\_\_\_\_\_. Do “Rural” Como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p.23-50

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p.67-101

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: **Teoria Social Hoje**. Anthony, GIDDENS; TURNER, Jonathan. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 393-447

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**. Teoria Social, Antirracismo, Cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Quase Crítica. Insuficiências da modernização reflexiva. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 16, n.2, 2004. pp. 73-100.

\_\_\_\_\_. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n.60, 2006.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa**. São Paulo: Graal, 1986.

ECOACÃO – Turismo de Aventura. Site Institucional. Disponível em:  
<<http://www.ecoacao.com.br>> . Acesso em: set. 2012

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. Política, Tradição e Estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. O que é ciência social? In: **Em defesa da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p.97-113.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOFFMAN, E. Acalmando o Otário. **Revista Plural**, n.16, 2010.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Cana-de-açúcar x Meio Ambiente. In: **A regulamentação das queimadas e as mudanças nos canaviais paulistas**. São Carlos: RiMa, 2002. P.23-31

HOTEL FAZENDA AREIA QUE CANTA. Nascente, dentro da fazenda, uma surpresa. Disponível em: <<http://www.areiaquecanta.com.br/nascente.php>>. Acesso em: set. 2012.

JEAN, Bruno. Les territoires ruraux dans la modernité avancée. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.18, abril, 2002, p. 5-27.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro de 1998.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

LENZI, Cristiano Luis. **A Sociologia Sob o Signo Ecológico**: Um Estudo Sobre Moderniza o Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e a Teoria da Sociedade de Risco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP: Campinas, 2003. 284 f.

\_\_\_\_\_. Para uma imagina o Sociológica da Ecologia: Uma análise do Pensamento de Anthony Giddens. In: **Ambiente e Sociedade**, vol. IX, n.1, jan-jun, 2006. Acesso em: set. 2012. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/v9n1/a06v9n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/v9n1/a06v9n1.pdf)>

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de. Turismo e inovação no meio rural: visões a partir do turismo rural na região dos Campos de Cima da Serra. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA (Orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.221-233.

MARTINS, Rodrigo Constante. **A construção social do valor econômico da água**: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2004. p.44-81.

\_\_\_\_\_. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 233-267

\_\_\_\_\_. Descrição e Prescrição no Desenvolvimento Rural. O território como espaço social reificado. **RURIS**, vol. 3, n.1, março, 2008, p.71-101.

\_\_\_\_\_. Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. **Oficina do CES**. 312. Centros de Estudos Sociais, agosto. Coimbra: 2008. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/312.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/312.pdf)>. Acesso em: set. 2012.

\_\_\_\_\_. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. **34º Encontro Anual da Anpocs**. GT 19. Metamorfoses do Rural Contemporâneo. Outubro, 2010.

\_\_\_\_\_. O paradoxo de Giddens. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar. 2011. p.237-244

\_\_\_\_\_. De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012, pp. 465-488.

MATA D’ENTRO. Site institucional. Disponível em: <<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/target.htm>> Acesso em: set. 2012.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Artesanato Intelectual**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2004.

MOREIRA, Roberto José (org.) Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: **Identidades Sociais**. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p.14-40

PAULINO, Stefano Mendes. As Cidades e as Serras. Espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. In: **Identidades Sociais**. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p. 255-274

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS. Decreto Municipal nº2923/2008 de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle e a redução de emissão de gases de efeito estufa. Disponível em:

<[http://www.brotas.sp.gov.br/view\\_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais](http://www.brotas.sp.gov.br/view_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais)> Acesso em: 15 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº1874/2003 de 11 de junho de 2003. Dispõe sobre o Licenciamento Turístico Ambiental (LTA) das atividades e empreendimentos turísticos no município de Brotas, Estado de São Paulo. Disponível em:

<[http://www.brotas.sp.gov.br/view\\_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais](http://www.brotas.sp.gov.br/view_leis.php?categoria=Leis%20e%20Decretos%20Ambientais)> Acesso em: 15 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2010-2013. Município de Brotas. 2011a.

\_\_\_\_\_. Proposta de Lei da Política do Meio Ambiente de Brotas. Projeto de Lei nº0000/2010. Disponível em: <<http://www.brotas.sp.gov.br/eventos.php?id=112>> Acesso em: 15 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.brotas.sp.gov.br>> Acesso em: 16 de setembro de 2011b.

\_\_\_\_\_. *et al.* Zoneamento Ambiental do Município de Brotas (SP): subsídios ao planejamento territorial. Relatório Técnico.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: **Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 1992.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. O turismo e a reconstrução do espaço rural. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p.227-246.

SECRETARIA DO TURISMO DE BROTAS. Site oficial do turismo de Brotas. Disponível em: < <http://secturbrotas.blogspot.com/>>. Acesso em: set. 2011.

\_\_\_\_\_. Página oficial do Facebook. Disponível em: <[http://www.facebook.com/secturbrotassp/photos\\_stream](http://www.facebook.com/secturbrotassp/photos_stream)> . Acesso em: set. /2012

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: EDUNESP- Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra**. Experiência e memória. São Paulo: Edunesp, 2004.

\_\_\_\_\_. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 39, p. 11-46, 2011.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos**. Documentário. DVD, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 24, p. 196-241, 2010.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SINGER, Andy. **Sem saída**. [sem data]. Disponível em: <<http://www.andysinger.com/>>. Acesso em: set. 2012.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009. p.203-163.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 2004.

## **ANEXO A: Roteiro de Entrevistas**

As perguntas abaixo expostas na verdade correspondem a vários tipos de roteiros que foram aplicados a indivíduos com diferentes papéis em Brotas, como gestores municipais, administradores de operadoras de turismo de aventuras, gerentes de pousadas, hotéis e ressortes, população local, comerciantes, etc. Para única finalidade de facilitar a apresentação todas elas foram reunidas abaixo.

- Exposição da trajetória de vida.
  
- Você concorda com o slogan da cidade: “capital do ecoturismo”, “a capital do turismo de aventura”? Por quê?
  
- Existe diferença entre ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza?
  
- Como surgiu o “ecoturismo” em Brotas? História, pioneiros, primeiras dificuldades, eventos marcantes.
  
- Quais foram as primeiras atividades desenvolvidas?
  
- Qual o perfil das primeiras pessoas que procuravam esse tipo de atividade?
  
- Quais são as atividades mais procuradas pelos turistas atualmente? Houve uma mudança?
  
- Quais são as formas de divulgação dos serviços e atividades oferecidos pela agência? Quais são os meios e os mecanismos de atração de turistas para o município? Quais são as principais características enfatizadas nos veículos de comunicação?
  
- Quais são as épocas ou períodos de maior afluência de turistas? Solicitar de descrição de épocas específicas, como carnaval, férias de julho, verão e final de ano.

- Existem eventos corporativos/empresariais ou tipos de convênio/parceria relacionado com atividade pedagógica? Quais as motivações dos gestores desses eventos? Estão em busca do que?
- Qual é a relação com as agências? Como funciona o uso do espaço? Existe um aluguel ou compartilhamento de rendimentos?
- Quais são os elementos são levados em consideração no preço da entrada no espaço (day-use)?
- Na sua opinião, a natureza em Brotas, ela tem um valor econômico? Por quê?
- Qual é a propriedade/sítio que compõe a base operacional da agência (local onde está a infraestrutura de lazer)? Existe relação de propriedade ou de parceria? Existe aluguel ou repartição de rendimentos? Quais as formas e mecanismos desse tipo de acordo?
- Quais são as exigências para a operação das atividades?
- Quais são os espaços e lugares frequentados em Brotas? Local de lazer, de compras, de descanso, de passeio, etc.
- Tudo o que precisa para sua vida cotidiana é encontrado em Brotas? Costuma ir para outra cidade maior? Por exemplo, Jaú ou São Carlos? Quais são as diferenças em relação a Brotas?
- Já participou das atividades turísticas oferecidas pela cidade? Quais? Com que frequência? Por quê? Quais motivações?
- Qual é o perfil dos turistas que frequentam Brotas?
- Quais são os serviços oferecidos pela pousada?

- Quais são as formas de divulgação dos serviços e atividades oferecidos? Quais são os meios e os mecanismos de atração de turistas para o município? Quais são as principais características enfatizadas nos veículos de comunicação?
- Qual é o perfil do público que frequenta o espaço? Procedência, motivações, classe social, faixa etária, gênero, raça, composição familiar, meios de transporte, vestuário, comportamento, etc.
- Quais são as motivações dos turistas que frequentam a pousada? Estão em busca do que especificamente no município de Brotas? E em relação à pousada, quais são suas expectativas?
- Quais são as exigências para a operação? Existe selo de certificação? Quais as exigências para a obtenção? Existe fiscalização? Existem taxas?
- Na sua opinião, por quais motivos os turistas procuram a cidade de Brotas?
- Para você, quais são as diferenças das épocas do ano (alta, baixa temporada, feriados, etc.) em relação ao afluxo de turistas? Quais são as mudanças e nuances em relação ao consumo, comportamento, etc.?
- O que você pensa sobre a frequência de turistas em Brotas?
- Vocês recebem algum tipo de treinamento/orientação/qualificação para o atendimento aos turistas? Quais são os principais conteúdos abordados?
- O município cobra ICMS ecológico?
- Existe uma política ambiental para o município de Brotas?
- Nessa política ambiental existe algum planejamento em relação à atividade turística?

- Quais são os programas relativos à preservação ambiental que Brotas participa? Municipais, estaduais ou federais. Quais são as prerrogativas, funcionamentos e mecanismos de aplicação desses programas?
  
- Existe uma política para o desenvolvimento rural sustentável de Brotas?
  
- Quais são as práticas que o município desenvolve para atrair turistas ou para projetar a imagem de Brotas? Quais são as características da cidade enfatizadas nos veículos de comunicação?
  
- Existem problemas ambientais em Brotas? Quais são? Quais as medidas que estão sendo desenvolvidas?
  
- O que é exigido para a regulamentação das atividades turísticas de Brotas? Quais são os documentos que as agências de turismo precisam ter e quais suas especificações, exigências e taxas?
  
- Quais são as formas de fiscalização para a regulamentação das atividades de ecoturismo?
  
- O que é exigido de regulamentação para uma propriedade rural ser destinada à exploração do ecoturismo? Quais são as exigências e os tipos de fiscalização?
  
- Na sua visão, o que você compreende por meio ambiente?
  
- Em sua opinião, existe uma crise do meio ambiente?
  
- Se existe, defina essa crise a partir do seu ponto de vista.
  
- Quais foram as últimas ocorrências dessa crise ambiental, que você pode relatar?
  
- Você observa algum tipo de alteração climática ou algum indicador de degradação ambiental em sua vida?

- Faz alguma atividade, medida, prática, etc., em sua rotina cotidiana no sentido de contribuir para a preservação ambiental?

- O que compreende por proteção e preservação do meio ambiente?

## ANEXO B: Questionário

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Horário:\_\_\_\_\_

Local:\_\_\_\_\_

### Dados pessoais

Nome:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Estado civil:

Idade:

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone:

Outras

informações:\_\_\_\_\_

### Escolaridade

----- ( ) Analfabeto

1ª a 4ª série ----- ( ) incompleto ( ) completo

5ª a 8ª série ----- ( ) incompleto ( ) completo

Ensino Médio ----- ( ) incompleto ( ) completo

Ensino Superior ----- ( ) incompleto ( ) completo

**Ocupação atual:** \_\_\_\_\_

**Renda:** \_\_\_\_\_

( ) Até 1 salário mínimo

( ) Entre 1 e 2 salários mínimos

( ) Entre 2 e 3 salários mínimos

( ) Entre 3 e 4 salários mínimos

( ) Entre 4 e 5 salários mínimos

( ) Mais de 5 salários mínimos

**Acessa à Internet?** ( ) Não ( ) Sim.

Quais são os principais sites visitados na internet?

---

Quais são as principais atividades realizadas na internet?

---

**Assina algum serviço de TV a cabo?**

( ) Não ( ) Sim.

**Quais são os canais mais assistidos?**

---

**Quais são os programas mais assistidos?**

---

**Quais os canais mais assistidos na televisão aberta?**

---

**Quais são os programas mais assistidos?**

---

**Quais são os principais meios de obtenção de informações e notícias?**

( ) Telejornais. \_\_\_\_\_

( ) Internet. \_\_\_\_\_

( ) Revistas. \_\_\_\_\_

( ) Jornais impressos \_\_\_\_\_

( ) Rádio \_\_\_\_\_

( ) Outros. \_\_\_\_\_